

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

Renata Tereza Brandão Meireles

**O que dizem os invisíveis: memórias e representações sociais dos
adolescentes sobre violência e uso de drogas**

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

Renata Tereza Brandão Meireles

**O que dizem os invisíveis: memórias e representações sociais dos
adolescentes sobre violência e uso de drogas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni
Co-orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2016

Meireles, Renata T. B.
 M514q O que dizem os invisíveis: memórias e representações sociais dos adolescentes sobre violência e uso de drogas; orientadora Luci Mara Bertoni, co-orientador: João Diógenes Ferreira dos Santos- - Vitória da Conquista, 2016.
 120 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

1. Representações Sociais. 2. Drogas. 3. Violência . 4. Adolescência. I. Bertoni, Luci Mara. II Santos, João Diógenes Ferreira. . III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Título.

Título em inglês: That say the invisible: memories and social representations of teens on violence and drug use.

Palavras-chaves em inglês: Social representations. Drugs. Violence. Teens.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (Orientadora), Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (Co-orientador), Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (titular), Profa. Dra. Ana Lucia Galinkin (titular).

Data da Defesa: 25 de fevereiro de 2016

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Renata Tereza Brandão Meireles

O que dizem os invisíveis: Memórias e representações sociais dos adolescentes sobre violência e uso de drogas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 25 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Ana Lúcia Galinkin
Instituição: UnB

Ass.: 

A Deus, a panóptica e suprema inteligência.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra Luci Mara Bertoni, por sua confiança, competência e paciência em todo o processo de construção.

A meu co-orientador Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos, pelo incentivo e correções.

A meu esposo, Jones Galvão, por seu apoio incondicional, sem o qual eu não teria conseguido concluir com êxito esse curso.

A meu filho, José Nicolas Meireles Galvão, que dividiu suas horas com minhas atividades e que sempre me ensinou as lições mais alegres.

À minha mãe-avó, Maria Brandão, e minha mãe, Cleomar Brandão Meireles, as primeiras feministas que conheci e me formaram. A meu pai, José Raimundo, e às minhas irmãs, Andréa Meireles, Andréa Alves e Mônica Meireles, ao meu irmão, Felipe Brandão, que sempre foram a minha fortaleza.

Ao comandante do 15º Batalhão, Maj. Riccio, e ao ex-comandante, Ten. Cel. Ubiraci, pelo apoio e compreensão durante todo período, em especial a toda equipe do SQT e PROERD, Ten. Devidson Neres, Sd. Adriana Batista, Sd. Marcio Vinhas, Sd. Emilio, Sd. Nailda, Sd. Rosa, Sd. Kleber e Sd. Sena.

Às colegas, Maylenna Joanes, Danielle Nobre e Sayonara Pastor, que estiveram comigo e dividiram as angústias.

Aos colegas que participam do Grupo de Estudos em Gênero, Políticas, Álcool e Drogas, que me acolheram e colaboraram com essa pesquisa.

A todos e a todas que estiveram comigo nesta caminhada longa e difícil. Aqui não posso nominar, mas gostaria de externar meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

No Brasil, o debate sobre a temática das drogas está centrado na proibição e na criminalização, aliada a isso, temos a violência causada por seu uso ou abuso e aquela oriunda do tráfico. Sendo a adolescência uma fase em que as pessoas estão mais suscetíveis ao contato com as drogas, buscamos identificar as representações sociais de adolescentes sobre uso de drogas e sobre a violência, uma vez que eles estão imersos em uma sociedade em que o acesso a essas substâncias está cada vez mais facilitado e a violência tem sido naturalizada. Este estudo tem como referencial a teoria das representações sociais utilizando a metodologia qualitativa. Para coleta de dados usamos um questionário que foi aplicado a noventa adolescentes matriculados no 6º ano do ensino fundamental, e entrevistas realizadas com dezoito desses adolescentes. A análise dos dados foi realizada a partir dos pressupostos da análise de conteúdo em que pudemos identificar sete categorias. Sobre o conceito de drogas, os adolescentes têm uma visão negativa e destruidora; relatam a convivência com as drogas, com maior incidência, as ilícitas que estão presentes em seu cotidiano, no círculo de amizades e na família. Embora, descrevam situações de convivência direta com amigos que fazem uso de drogas, nenhum afirmou ter experiência com as drogas, o que mostra, também, que não reconhecem o álcool e o tabaco como drogas. No entanto, uma parcela significativa confirma que experimentaram bebida alcoólica ainda na infância. Os adolescentes têm uma RS positiva sobre ambiente escolar sendo este seu espaço de socialização e não fazem referência ao uso de drogas neste ambiente. A ausência de espaços de lazer é explicitada em suas falas e os momentos de diversão acontecem na rua. Neste sentido, o bairro está entre as brincadeiras e os tiros pois o tráfico de drogas provoca situações de violência. Sendo assim, o medo é o sentimento que impera entre esses adolescentes. Na associação entre drogas e violência, além da violência oriunda do tráfico relatam sobre as agressões associadas ao consumo de bebidas alcoólicas. Uma vez que a política nacional sobre drogas visa à repressão e à criminalização do uso substâncias ilícitas, e muito pouco à prevenção das drogas lícitas, que, por sua vez, são as mais consumidas por adolescentes e crianças, identificar as memórias e representações sociais dos adolescentes sobre o uso e abuso de drogas nos permite pensar em possíveis caminhos para políticas públicas mais efetivas e que considerem as especificidades deste público. Na análise dos dados, utilizamos, principalmente, os conceitos e postulados de Halbwachs (2006), Moscovici (2003) e Sá (2012); e a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2009). Fundamentam ainda, as assertivas apresentadas ao longo do trabalho os postulados de Carneiro (2005), Lapate (2001) e Silva (2010). Sobre o uso de drogas e sobre violência são utilizados os estudos de Abramovay (2010) e Gonçalves (2003). Entendemos a relevância deste estudo quando nos deparamos com resultados que fornecem elementos para repensarmos a abordagem preventiva que podemos realizar com esta população e, assim, podemos contribuir para desmistificar o preconceito sobre adolescentes que estão em alto risco de vulnerabilidade social e que necessitam de políticas em todas as áreas sócias que lhes permitam seu desenvolvimento como pessoas de direitos.

Palavras-chave: Representações Sociais. Drogas. Violência. Adolescentes.

ABSTRACT

In Brazil, the debate on the issue of drugs is focused on the prohibition and criminalization, allied to that, we have violence caused by its use or abuse and that derived from the trafficking. Since adolescence is a stage where people are more susceptible to contact with drugs, we sought to identify the social representations of teenagers about drug use and the violence, since they are immersed in a society where access to these substances it is increasingly facilitated and violence has been naturalized. This study has as reference the theory of social representations using a qualitative methodology. For data collection we used a questionnaire that was applied to ninety adolescents enrolled in the 6th year of elementary school, and interviews with eighteen of these adolescents. Data analysis was performed from the content analysis of the assumptions that we identified seven categories. On the concept of drugs, the teenagers have a negative and disruptive vision; report living with drugs, with the highest incidence, illegal that are present in their daily lives, in the circle of friends and family. Although teenagers describe situations of direct interaction with friends who use drugs, none claimed to have experience with drugs, which also shows that do not recognize alcohol and tobacco as drugs. However, a significant portion confirms that tried alcohol in childhood. Teenagers have a positive RS on school environment which is their socialization space and make no reference to drug use in this environment. The absence of leisure facilities is explained in their speeches and fun moments happen on the street. In this sense, the neighborhood is among the plays and the shots as drug trafficking causes situations of violence. Thus, fear is the feeling that prevails among these adolescents. In the association between drugs and violence, as well as violence coming from the traffic report on attacks associated with alcohol consumption. Since the national drug policy aimed at repression and the criminalization of the use of illicit substances, and very little to the prevention of licit drugs, which, in turn, are the most consumed by adolescents and children, identify the memories and social representations teens about the use and abuse of drugs allows us to think of possible ways for more effective public policies and to consider the specificities of the public. In the data analysis, are used mainly concepts and postulates of Halbwachs (2006), Moscovici (2003) and Sa (2012); and content analysis from the perspective of Bardin (2009). Establish also the statements presented throughout the work the Ram postulates (2005), Lapate (2001) and Silva (2010). On the use of drugs and violence are used to study Abramovay (2010) and Gonçalves (2003). We understand the relevance of this study when faced with results that give elements for rethinking the preventive approach can accomplish with this population and thus be able to contribute to demystify the prejudice about teenagers who are at high risk of social vulnerability and need policies all areas members to enable them development rights as people.

Keywords: Social representations. Drugs. Violence. Teens.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos sujeitos segundo a faixa etária	75
Tabela 2 – Distribuição dos sujeitos segundo a localização	76
Tabela 3 – Distribuição dos sujeitos segundo autodeclaração	78
Tabela 4 – O que os adolescentes dizem sobre drogas	79
Tabela 5 – O tipo de droga utilizada pelos amigos	83
Tabela 6 – Sobre a experiência com bebida alcoólica	85
Tabela 7 – Tipos de bebidas citadas pelos adolescentes	86
Tabela 8 – Com quantos anos experimentou bebida alcoólica?	87
Tabela 9 – O conceito de violência	89
Tabela 10 – Tipos de violência presenciada pelos adolescentes	93
Tabela 11 – Consideração dos adolescentes sobre a cidade onde moram ..	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	19
2.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	19
2.1.1 As funções das RS	22
2.1.2 Ancoragem e objetivação nas RS	24
2.2 MEMÓRIA SOCIAL	27
2.2.1 A memória coletiva e a memória individual	29
2.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIAS SOCIAIS: UM DIÁLOGO.....	33
3 DROGAS E VIOLÊNCIA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO E CONCEITUAL	36
3.1 DROGAS.....	36
3.1.1 O sujeito e as drogas.....	44
3.1.2 Drogas lícitas terapêuticas	45
3.1.3 Drogas lícitas recreativas.....	49
3.1.4 Drogas ilícitas	53
3.1.5 As drogas e seus diversos contextos.....	54
3.2 A VIOLÊNCIA OU AS VIOLÊNCIAS.....	58
3.2.1 A violência contra crianças, adolescentes e jovens	60
3.2.2 O mapa da violência: a situação de risco para crianças, adolescentes e jovens brasileiros	63
3.3 ADOLESCÊNCIA, DROGAS E VIOLÊNCIA.....	66
4 METODOLOGIA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	69
4.1 METODOLOGIA.....	69
4.2 INSTRUMENTOS	70
4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS E DOS ESPAÇOS ESCOLARES.....	72
4.4 A VOZ DOS INVISÍVEIS: O QUE DIZEM SOBRE USO DE DROGAS E VIOLÊNCIAS	77
4.4.1 O conceito de droga na percepção dos adolescentes	78
4.4.1.1 A percepção negativa das drogas.....	82
4.4.1.2 As drogas e o vício	83
4.4.1.3 As substâncias nomeadas como drogas.....	84
4.4.1.4 A percepção positiva das drogas.....	84
4.4.2 A convivência com as drogas.....	85
4.4.3 A experiência com as drogas	84
4.4.4. O conceito de violência na percepção dos adolescentes.....	87

4.4.4.1 A percepção dos adolescentes sobre a violência como agressão física/bater/brigar	91
4.4.4.2 A percepção dos adolescentes da violência como morte.....	92
4.4.4.3 A percepção como violência sexual e violência contra mulher.....	93
4.4.4.4 A percepção da violência como incivildades.....	94
4.4.5 A convivência e experiência com a violência	91
4.4.5.1 <i>Drogas</i> e	
violência.....	98
4.4.6 O perfil dos entrevistados.....	96
4.4.6.1 O ambiente escolar.....	101
4.4.6.2 Os espaços de lazer.....	101
4.4.6.3 O bairro: entre as brincadeiras, os tiros.....	103
4.5 DROGAS: EXPERIÊNCIA E CONVIVÊNCIA.....	104
4.6 ENTRE AS VIOLÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS E CONVIVÊNCIA	102
4.7 POLÍCIA! PARA QUEM PRECISA	103
5 CONCLUSÕES.....	105
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICES.....	117

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre uso e abuso de drogas ilícitas¹ e, conseqüentemente, sobre os problemas advindos com o comércio destas substâncias ilegais, inquieta a muitos países. Nesse debate, a sociedade brasileira não se encontra em uma situação diferente.

Apesar de a questão das drogas ser uma tradicional preocupação social, a definição do tráfico enquanto objeto de estudos sistemáticos e metodologicamente organizados é uma práxis exploratória ainda muito recente. (CRUZ NETO, MOREIRA, SUCENA, 2001, p. 37).

Assim, o espaço acadêmico ainda precisa ampliar os vários olhares sobre o assunto, uma vez que essa temática não é restrita apenas aos campos do conhecimento como saúde ou segurança pública. Da mesma forma, ainda é necessário ampliar os espaços de diálogo sobre a violência, especificamente, aquela que vitima, cotidianamente, os adolescentes brasileiros, conforme os mapas da violência (WAISELFISZ, 2012; 2014). Nesse contexto, podemos afirmar que o aumento da violência é quase sempre justificado pelo consumo e tráfico de drogas. Ademais, ao longo do tempo, o consumo de álcool tem sido associado como causa de violência e como falta de educação formal e desagregação da família.

Sendo assim, buscaremos tratar das duas temáticas pela sua relevância para adolescência. Nessa perspectiva, o nosso enfoque é colaborar para a desmistificação em torno da associação entre o uso e abuso de drogas ilícitas e a violência, que se apresenta como verdade absoluta, tendo como objetivo, identificar e compreender as representações sociais de adolescentes sobre drogas e violência. Esta pesquisa oportunizou dar voz a sujeitos que são invisíveis na sociedade brasileira.

Na condição de Soldado da Polícia Militar da Bahia, exercemos a função de Instrutora do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência –

¹ Drogas ilícitas são aquelas proibidas por lei, ainda segundo Carneiro (2011, p.1) as substâncias ilícitas compõem um mercado paralelo e clandestino, cujo volume é calculado em torno de 400 bilhões de dólares, alimentado basicamente dos derivados de algumas das plantas mais tradicionais da história da humanidade: a coca, a *canabis* e a papoula. Cada vez mais cresce também um número de centenas de moléculas sintéticas novas que vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos em laboratórios clandestinos. O montante do faturamento e as conseqüências sociais em geral associadas a essas drogas – como a violência e alto índice de aprisionamento – decorrem não do efeito específico das substâncias, mas, sobretudo, da sua condição de ilegalidade.

PROERD². Este programa é desenvolvido nas escolas municipais e estaduais brasileiras. Dentre as funções exercidas no referido programa, uma delas se caracteriza pela atividade de ministrar aulas de prevenção às drogas. Destacamos que o nosso tempo realizando esta atividade soma cerca de sete anos ininterruptos.

Nesse lugar da sala de aula, em que os diálogos transcendem a dicotomia policial/aluno, é possível reconhecer a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. As condições dessa população impõem que os acessos a espaços de lazer e cultura sejam restritos. Contudo, um aspecto de singular relevância é o espaço escolar, no qual as relações de sociabilidade e afetividade podem ser desenvolvidas de maneira propícia.

Desse modo, a escolha por esse tema e *corpus*, que privilegiam a adolescência, drogas e violência, está intrinsecamente ligada à nossa trajetória pessoal e profissional. Na condição de soldado mulher da Polícia Militar da Bahia, tivemos a oportunidade de perceber como os educandos de bairros distantes do centro são, geralmente, estereotipados como marginais, vândalos e violentos. Tal fato, foi também reconhecido durante a nossa graduação em Pedagogia.

Reiteramos que atuar com esse grupo era muito difícil, não apenas pelas limitações da estrutura física e da localização geográfica, mas, principalmente, pelo isolamento social ao qual aquelas crianças eram submetidas. Isto é: distantes de espaços de lazer, segurança de qualidade e instituições do estado nos espaços de residência de moradia destes sujeitos. Atualmente, conjugamos as duas dimensões profissionais, atuando como instrutora do PROERD e como agente de segurança pública dentro da instituição escolar, onde, cotidianamente, continuamos a ver a violência em suas diferentes faces.

Não obstante, o fenômeno da violência é inerente à história da humanidade e fruto de um contexto histórico que, atualmente, rompe os espaços geográficos ao adentrar as casas por meio das mídias e das redes sociais. Ressaltamos, nesse

² O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD é a versão brasileira do programa D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*), implantado inicialmente nos Estados Unidos e, atualmente, desenvolvido em mais de cinquenta e seis países conveniados. A iniciativa é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos maiores programas de prevenção às drogas e à violência do mundo. O Objetivo do PROERD é prevenir o abuso de drogas e a violência entre crianças. É um programa com caráter social preventivo, posto em prática pela Polícia Militar, que trabalha em conjunto com os alunos do 5º e 7º anos do ensino fundamental, que se encontram na faixa etária de 9 a 12 anos, através do esforço cooperativo entre Polícia Militar, escola e família, oferecendo atividades educacionais em sala de aula, que inserem nas crianças a necessidade de desenvolver as suas potencialidades, ajudando a preparar para o futuro uma geração consciente do exercício de sua cidadania. (BAHIA, 2015, p. 1).

sentido, que a incidência da violência apresenta características que exigem políticas públicas específicas e urgentes, a fim de que sejam assegurados o pleno desenvolvimento dos adolescentes e a promoção de uma sociedade igualitária.

No mesmo sentido, observamos que o consumo de substâncias psicoativas sempre esteve no cotidiano da vida em sociedade e a sua utilização, por vezes, integrava o dia-a-dia nas mais diferentes formas, de acordo com Lapate (2001). Destacamos, desse modo, segundo Escohotado (2003) que o uso de tais substâncias em algumas sociedades estava ligado, principalmente, a rituais religiosos, procedimentos de cura e, também, como uma forma de suscitar prazer. Contemporaneamente, a discussão sobre a temática das drogas no país está centrada em sua proibição e em sua criminalização. Além disso, o uso e abuso de drogas ilícitas se tornou um problema que já impacta a saúde pública no Brasil, tanto no que diz respeito ao número de atendimentos realizados em unidades de saúde pública espalhadas pelo país, quanto no que se refere a investimentos financeiros, previstos nos orçamentos das instituições públicas, para realizar os diversos programas de combate e prevenção às drogas.

Visto que não há consenso entre os pesquisadores sobre a relação de causalidade entre o comércio ilegal de drogas e a violência social, esta investigação, que toma por baliza o conceito de representações sociais, pode contribuir para elucidar questões ainda pouco discutidas, mas que são úteis na elaboração de políticas públicas de combate e de prevenção às drogas. Desse modo,

é de responsabilidade do governo criar políticas públicas saudáveis, em relação a repressão sem tréguas ao narcotráfico, prevenção que envolva postura, comportamento, força de vontade, ajudando pessoas a tomar suas próprias decisões e conduzir o seu próprio destino, a apoio às entidades idôneas que trabalham na recuperação de dependentes químicos. (LAPATE, 2001, p. 14).

Podemos observar que diante dos problemas gerados com as drogas ilícitas, o Estado tem buscado investir em programas sociais, tais como o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – SISNAD, a Política Nacional sobre Drogas – PNAD, o Plano Integrado de Enfretamento ao *Crack* e outras Drogas, e o Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, por meio de políticas públicas, que visam à melhoria da qualidade de vida das populações empobrecidas. No bojo desses programas, podemos encontrar as ações que visam o combate e à prevenção das drogas, assim

como conter a violência. No entanto, algumas questões a respeito das políticas públicas adotadas para combater a violência e as drogas devem ser consideradas: i) o conceito empregado para definir o termo adolescência é usado, em tais políticas, a partir de uma perspectiva adultocêntrica. Desse modo, notamos que o adolescente é assujeitado, ou seja, não é o protagonista de sua história, e por isso, é visto como um indivíduo completamente dependente dos saberes disciplinares impostos pelos adultos; ii) as políticas públicas para combater e prevenir o uso de drogas impactam ou inquietam, ou ainda geram dúvidas nos adolescentes (WAISELFISZ, 2012; 2014)?

Dessa forma, quando se reflete sobre o uso de drogas ilícitas, deve-se pensar também no adolescente, uma vez que ele é o alvo direto de quem comercializa as drogas lícitas e também as ilícitas. Entretanto, o conceito de adolescência é ainda recente e não é unânime em todas as classes sociais, principalmente, quando se refere ao uso de drogas. Ressaltamos que não foi nosso objetivo pesquisar adolescentes ou jovens ligados, diretamente, ao tráfico de drogas. Nossa investigação, nesse sentido, buscou dar voz àqueles adolescentes que moram em bairros periféricos e que sofrem com os estereótipos de que são prováveis usuários de droga.

Essas reflexões iniciais trazem à tona um aspecto crucial: o fato de que as políticas públicas³ de prevenção ao uso de drogas do Estado não estão cumprindo o seu papel. Ainda que a proposta seja o combate ao tráfico de drogas e a promoção de uma cultura de paz, o que tem sido realizado não contribui para essa finalidade. Isso porque os números não coadunam com a redução de usuários presos portando drogas ou com número de homicídios (WAISELFISZ, 2012; 2014).

É importante destacar que apenas uma linha tênue divide as drogas lícitas das ilícitas. A esse respeito, podemos afirmar que:

[...] em 2006 foi promulgada no Brasil a Lei 11.343, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). No contexto do artigo 28 da lei, diferenciou-se o usuário e o dependente de drogas, com intuito de se descobrir a medida alternativa mais

³ Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade [...]. Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade (SEBRAE, 2008, p. 5).

adequada em cada caso concreto: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo. (VENTURA, 2011, p. 557).

Trata-se, ao nosso ver, de questões políticas e econômicas que definem a proibição do uso e do comércio de variadas substâncias. De acordo com Grieve (2009, p. 78), “os burocratas que constroem as políticas sobre drogas têm usado a proibição como uma cortina de fumaça para evitar encarar os fatores sociais e econômicos que levam as pessoas a usar drogas”. Longe de ter diminuído o consumo, essa política de repressão, ao longo do tempo, provoca a desinformação sobre o uso de drogas, limita pesquisas e promove a discriminação do usuário.

Podemos, assim, verificar que:

[...] da análise das leis sobre drogas ilícitas no Brasil, verifica-se um movimento de liberalização, seguindo as diretrizes das convenções internacionais que buscam equilibrar os direitos humanos dos usuários de drogas e as políticas de saúde e segurança públicas. Apesar de toda a evolução, ainda são muitos os desafios regionais e locais de rompimento do estigma do usuário de drogas ilícitas e de real estabelecimento de um modelo preventivo, interdisciplinar e plural. (VENTURA, 2011, p. 557).

Desse modo, questionamos como se configura a concepção dos adolescentes sobre uso de drogas e sobre a violência, uma vez que eles estão imersos em uma sociedade em que essas substâncias estão sendo cada vez mais popularizadas e a violência estrutural é naturalizada para uma parte específica da população. O conceito de violência estrutural, trata-se, pois, de uma violência “gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos” (MINAYO, 1994, p. 8).

A violência estrutural é também praticada pelas instituições sociais clássicas e que manifesta, sobretudo, as estruturas sociais e as manobras para que determinadas classes sociais se mantenham no poder e dominem outros grupos de menor poder. Nessa perspectiva, Cruz Neto (2001, p. 49) é enfático ao afirmar que, “exatamente por ser cometida por instituições consagradas por sua tradição e poder, esta violência estrutural costuma ser considerada como algo natural, que não se pode contestar sob o pretexto da desestabilização da ordem”.

De acordo com MINAYO & SOUZA (1998, p. 515),

o conceito de violência estrutural se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e à morte.

Dessa maneira, reforçam-se não somente as desigualdades sociais já existentes, como também coloca o adolescente em situação de criminoso em potencial, condenando-o à existência de vida com reduzidas possibilidades e a uma condição de invisibilidade.

Essa invisibilidade não se deve a nenhuma falta de informação devida à visão de alguém, mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis. (MOSCOVICI, 2013, p. 31).

Entendemos, desse modo, que essa pesquisa seja relevante, porque seus resultados poderão fornecer à comunidade acadêmica mais um estudo dissertativo sobre as representações sociais acerca do uso e abuso de drogas e da violência. Destacamos, nesse sentido, que nosso estudo sobre o tema aborda, em especial, as relações dessa temática com a adolescência. Por isso, acreditamos que o presente trabalho poderá contribuir para elaboração de políticas públicas mais específicas, que atendam aos adolescentes que estão em risco de vulnerabilidade social, conforme ressalta Cruz Neto, Moreira, Sucena (2001, p.49):

Em um Estado no qual os governantes organizam as políticas públicas a fim de atender aos interesses do mercado, a alocação de recursos para atender às demandas da sociedade civil fica gravemente prejudicada e restringida. O reflexo direto desta escolha é a baixa qualidade dos serviços públicos, que prestam um atendimento insuficiente e de má qualidade, não sendo capaz de dar conta das necessidades e anseios da parcela da população que os procura. A persistência deste quadro afeta de forma mais grave às classes de mais baixa renda, que não possuem recurso para procurar instituições privadas que supram a rarefação pública: educação, saúde, lazer, habitação, renda, condições de salubridade... o acesso a estes direitos é cerceado e até mesmo negado a um grande contingente de cidadãos que assistem à dramática redução de suas oportunidades de ascensão social, sendo

obrigados a viver sob condições indignas e de extrema vulnerabilidade.

Na esteira dessa discussão, fizemos a opção metodológica pela abordagem qualitativa, considerando que a investigação científica norteada pela Teoria das Representações Sociais (TRS) não se limita a um método específico. Ao contrário, aponta para a possibilidade de adequação da metodologia ao objeto investigado. Utilizamos como instrumento de coleta de dados, o questionário individual autoaplicado, uma vez que os adolescentes responderam sem ajuda. Tal instrumento foi composto de cinco questões para identificação da situação sociodemográfica e dezenove perguntas objetivas e abertas com indagações específicas sobre o conceito de violência, sobre a convivência e as experiências com a violência, sobre o conceito de drogas, bem como a convivência e experiências com o uso de drogas. Após, a aplicação dos questionários realizamos entrevistas semiestruturadas com o objetivo de aprofundar as categorias já organizadas, submetendo-as ao crivo da classificação e do recenseamento, de acordo com as ocorrências percebidas nas entrevistas seja pela presença, seja pela ausência de elementos característicos dos adolescentes e que caracterizam os seus discursos sobre as drogas e a violência.

É válido explicitar que um dos critérios de escolha das escolas foi o fato de não ter atuado, em tais espaços, como instrutora do PROERD. Acreditamos que, desse modo, não houve interferência nas respostas, uma vez que os entrevistados não nos reconheceram policial militar. Assim, os adolescentes que participaram da pesquisa nos conheceram apenas como pesquisadora.

Utilizando-nos dos pressupostos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009), a partir do material coletado, organizamos o conteúdo em categorias que emergiram nas respostas e falas dos adolescentes selecionados para a pesquisa. Ressaltamos que os participantes, assim como o local onde foram entrevistados, ou seja, a escola e o município onde residem, não foram identificados por questões éticas e de proteção à identidade dos mesmos. Antes de iniciar a pesquisa, o projeto foi apresentado ao comitê de ética e aprovado com o número CAAE 49183515.6.0000.0055, posteriormente realizamos uma reunião com os responsáveis pelos adolescentes para esclarecimentos e assinatura do termo de Consentimento Livre Esclarecido, bem como, antes da aplicação dos questionários e

das entrevistas os adolescentes que concordaram em participar assinaram o termo de Assentimento Livre Esclarecido.

Enfatizamos que esta dissertação está organizada com a seguinte estrutura, ademais da introdução e das considerações finais, o primeiro capítulo expõe o referencial teórico, que, por sua vez, divide-se em três partes: a Teoria das Representações Sociais, à luz dos postulados de Moscovici (2013); por conseguinte, os estudos da Memória Social, de Halbwachs (2006) e Celso Sá (2006), e, logo após, estabelecemos um diálogo entre as representações sociais e a memória social. O capítulo seguinte, por seu turno, está dividido em duas seções: na primeira apresentamos um breve percurso histórico das drogas e da violência; na segunda, discutimos como estes dois fenômenos estão associados à adolescência. No último capítulo, descrevemos a abordagem metodológica selecionada para este estudo, baseada na Análise de Conteúdo, conforme postulados de Bardin (2009), bem como apresentamos os resultados das entrevistas realizadas e discutimos os dados coletados por meio do questionário individual autoaplicado.

Dar voz a estes sujeitos foi revelador uma vez que as representações sociais sobre uso de drogas evidenciadas em suas falas coadunam com as representações que pairam na sociedade como algo negativo e destrutivo, ou seja, os adolescentes referendam o que está posto, ainda demonstram claramente a desinformação sobre os efeitos negativos das drogas lícitas e ilícitas. Ouvir esses adolescentes sobre as diferentes violências vivenciadas explicita a vulnerabilidade ao quais estão expostos cotidianamente, e como as experiências narradas alimentam a construção de uma memória sobre violências deste grupo que de forma contínua estão naturalizando os fatos descritos.

2 MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Os estudos em Representações Sociais (RS), embora tenham se originado na psicologia social, estão em plena expansão e com produções em diversos campos dos saberes: na Psicologia, na Educação, nas Ciências, no campo da saúde, no campo cultural, dentre outros. A relevância das RS está na busca para compreender nossa realidade, o porquê temos determinados pensamentos e crenças, e como nos sentimos pertencentes a um grupo e não a outro. Nessa direção, as RS procuram entender a maneira pela qual fazemos nossas escolhas, qual nosso lugar na sociedade, quando resistimos a uma organização social ou quando não nos encaixamos em um determinado papel.

Nesse sentido, podemos afirmar que as RS caminham para o reconhecimento de nossa identidade dentro da sociedade. Trata-se, ainda, de compreender esses papéis para poder refutar aquilo que nos é imposto. É, pois, nesse contexto, no qual construímos representações para solucionar os problemas que se apresentam cotidianamente, que as RS buscam seu objeto de estudo e constroem os postulados teóricos que, por sua vez, procuram responder aos questionamentos sociais.

Sendo assim, apresentamos, neste capítulo, a teoria das RS e seu objeto de estudo. Destacamos a importância do sujeito na construção das RS, as funções da teoria, bem como os conceitos de objetivação e ancoragem à luz dos postulados de Moscovici (2013) e Santos (2005). Também apresentamos o conceito de memória, a partir dos conceitos formulados por Halbwachs (2006) e por Sá (2006), e como estes últimos podem contribuir com os estudos das RS. São essas teorias que irão subsidiar as análises das RS dos adolescentes sobre uso de drogas e violência, foco desta pesquisa.

2.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Os estudos das representações sociais tiveram origem nos postulados de Moscovici (1928-2014), que fundamentou sua pesquisa nos estudos de sociologia propostos por Durkheim (1858-1917). Com a denominação de representações coletivas, Durkheim irá enfatizar o papel coercitivo da sociedade na formação do indivíduo. Sendo assim, o indivíduo era visto pelo sociólogo como fruto de uma época. Nesse sentido, influenciado pelo positivismo e pela objetividade nas análises

das representações, Durkheim demonstraria, então, que o indivíduo não era destituído de relevância, embora a ênfase de suas análises estivesse centradas no coletivo e não no indivíduo (DURKHEIM, 2009).

Moscovici filiou-se ao modelo e à análise desenvolvida por Durkheim para publicar seus primeiros estudos sob o título *La Psychanalyse: son image et son public* (MOSCOVICI, 2012), cuja primeira edição foi em 1961. O autor, com a publicação da referida obra, inaugura uma nova teoria, à qual ele dedicou grande parte de sua vida para elaborar. Sua obra seminal apresenta os resultados de sua análise no que concerne às representações sobre a psicanálise na sociedade. Com esse estudo, realizado na França, foi possível compreender como um saber científico foi incorporado aos conhecimentos já existentes, ou seja, como a população construiu uma representação da psicanálise, o senso comum. Era, pois, a representação da psicanálise, criada pela população, o objeto de Moscovici.

Segundo Farr (2012, p. 27), “a teoria das representações sociais é uma forma sociológica de psicologia social, originada na Europa”. No entanto, a teoria se expandiu para muitos outros países e se tornou mundial. Destacamos, que nossa pesquisa valer-se-á dos postulados de Moscovici (2013), bem como das contribuições de Jodelet (2001), de Sá (1996, 2006, 2012), e de Santos (2005), a respeito das RS.

Segundo Sá (2006), a conceituação formal e objetiva das RS não é uma tarefa fácil. No entanto, Moscovici (2013), em seus postulados, direciona caminhos que serão desdobrados por seus seguidores:

É, pois, fácil ver por que a representação que temos de algo não está diretamente relacionada à nossa maneira de pensar e, contrariamente, porque nossa maneira de pensar e o que pensamos depende de tais representações, isto é, no fato de que nós temos, ou não temos, dada representação. Eu quero dizer que elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações. (MOSCOVICI, 2013, p. 37).

Podemos, então, compreender as RS como uma teoria que tem como *locus* o senso comum. Não se restringe, portanto, a uma descrição apenas, mas busca a compreensão do conhecimento que está presente na sociedade. Este conhecimento, é válido ressaltar, é criado e recriado ciclicamente.

As representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, descobrimos diversos elementos (alguns, às vezes, estudados de modo isolado): informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Contudo, estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. (JODELET, 2001, p. 21).

Notamos, desse modo, que em oposição ao conhecimento científico ou à racionalidade estava o senso comum. Essa forma de conhecimento era vista como um conhecimento menor, menos valorizado. Isso porque a ciência não via o senso comum como uma forma de conhecimento.

Falar em representações sociais é remeter-se ao conhecimento produzido no senso comum. Porém, não a todo e qualquer conhecimento, mas a uma forma de conhecimento compartilhado, articulado, que se constitui em uma teoria leiga a respeito de determinados objetos sociais. (SANTOS, 2005, p. 21).

Desse modo, acreditou-se, por muito tempo, que a ciência não podia ser questionada. Além disso, cria-se que o saber científico produzia verdades absolutas, uma vez que a ciência era feita por pessoas iluminadas: os cientistas. No entanto, “a teoria científica não é mais considerada como uma explicação definitiva, uma formulação estática, uma verdade única” (SANTOS, 2005, p.19). Nesse sentido, enfatiza Moscovici (2013, p. 95) a respeito do senso comum: “o senso comum está continuamente sendo criado e re-criado em nossas sociedades, especialmente onde o conhecimento científico e tecnológico está popularizado”.

Assim, não existem saberes mais ou menos importantes. Existem, de fato, saberes diferentes e que atendem a necessidades diversas. Desse modo, para nós interessa examinar o saber do senso comum. Esses saberes podem também ser denominados, segundo Jodelet (1993, p. 5), como “igualmente designado como ‘saber do senso comum’ ou ainda ‘saber ingênuo’, ‘natural’, esta forma de conhecimento se distingue, dentre outros, do conhecimento científico”. Afirma, ainda, a autora: as representações sociais produzidas são tidas “como um objeto de estudo tão legítimo quanto aquele, por sua importância na vida social, pelos esclarecimentos que traz acerca dos processos cognitivos e as interações sociais” (JODELET, 1993, p. 5).

2.1.1 As funções das RS

Quando nascemos, somos recebidos em um determinado grupo social. Então, somos envolvidos por informações diversas que circulam no grupo social que nos acolheu. Assim, recebemos estímulos visuais e imagéticos, somos bombardeados por palavras de diferentes fontes, valores e elementos culturais. Ou seja: as representações sociais nos formam e as construímos coletivamente. A esse respeito, Moscovici (2013) afirma que há duas funções nas RS: a convencionalização e a prescrição.

No que se refere à convencionalização, o autor afirma que essa característica alcança os fatos, os sujeitos ou os objetos que estão presentes na realidade. Desse modo, o que é desconhecido é necessário enquadrar em uma categoria. O que não cabe em uma forma conhecida, por sua vez, não será interpretado. Tal postulado pode ser ilustrado com fatos do cotidiano, quando, por exemplo, quando associamos a cor vermelha ao Partido dos Trabalhadores (PT), e, também, quando vemos a bandeira com as cores do arco-íris e a relacionamos com o movimento que engloba lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero (LGBTs), que utilizam a variedade de cores de forma análoga à diversidade dentro do movimento homoafetivo.

Para os indivíduos que moram em centros urbanos, ver uma viatura da Polícia Militar (PM), com sirenes ligadas, deixa-os em estado de alerta. No entanto, o mesmo fato, em um contexto do campo, poderá não ter o mesmo efeito. Ele despertará a curiosidade, mas os moradores do local podem ainda não ter convencionalizado esse objeto da mesma forma que os da cidade. Isso porque nas zonas rurais ou nos bairros mais afastados do centro da cidade, os indivíduos não contemplam da mesma forma que nos centros urbanos, os equipamentos de segurança pública. Dessa forma, de acordo com Moscovici (2013), os indivíduos são classificados e organizados como parte de um determinado grupo e possuem, assim, características comuns.

Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser compreendido e não codificado. (MOSCOVICI, 2013, p. 34).

Podemos perceber a importância da convencionalização quando mudamos de cidade e reconhecemos, por exemplo, os sinais de trânsito. Isso nos permite realizar deslocamentos com menos transtornos, segundo Moscovici (2013). A convencionalização, também, nos possibilita compreender os aspectos do racismo brasileiro, por exemplo. De acordo com o pensamento racista, convencionou-se que o modelo de beleza é o branco europeu. Sendo assim, então, o que não se encaixa nesse perfil tem um conceito negativo.

Nesse sentido, a assertiva de Moscovici (2013, p. 36) contribui para elucidar ainda mais essa questão: “Então, em vez de negar as convenções e preconceitos, esta estratégia nos possibilitará reconhecer que as representações constituem, para nós, um tipo de realidade”. Percebemos, desse modo, aquilo que chamamos de realidade é uma convenção social e se apresenta como real para os sujeitos. Essa é uma construção feita de tal forma para qual as pessoas são impelidas e interpeladas a acreditar fielmente nos discursos construídos como se tratasse da realidade única e absoluta.

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. [...] Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções. (MOSCOVICI, 2013, p. 35).

No que se refere à segunda função, podemos afirmar, de acordo com Moscovici (2013), que as RS são essencialmente prescritivas. Por isso, elas estão presentes na sociedade independentemente de nossa vontade. Trata-se, pois, do conhecimento transmitido por sucessivas gerações e que, quando chega a nós, atualizamos, ressignificamos e incorporamos. Segundo Moscovici (2013, p. 37), é “fácil ver por que a representação que temos de algo não está diretamente relacionada à nossa maneira de pensar e, contrariamente, porque nossa maneira de pensar e o que pensamos depende de tais representações”.

Podemos, também, ilustrar tal premissa com alguns fatos do cotidiano, como por exemplo, atravessarmos a rua quando vemos um jovem negro vindo em nossa direção em uma rua deserta. Quando falamos sobre usuários de drogas, lembramos de pessoas em situação de rua, com o corpo debilitado e aspecto de sujeira. Outra situação que exemplifica as representações é associação do cabelo crespo com cabelo “ruim”, em oposição ao cabelo “bom”, que normalmente é o liso. Tratam-

se, pois, de diferenças que são marcadores do racismo brasileiro. Ainda é comum pensar na polícia brasileira, como os agressores e quase nunca como vítima.

Assim, essa exemplificação demonstra como algumas imagens são impostas sem que tenhamos condições de questionar. Isso porque elas são apresentadas como verdades absolutas. Além disso, elas circulam na sociedade segundo a intencionalidade dos vários grupos sociais que compõem um determinado grupo social. Nesse sentido, salientamos “a questão das finalidades das representações sociais, atribuindo-lhes quatro funções essenciais” (ABRIC, 1994 *apud* SÁ, 1996, p. 23).

Nessa perspectiva, para explicar a realidade em que vivemos, temos **a função de saber**, que são os conhecimentos colocados em prática e que permitem a troca de informações entre as pessoas. **A função de orientação**, por sua vez, serve também para nos conduzir ou nos orientar em nosso contexto. A partir das representações de um grupo, é possível saber os comportamentos permitidos ou reprováveis. Por seu turno, **a função identitária**, refere-se às representações que oportunizam a um grupo ou ao sujeito condições de se identificar ou não com o grupo à qual pertence. Por meio dessa função, compreendemos o poder coercitivo do grupo. Observamos, por fim, **a função justificadora**. Esta última diz respeito a como as representações sociais nos conduzem a uma realidade. Nesse sentido, as ações de determinados grupos sociais são justificadas mediante o objeto sobre o qual recaem os atos praticados pelo grupo.

2.1.2 Ancoragem e objetivação nas RS

Anteriormente, os conteúdos das ciências buscavam inspirações na natureza e no conhecimento popular, tornando-os inacessíveis para grande parte da população, genericamente, chamada de leigos. Desse modo, as formulações eram para poucos privilegiados que tinham condições de compreendê-las. No prolongamento do tempo e na disseminação das ideias científicas, o senso comum passou a incorporar tais elucubrações. A esse respeito Moscovici (2013, p. 60) afirma que: “a ciência era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum; mas agora senso comum é a ciência tornada comum”.

Sendo assim, para que ocorra a organização mental desse processo, utilizamos a ancoragem e objetivação. No que se refere a esses dois processos, afirmamos que:

O esquema explicativo básico da teoria focaliza, portanto, a gênese das representações sociais através de um princípio único, bastante abrangente em sua simplicidade, e de dois processos específicos que procuram dar conta da estruturação das representações em seus componentes simbólico e figurativo. (SÁ, 1996, p. 48).

De acordo com afirmações acima, reiteramos que existem dois mecanismos que são constituintes e construtores das RS. Segundo Moscovici (2013, p. 60), é preciso, “para dar-lhes uma feição familiar, pôr em funcionamento os dois mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas”. Nesse sentido, aproximamos, inicialmente, o que não conhecemos para onde somos capazes exercer algum controle e, posteriormente, termos as condições necessárias para materializá-los em nossa prática. Portanto, o desconhecido passa a ser conhecido quando podemos nomeá-lo, mediante categorias que já tínhamos estabelecido *a priori*, ainda que essas categorias não sejam suficientes e saibamos disso.

Destarte, é preciso fazer esse exercício para ancorar o que não conhecíamos. Nessa direção,

ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas. (MOSCOVICI, 2013, p. 61-62).

Esse processo de ancorar nunca é destituído de valor. Isso porque quando categorizamos objetos ou pessoas, também, estamos valorando. Podemos colocá-los em uma condição positiva ou negativa. Assim, de acordo com nosso sistema de valores, não somos neutros ao ancorar. De acordo com Moscovici, (2013, p. 62), “de fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes”. No que se refere, ainda, ao processo de ancoragem, Santos (2005) irá descrever os seguintes aspectos: a

atribuição de sentido, instrumentalização do saber e o enraizamento no sistema de pensamento.

Por sua vez, o mecanismo da objetivação, pode ser definido como a descoberta da “qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância”. (MOSCOVICI, 2013, p. 71-72). Ainda sobre o processo de objetivação, Santos (2005, p. 32) aborda os três movimentos para que esse processo se concretize, são eles:

Seleção e descontextualização: considerando a dispersão de informações dos objetos sociais, apenas alguns elementos são retidos, retirados do contexto no qual surgiram em função de significados já existentes. **Formação de um núcleo figurativo:** é a construção de um modelo figurativo, um núcleo imaginante a partir da transformação do conceito. **Naturalização dos elementos:** os elementos que foram construídos socialmente passam a ser identificados como elementos da realidade de objeto.

Assim, os indivíduos que possuem conhecimentos no senso comum estão “naturalizados”, como se pode observar nas representações sobre os adolescentes brasileiros. De acordo com as RS que se tem, atribui-se aos adolescentes a responsabilidade pelo aumento da violência no Brasil⁴. Além disso, a RS dos adolescentes é ainda associada ao abuso de drogas e ao tráfico.

Na busca por extinguir perigos para sociedade, a proibição acabou por criminalizar condutas, mas nem todos, na prática são alvos da lei. *Seletivamente*, a maioria dos novos criminosos foi encontrada entre classes pobres (negros, nordestinos, mexicanos etc.) e entre subversivos (contestadores, *hippies*, artistas e “desajustados”). Nos estados unidos, a maioria dos presos por crimes relacionados a drogas é negra ou hispânica, apesar de ambos os grupos serem minorias no país. Uma pesquisa nos dados prisionais brasileiros revelaria algo similar, com negros, mulatos, favelados e migrantes sem dinheiro. Quase todos muito jovens. (RODRIGUES, 2009, p. 6, grifo do autor).

Por sua vez, Espinheira (2008, p. 74), afirma que “a banalização vem de cima para baixo, das instituições do Estado para os moradores em seus mais diversos

⁴ Essa é uma ideia de tal forma naturalizada que existe a possibilidade real de diminuição da maioridade penal para punir uma parcela específica da sociedade.

lugares de moradia”. Essa naturalização contribui para o processo de invisibilidade desse grupo etário, os adolescentes, que são o foco desta pesquisa.

A observação familiar de que nós estamos conscientes de algumas coisas bastantes óbvias; de que nós não conseguimos ver o que está diante de nosso olhar ou nossa percepção estivessem eclipsados, de tal modo que uma determinada classe de pessoas, seja devido a sua idade – por exemplo, os velhos pelos novos e os novos pelos velhos – ou devido a sua raça – por exemplo os negros por alguns brancos, etc. – se tornam invisíveis quando, de fato, eles estão “nos olhando de frente”. (MOSCOVICI, 2013, p. 30).

Essa invisibilidade, no entanto, não precisa ser eternizada. Isso por que, de acordo com a autor, existe a possibilidade de alteração e de mudança social. Desse modo, “o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade” (MOSCOVICI, 2013, p. 40).

2.2 MEMÓRIA SOCIAL

Os estudos em e sobre memória tiveram início com a filosofia. Contemporaneamente, o tema é objeto de estudos multi e interdisciplinares em áreas de preocupação e interesse de toda a sociedade, tais como a cultura, a política, a arte e as histórias de povos dominados. Podemos observar, também, relevante interesse sobre a matéria no campo da tecnologia. Sendo assim, podemos constatar que diferentes conceitos sobre o que seja memória têm sido postulados a partir da área de conhecimento da qual está se tratando.

Especificamente, na psicologia social, ressaltamos que:

O conceito de memória social, da forma como vem sendo trabalhado na atualidade, tem basicamente suas origens nas teorizações seminais, na primeira metade do século XX, do sociólogo francês Maurice Halbwachs e do psicólogo britânico Frederick C. Bartlett. (SÁ, 2008, p. 128).

Observamos, desse modo, que a memória, de maneira geral, é um fenômeno que perpassa todos os aspectos do ser humano e de sua vida em sociedade. Por isso, os estudos sobre memória social têm como percussor Maurice Halbwachs (1877-1945), com a publicação póstuma de sua obra “A memória coletiva”, em 1950.

Filósofo em sua primeira formação, o referido autor foi aluno de Henri Bergson, seguindo, posteriormente, o caminho da docência, na Alemanha. Por conseguinte, lecionou no exterior, especificamente, em Paris onde conheceu Émile Durkheim, tornando-se seu discípulo.

Como seguidor de Durkheim, Halbwachs elaborou uma explicação sobre as representações coletivas. O postulado ampliava o termo memória coletiva cunhado, ainda, na década de 1920. Desse modo, ao mesmo tempo em que comungava das ideias de seu mestre de que a sociedade ou o meio social forma o homem, destacava o papel do indivíduo na elaboração de suas memórias. Isso significa dizer que o sujeito tem suas memórias influenciadas por seu grupo. No entanto, ele não se encontra na posição ou condição de passividade nessa relação, Ele contribui, significativamente, na elaboração da memória. Portanto, podemos dizer que a relação da memória-sujeito se torna uma via de mão dupla.

O pensamento de Halbwachs foi, assim, um importante marco nos estudos sobre memória e a respeito da memória coletiva. É válido ressaltar que no momento em que o referido autor formula tais conceitos, compreendia-se a memória a partir de uma perspectiva centrada no indivíduo. Destacamos, por isso, que a obra do autor se tornou clássica nos estudos de memória. Sendo assim, diversos autores, retomam as contribuições dos trabalhos de Halbwachs e de Bartlett, no âmbito da psicologia social, assim como em outras disciplinas para tratar da memória coletiva (SÁ, 2012).

Ressaltamos, nos estudos contemporâneos sobre memória, Celso Sá (2007). Tal autor apresenta um conjunto de princípios unificadores do campo da memória social ou memória da sociedade. O primeiro é o princípio construtivo da memória. De acordo com o autor, esta é uma construção e não uma reprodução do passado. Isso porque as experiências não estão cristalizadas nos sujeitos, uma vez que precisam ser convocadas pelo presente, utilizando instrumentos da sociedade. O segundo, são as memórias do indivíduo. A sociedade e seus marcos exteriores elaboram essas memórias, mas, cabe ao sujeito, a lembrança. Por sua vez, o terceiro fundamento, destaca a interação entre os sujeitos e a comunicação. A memória social, então, depende dessa relação. Por seu turno, o quarto princípio ressalta a possibilidade de recordar do passado ligando as informações que se tem sobre esse passado. Por fim, o quinto fundamento apresenta a relevância das emoções e dos

sentimentos na constituição da memória social. Pode-se considerar, assim, a memória social como um conceito complexo e multifacetado.

Salientamos, no conjunto das discussões apresentadas, que buscamos utilizar os estudos no campo da memória social de um grupo etário, os adolescentes matriculados na rede municipal, como recurso para identificar as representações sociais sobre o uso de drogas e sobre a violência. Para prosseguirmos, no entanto, será necessário explicitar a memória coletiva, memória individual e o tempo na memória, à luz de Halbwachs.

2.2.1 A memória coletiva e a memória individual

De acordo com Halbwachs (2006, p. 41), podemos falar sobre a memória coletiva “quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo”. Nessa perspectiva, formamos as nossas memórias coletivas quando participamos de um acontecimento ou de uma experiência em grupo. Nesse contexto, recorreremos à lógica do grupo para lembrar. Desse modo, quando nos afastamos de um grupo, as nossas memórias coletivas se tornam difíceis de serem acessadas, uma vez que precisamos do grupo para nos ajudar a recordar. No entanto, quem realiza o trabalho da lembrança é o sujeito. Ele é, pois, a condição *sine qua non* para existência da memória, seja ela individual ou coletiva.

As nossas mais importantes lembranças ou recordações do passado, aquelas que consideramos mais íntimas, não são apenas nossas. Podemos afirmar, nesse sentido, que não estamos sozinhos em nossas memórias. Reitera, na mesma direção Halbwachs, (2006, p. 30): “contudo, apenas em aparência pensei sozinho”. Como estamos inseridos em diversos grupos, temos, então, diferentes memórias coletivas, que recordamos no agora, no nosso presente.

Quando acreditamos ser livres e autônomos em nossas memórias, não reconhecemos a influência dos grupos aos quais pertencemos. Entretanto, as marcas da coletividade estão presentes em nossas experiências. Quando nos lembramos da infância, por exemplo, temos os testemunhos da família. Por sua vez, quando recordamos da escola, dos amigos, dos namoros, das decepções, o outro está presente em nossas memórias mesmo que não seja fisicamente. Conforme, Halbwachs (2006, p. 65), “à medida que cedemos sem resistência a uma sugestão

externa, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que, em geral, a maioria das influências sociais a que obedecemos permanece despercebida por nós”. Salientamos, nessa perspectiva, que é essa relação social ligada à construção das memórias que desconstrói a ideia de autonomia do sujeito. Este é ativo e determinante. Contudo, não é livre.

Assim sendo, podemos entender um grupo como um conjunto de sujeitos que possuem relação de identificação ou afetiva. Não é necessário que o grupo esteja presente fisicamente. No entanto, o indivíduo precisa ter acesso a esse grupo para manter suas recordações. A esse respeito, Halbwachs (2006) nos diz que o esquecimento se dá quando já não nos lembramos de algo e, conseqüentemente, deixamos de nos lembrar do grupo no qual estávamos, anteriormente, inseridos. Corrobora tal pensamento, a assertiva observada no fragmento reproduzido a seguir.

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e duração por ter como base um conjunto de pessoas, são indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essas diversidades, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social. (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Constatamos, desse modo, que é na relação com o grupo que estão as lembranças. Estas últimas, por sua vez, são o resultado do reconhecimento e da reconstrução. Por seu turno, podemos afirmar que o reconhecimento é o já vivido ou já experienciado. Nessa perspectiva, Schmidt e Mahfoud (1993), ressaltam que a reconstrução não é possível sem uma repetição do passado. Assim sendo, observam os referidos autores, que a cada lembrança há uma reconstrução. Esses dois fenômenos, só podem existir com o pertencimento ao grupo, relatam, uma vez que é preciso o sentimento da relação. Desse modo, “a memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os ‘quadros sociais’ nos quais as lembranças podem permanecer e, então articular-se entre si” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289). Nesse sentido, podemos verificar, em consonância com Halbwachs (2006), como a memória é coletiva.

Podemos notar, então, que a memória individual está imbricada na memória coletiva. De fato, ela existe. Halbwachs (2006 p. 71), a esse respeito, é enfático: “se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva”. Então, a memória individual coexiste com a memória coletiva sem se sobrepor, ou se perder. Por outro lado, porém,

a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas – evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBACWAHS, 2006, p. 72).

Desse modo, compreendemos que os estudos a respeito da memória coletiva transcenderam as obras dos teóricos clássicos. O tema ganhou, assim, uma amplitude maior. Na literatura especializada, de maneira geral, instituiu-se o termo memória social, como termo guarda-chuva para referir-se à memória coletiva (SÁ, 2012). Isso não significa dizer que todos os estudos em memória tratem das mesmas especificidades. Nessa direção, podemos afirmar que cada estudo sobre tema trata de aspectos, instâncias e categorias diferenciadas a respeito da memória social. É importante ressaltar, por isso, que existam apenas estas categorizações ou que elas não possam sofrer transformações e coexistirem ao mesmo tempo, pois o mapeamento realizado pelos estudos sobre memória têm efeitos didáticos.

Nessa perspectiva, ressalta Sá (2012), ao afirmar que as memórias pessoais, embora se utilizem do termo pessoal, não quer dizer que sejam estritamente a memória individual. Por isso, o centro desse estudo é a pessoa imersa na sociedade, que vivenciou fatos históricos e experiências culturais. A ênfase, assim, está no papel identitário. Conforme enfatiza o referido autor, “em termos de pesquisa empírica, as memórias pessoais são estudadas sob o rótulo de memórias autobiográficas. Incluem-se aí as histórias de vida” (SÁ, 2012, p. 292).

Memórias comuns são compreendidas, nesse contexto, como um conjunto de memórias pessoais, mesmo que as pessoas não se relacionem presencialmente ou elaborem sistematicamente essas memórias. Por terem possíveis experiências em comum, podem ter recordações semelhantes a respeito de um mesmo momento histórico ou de relevância para um grupo específico. Assim,

na medida em que as memórias comuns passam a constituir uma porção cada vez mais significativa da memória social nas sociedades contemporâneas, a importância do seu estudo aumenta na mesma proporção. Ou seja, mais do que atender à exigência lógica de suprir uma lacuna conceitual entre as memórias pessoais e as coletivas, a construção e o funcionamento das memórias comuns passam a se impor como problema substancial de pesquisa. (SÁ, 2012, p. 293).

Por seu turno, memórias históricas documentais são as memórias que se apoiam em fontes documentais, manifestações culturais e espaços públicos como monumentos que não permanecem estagnados. Contudo, são acessados como memória ativa (SÁ, 2012). Nesse sentido, as memórias históricas orais são diferentes da memória histórica documental, pois aquela modalidade de pesquisa não encontra fontes ou encontra pouco apoio nas fontes documentais, uma vez que se apoia efetivamente nas recordações orais.

Os estudos no âmbito desta instância, que têm recebido os variados rótulos de memórias nacionais, étnicas, comunitárias, etc., aplicaram-se originalmente aos povos sem escrita, mas hoje se intensificam com relação àqueles que, tendo sido por muito tempo dominados, recentemente recuperaram sua autonomia. (SÁ, 2012, p. 294).

Destacamos, ainda, as memórias práticas que, por sua vez, são as memórias que estão inscritas no corpo, permanecendo, por isso, nas práticas sociais. De acordo com Sá (2012, p. 294), um modo de ilustrar a manifestação de tal memória pode ser observado no “ato de ajoelhar na igreja católica, que integra uma memória religiosa fixada – não apenas na cultura, mas também no corpo de cada participante”.

Sobre as memórias públicas, podemos afirmar que estas últimas também estão presentes nas memórias ligadas à política:

A esfera pública é também onde mais nitidamente se observam as relações entre poder e memória, onde proliferam os chamados “usos públicos da história”, onde são esgrimidos os argumentos opostos do “dever de memória” e da “necessidade de esquecimento”, onde as memórias se encontram cada vez mais submetidas à mediação dos meios de comunicação de massa. (SÁ, 2012, p. 294).

No contexto da presente pesquisa, faz-se necessário identificar como as memórias dos adolescentes investigados evidenciam as valorações sobre uso de

drogas e a violência. Nessa perspectiva, os conteúdos explicitados na coleta de dados podem possibilitar a compreensão das funções das representações sociais. Estas últimas, por sua vez, podem evidenciar os saberes desse grupo geracional, e oportunizar repensar sobre o tratamento ofertado a eles.

2.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIAS SOCIAIS: UM DIÁLOGO

Podemos afirmar que a teoria das RS e os estudos em memória social possuem uma origem em comum. Isso porque, conforme ressaltamos anteriormente, Moscovici e Halbwachs, principais autores e precursores de tais áreas de pesquisa, tomaram como base para formular suas teorias os postulados de Durkheim (2009). Nesse contexto, destacamos que ambos os autores partiram das representações coletivas e buscaram outros caminhos para chegar às formulações teóricas sobre memória e RS. Desse modo, considerada a origem comum, na sociologia, procuramos, nesse capítulo, discorrer sobre alguns dos pontos de convergência possíveis entre as teorias.

Nesse sentido, enfatizamos que os dois mecanismos que produzem as representações sociais são, também, utilizados pelos sujeitos para lidar com a memória. Trata-se, pois, da ancoragem e da objetivação, conforme apresentamos anteriormente.

A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2013, p. 78).

Salientamos, por isso, que as RS e as memórias não são verdades absolutas e acabadas. Ao contrário: elas estão em contínua produção e ressignificação, conforme notamos no fragmento reproduzido a seguir.

É dessa soma de experiências e memórias comuns que nós extraímos as imagens, linguagem e gestos necessários para superar o não familiar, com suas consequentes ansiedades. As experiências e memórias não são nem inertes, nem mortas. Elas são dinâmicas e imortais. (MOSCOVICI, 2013, p. 78).

Destacamos, nesse contexto, que uma das maiores contribuições de Moscovici com a teoria das RS foi, indubitavelmente, alterar o papel do sujeito nas representações coletivas. Durkheim, reiteramos, via a sociedade como coercitiva. O sujeito, por seu turno, era considerado sem autonomia. Ou seja: cabia ao sujeito o papel de reprodutor e não o de criador. Nessa esteira, a representação social é “uma construção do sujeito sobre o objeto e não a sua reprodução, essa reconstrução se dá a partir de informações que ele recebe de e sobre o objeto” (SANTOS, 2005, p. 25).

Por seu turno, Halbwachs (2006), reitera tal pensamento a respeito do sujeito e de sua autonomia. O citado autor evidencia a importância do indivíduo ao afirmar que cabe ao sujeito recordar-se, uma vez que este possui o papel de lembrar. Desse modo,

não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros. (HALBWACHS, 2003, p. 39).

Consideramos, por isso, a função do grupo social como outro ponto de convergência para os principais autores das RS e dos estudos sobre memória. Segundo Halbwachs (2003, p. 30), “para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade”. Sendo assim, pensamos como grupo, e usamos os recursos da sociedade e as informações que dispomos sobre o pensamento. Desse modo, pode-se afirmar que não conseguimos pensar sozinhos. Reitera as afirmações anteriores, a assertiva do fragmento reproduzido a seguir.

O que estamos sugerindo, pois, é que pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, etc. as pessoas analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro, etc. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhe fornecem o “alimento” para o pensamento. (MOSCOVICI, 2013, p. 45).

Podemos verificar, desse modo, de acordo com Moscovici (2013), que as pessoas e os grupos leigos, aqueles considerados laicos, assumem uma condição de produtores de conhecimento, de um conhecimento específico. Isto é: o senso comum. Em contrapartida, as pessoas se alimentam dos saberes científicos, já que ninguém cria uma opinião ou a muda no vazio. Observamos, nesse sentido, que os argumentos são, também, oferecidos pela ciência. A partir de tal pressuposto, podemos afirmar que:

Quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação, ou se comporta. Mais precisamente, enquanto seu objetivo não é comportar-se, mas compreender. (MOSCOVICI, 2013, p. 43).

A compreensão do ser humano apresentada por Moscovici (2013) é também o *locus* deste trabalho. Nesse sentido, procuramos identificar quais os conteúdos das representações sociais que os adolescentes investigados têm sobre as drogas e sobre a violência, a fim de entendermos como as representações desses sujeitos são constituídas de memórias sociais. Na mesma esteira, apresentamos, no capítulo seguinte, breves reflexões sobre o conceito de violência e de drogas, assim como examinamos como o percurso histórico desses dois fenômenos sociais impactam a vida do público-alvo da presente pesquisa.

3 DROGAS E VIOLÊNCIA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO E CONCEITUAL

A história das drogas é indissociável à história da humanidade. Desde tempos mais antigos, existem indícios do uso de drogas como forma de se obter prazer, amenizar as dores ou fazendo parte da alimentação (ESCOHOTADO, 2003). Essas substâncias também têm profunda ligação com as religiões, com a medicina e com as celebrações festivas. Destacamos, assim, que não existe verdade absoluta em relação às drogas. Há, nesse sentido, um amplo universo que precisa ser pesquisado e necessita ser desmistificado. Desse modo, faz-se necessário encarmos questões tão relevantes, esforçando-nos para não reproduzir as hierarquizações que estabelecem as desigualdades sociais.

É, pois, nessa perspectiva, que apresentamos, então, este capítulo que, por sua vez, versa sobre o percurso histórico e conceitual sobre drogas, da violência e de sua relação com a adolescência. Inicialmente, apresentamos um pouco a história das drogas à luz de pesquisas de autores como Escohotado (2003), Carneiro (2005) e Procópio (1999). Por ser um longo período de tempo, serão necessários alguns recortes temporais, sem que seja comprometida a compreensão global sobre o tema abordado. Em seguida, faremos considerações sobre os estudos sobre violência, a partir de Abramovay, Cunha e Calaf (2010), Gonçalves (2003) e de Minayo (2002). Por conseguinte, trataremos da relação estabelecida entre adolescentes, drogas e violência, de acordo com os estudos de Malvasi e Trassi (2010), de Ferreira, Farias, Silva (2010) e de Bertoni (2015).

3.1 DROGAS

As origens das drogas estão imbricadas com a história de toda e qualquer sociedade. Segundo Lapate (2001, p. 18), “nunca existiu cultura humana que não tenha se utilizado de substância psicoativa”. Nessa perspectiva, podemos afirmar que:

A história das bebidas alcoólicas e das drogas remete a um âmbito pouco conhecido da história das sociedades humanas: o da vida material, da cultura material, o que o homem come, bebe, veste, onde mora e, também, os remédios com que se cura e se consola. (CARNEIRO, 2005, p. 3).

Desse modo, a determinação da legalidade ou da ilegalidade de determinadas substâncias corresponde a fatores sociais, históricos, culturais e políticos de cada grupo ou comunidade. Na esteira desse debate, Lapate (2001) faz uma reflexão sobre substâncias altamente danosas que são lícitas, como o tabaco, o álcool e outras que permanecem como ilícitas. Sobre o tabaco, os números são alarmantes. De acordo com Carneiro (2005, p. 3), o tabaco, isoladamente, pode ser considerado “o maior vilão da história da humanidade, tendo matado mais do que todas as guerras, numa cifra de cinco milhões de mortos por ano, o que totalizaria meio bilhão em todo século!”.

Por seu turno, Carneiro (2005), Silva (2011) e Procópio (1999) relacionam a palavra droga com o termo holandês *droog* que foi usado como sinônimo dos produtos secos, do século XVI ao XVIII. Tal termo também foi associado às substâncias ligadas ao prazer. No Brasil, anteriormente, a palavra droga foi usada, inicialmente, sem sentido negativo. Isso porque caracterizavam os espaços de venda de remédios e cosméticos. Isto é: as drogarias. Esses estabelecimentos comerciais também eram e são denominadas farmácias, nomenclatura esta que ainda permanece.

Sobre a sutileza semântica do termo droga, podemos ressaltar que:

Muy notable resulta que la palabra griega para droga sea phármakon y que pharmakós – cambiando sólo la letra final y el acento – signifique chivo expiatorio. Lejos de ser una mera coincidencia, eso muestra hasta qué punto medicina, religión y magia son inseparables en los comienzos. (ESCOHOTADO, 2003, p. 11-12, grifos do autor).

De acordo com Procópio (1999), após a Convenção de Genebra, em 1936, passou-se a complementar a palavra droga com o adjetivo nocivo. Nesse contexto, as drogas nocivas se popularizaram. O termo nocivo foi, então, descartado. No entanto, o sentido permaneceu na palavra droga. Assim sendo, a palavra droga, contemporaneamente, está incorporada ao cotidiano como algo devastador, ruim, perigoso é quase sempre associada à negatividade.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a droga se configura como toda e qualquer substância não produzida pelo organismo, a qual tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento. A legislação brasileira, por meio da Lei nº 11.343, de 23 de

agosto de 2006, no art. 1º em seu parágrafo único, conceitua “como drogas, as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência” (BRASIL, 2006, p. 1). Na mesma lei, trata-se, no art. 2º, da proibição de tais substâncias. Assim, a determinação da lei garante que “ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas” (BRASIL, 2006, p. 1). As drogas que a lei se refere são descritas na Convenção de Viena, das Nações Unidas, de 1971 (BRASIL, 1991).

Nesse sentido, podemos observar alguns relatos da Antiguidade que expressam muitos exemplos de uso de diversas substâncias psicotrópicas⁵. Assim, se a história da humanidade se iniciou na África, conforme creem os historiadores, antropólogos, arqueólogos e outros estudiosos sobre a origem da humanidade, o mesmo também se pode afirmar sobre a história das drogas. Conforme afirma Escohotado (2003, p.15) *“las plantaciones de adormidera en el sur de España y de Grecia, en el noroeste de África, en Egipto y Mesopotamia son probablemente las más antiguas del planeta”*. Podemos verificar, nessa direção, que os sumérios, povos da Baixa Mesopotâmia, usavam a papoula para tratar enfermidades físicas. Esse povo da Antiguidade conhecia também as propriedades da mandrágora. Existem traços do consumo de solanáceas alucinógenas em cerâmicas do período neolítico. Para os povos locais, na referida época, essa planta era símbolo de Shiva. Reitera as afirmações anteriores, Carneiro (2005, p. 78), salientando que no período da “antiguidade clássica greco-latina, o ópio era um *pharmakon*, ao mesmo tempo remédio e veneno, com uso medicinal e eutanásico e, por isso, exemplo maior da tese de que só a dose faz o veneno”.

Durante a Idade Média, período histórico no qual houve o predomínio da Igreja Católica, o uso de algumas drogas, como o analgésico e o sedativo derivados do ópio, foi condenado pela referida instituição religiosa. Destacamos que, nesse período, aconteceu, também, a Inquisição, na qual homens e mulheres foram perseguidos e executados, muitas vezes de forma injusta, por causa de seus comportamentos e ideais incompreendidos e não aceitos pela religião apostólica romana. Assim, as mulheres, sobretudo, eram acusadas, principalmente, de

⁵ São substâncias naturais ou sintéticas que atuam sobre o nosso cérebro, alterando de alguma maneira nosso psiquismo. As drogas psicoativas ou psicotrópicas são utilizadas para produzir alterações, mudanças nas sensações, no grau de consciência e no estado emocional do ser humano, acordo com Lapate (2001, p. 28).

bruxaria, entre outros pecados (CARNEIRO, 2005). A crença popular em tal momento histórico, era baseada na afirmação de que estas se associavam ao demônio e o cultuavam. Corroboram essas afirmações, o fragmento reproduzido a seguir.

Andrés de Laguna, médico de Carlos V, Francis Bacon, filósofo inglês [...] eram dos que sustentavam a tese de que as bruxas eram consumidoras de unguentos de solanáceas que sofriam ilusões e não voluntárias sequazes do demônio. (CARNEIRO, 2005, p. 133).

Com os movimentos de expansão, no século XVI, muitas drogas nativas e produzidas nas Américas se tornaram conhecidas. Pelo seu valor comercial, potencializou-se o comércio entre o Velho e o Novo Mundo. Nesse sentido, podemos afirmar que as grandes navegações geraram um intercâmbio de drogas, proporcionando uma espécie de globalização das substâncias ilícitas. No contexto do período colonial, podemos observar que a palavra droga apresentava um amplo sentido popular. Assim, o termo poderia se referir a uma série de produtos, destinados ao uso da cura de doenças e complementos de receitas. Ou seja: o vocábulo era utilizado para designar o que, posteriormente, passou a ser chamado de especiarias. Ressaltamos, porém, que esses produtos não eram acessíveis a todos, mas sim, a uma classe específica: grupos sociais dominantes. Reitera, na mesma direção, Carneiro (2005), ao afirmar que, assim como na época colonial, outras culturas também não faziam distinção entre determinadas drogas e as denominadas especiarias, pois em algumas situações os alimentos eram selecionados pelo seu efeito curativo.

No cenário brasileiro, com a procura pelo açúcar, desenvolveu-se uma grande produção de tal produto para suprir as necessidades do mercado europeu. Assim, o tráfico de seres humanos escravizados da África teve um crescimento estrondoso. Podemos observar que muitos homens e mulheres foram escravizados e trazidos para o Brasil para trabalhar nas lavouras açucareiras. A moeda de troca no mercado escravagista internacional era baseada na troca por outros produtos, inclusive a aguardente e o tabaco. Conforme aponta Carneiro (2005, p. 87), “desde o final do século XVI, [...] que já se enviava tabaco baiano diretamente para África em troca de escravos”. Com o aumento da produção açucareira, o acesso ao açúcar deixou de ser exclusivo da aristocracia e foi expandido às classes mais populares.

O açúcar, produzido em larga escala, deixou de ser considerado como uma droga e foi incorporado aos hábitos alimentares. Nesse sentido, Carneiro (2005, p. 13), ressalta que “no Brasil, as duas drogas mais importantes dos dois primeiros séculos da colônia foram o pau-brasil e o açúcar”. Contemporaneamente, o álcool, advindo do açúcar, é considerado uma droga lícita, e seu consumo continua a ser estimulado pelas indústrias alcooleiras que investem alto na produção, distribuição e promoção do produto, por meio de propagandas que, por sua vez, procuram estimular, expandir e conquistar o público-consumidor de tal produto. Nesse contexto, o referido autor destaca que a substância teve momentos distintos na história dos povos. Primeiramente foi divinizado em rituais religiosos. Posteriormente, “na colonização da América a embriaguez indígena” passou a ser sempre “identificada à idolatria religiosa, pois o uso de álcool e outras drogas assumia nas sociedades indígenas o significado de práticas devocionais” (CARNEIRO, 2005, p. 22).

Podemos observar, no entanto, que em alguns momentos da história, ressalta Carneiro (2005), o consumo de álcool foi proibido em alguns países. A lei seca, nos Estados Unidos da América, é um claro exemplo (CARNEIRO, 2005). No Brasil, o comércio da cachaça foi proibido por lei em 1649. Em 1661, entretanto, a lei foi revogada, pelo receio da concorrência com a produção de vinho. Uma nova proibição voltou a ocorrer em 1679. Nessa ocasião, a justificativa oficial se pautava nos efeitos negativos observados na saúde de soldados e escravos. O motivo da proibição revelava o interesse em proteger os produtos portugueses amplamente consumidos no Brasil. O efeito de tal proibição, como se pode notar, foi o aumento dos lucros dos comerciantes brasileiros com a exploração do comércio ilegal e do tráfico da cachaça.

Embora o álcool seja lícito no Brasil, Lapate (2001) ressalta os efeitos nocivos do álcool. Para o referido autor, trata-se de uma substância que altera o comportamento e que causa dependência. Quando consumido de forma abusiva, pode desenvolver uma espécie de dependência física e emocional, conhecida como alcoolismo. Reiteramos, nesse sentido, que tal doença apresenta significativas dificuldades para ser combatida e considerada, por muito, como um grave problema de saúde, cabendo, por isso, campanhas de prevenção. Tais dificuldades se concentram, ainda, na conscientização dos indivíduos, pois o consumo de bebidas

alcoólicas faz parte das mais diversas celebrações e dos momentos festivos. Ou seja: trata-se de um consumo socialmente aceitável.

No debate sobre as drogas, cabe, ainda, mencionar o consumo de ópio na China. Tal droga se proliferou no referido país asiático com o crescimento do consumo de chá na Inglaterra, principal país consumidor das especiarias chinesas. O aumento na produção de chá levou ao crescimento do consumo do ópio na China. De acordo com Carneiro (2005), o ópio substituiu a prata como principal meio de pagamento dos produtos chineses. A perigosa situação chinesa diante do elevado consumo e da grande dependência do ópio, assim como a necessidade de livrar a China de tal droga, provocou duas guerras. A primeira ocorreu no período de 1839 a 1842. A segunda guerra, entre 1856 e 1860.

Observamos que a partir do século XVIII, o consumo do ópio na China foi reduzido, mas não extinguido. Já no século XX, foi limitada sua produção, ainda sendo necessária para a confecção de morfina. Com o isolamento da morfina e a criação da seringa em 1853, houve uma mudança de paradigmas no campo da saúde. Sendo assim, a morfina foi, e ainda é, ressaltamos utilizada para amenizar a dor. Por isso, seu uso ainda é extremamente necessário em procedimentos cirúrgicos. O risco que tal substância representa pode ser melhor compreendido no fragmento reproduzido a seguir.

A morfina injetada em militares feridos durante a Guerra Civil nos Estados Unidos da América destranca as portas para o vício no continente. Em 1870, casas para fumar ópio foram abertas na Califórnia. Em 1898, os Estados Unidos da América adquiriram as Ilhas Filipinas dos espanhóis e resolveram proibir locais de fumar ópio. A proibição surtiu efeito inverso em Manila. Em 1903, apareceram novas lojas totalizando 190 pontos de consumo na cidade de Manila. Cerca de 70 anos depois, a mesma cena se repete nos Estados Unidos, com ex-combatentes do Vietnã que voltam viciados em heroína. (PROCÓPIO, 1999, p. 22).

Sendo assim, destacamos que, conforme a legislação brasileira – Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, Lei nº 12.961, de 4 de abril de 2014 – os aspectos que dividem as drogas entre lícitas e ilícitas, não são exclusivamente seus efeitos. Assim como observamos o exemplo norte-americano com a morfina, uma droga lícita e, em alguns casos, necessária, e que, no entanto, produz um grande número de viciados, os produtos derivados do tabaco e do álcool, no Brasil, também são lícitos, e algumas vezes, necessários.

Reiteramos, como afirmado anteriormente, que tais produtos podem causar dependência, gerando, como no caso estadunidense, graves problemas de saúde pública. Nesse contexto, destacamos ainda, a droga comercialmente batizada como ritalina.

O metilfenidato, é um estimulante do sistema nervoso central - SNC), tem o mesmo mecanismo de ação das anfetaminas e da cocaína, bem como de qualquer outro estimulante. Ela aumenta a concentração de dopaminas (neurotransmissor associado ao prazer) nas sinapses, mas não em níveis fisiológicos. É certo que os prazeres da vida também fazem elevar um pouco a dopamina, porém durante um pequeno período de tempo. Contudo, o metilfenidato aumenta muito mais. Assim, os prazeres da vida não conseguem competir com essa elevação. A única coisa que dá prazer, que acalma, é mais um outro comprimido de metilfenidato, de anfetamina. Esse é o mecanismo clássico da dependência química. É também o que faz a cocaína. (GARDENAL, 2013, p. 1).

Trata-se de um medicamento de uso restrito, mas que tem sido amplamente consumida, e até de forma abusiva, por muitos jovens brasileiros a fim de potencializar a concentração⁶. Chamamos a atenção, por isso, para os aspectos que são considerados para classificar as drogas como lícitas ou ilícitas. Se os efeitos negativos, dentre a dependência e a alteração do comportamento, fossem considerados e postos em relevância, estas drogas seriam também proibidas. Sendo assim, podemos afirmar que essa categorização se pauta em decisões políticas e de cunho mercadológico. Ressaltamos, por isso, que a questão das drogas no Brasil está, intimamente, atrelada à questão econômica (GARDENAL, 2013).

Desse modo, os estudos sobre as drogas e seus efeitos são amplos e complexos, dada a variedade de substâncias que são assim classificadas e de sua grande importância na história das civilizações. Nesse sentido, conceituar as drogas também é algo que difere em distintas culturas. Devemos, por isso, considerar que

⁶ “[...] metilfenidato, da família das anfetaminas, prescrita para adultos e crianças portadores de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Teria o objetivo de melhorar a concentração, diminuir o cansaço e acumular mais informação em menos tempo. Ocorre que essa droga pode trazer dependência química, pois tem o mesmo mecanismo de ação da cocaína, sendo classificada pela *Drug Enforcement Administration* como um narcótico. No caso de consumo pela criança, que tem seu organismo ainda em fase de formação, a ritalina vem sendo indicada de maneira indiscriminada, sem o devido rigor no diagnóstico. Tanto que, no momento, o país se desponta na segunda posição mundial de consumo da droga, figurando apenas atrás dos Estados Unidos. Como acontece com boa parte dos medicamentos da família das anfetaminas, a ritalina 'chafurda' a ilegalidade, com jovens procurando a euforia química e o emagrecimento sem dispor de receita médica. Fala-se muito que, se não fizer o tratamento com a ritalina, o paciente se tornará um delinquente” (GARDENAL, 2013, p. 1).

as culturas dependem da organização de determinada comunidade no que concerne às formas de legislações que limitam os usos, a produção e a criminalização de determinadas substâncias, dentre outros aspectos que irão variar conforme a especificidade social.

Salientamos, entretanto, o invariável o interesse da humanidade por substâncias classificadas como drogas. Reitera nossas afirmações, o fragmento reproduzido a seguir.

Drogas psicoativas podem agir como remédios ou venenos, alimentos ou bebidas, analgésicos ou anestésicos, eutanásicos ou instrumentos para sonhar, divindades ou demônios, seus usos abrangem o nascimento e a morte, o prazer e a dor, o desejo e a necessidade, o vício e o hábito. Abrem o apetite ou tiram a fome. São atiçadoras da sexualidade ou anuladoras da excitação. Seus usos múltiplos alimentam e espelham a alma humana. (CARNEIRO, 2005, p. 6).

Nessa perspectiva, é importante compreendermos o conceito heterogêneo das drogas psicotrópicas e aquelas conhecidas como substâncias psicoativas. Trata-se, pois, das substâncias que agem para alterar o funcionamento cerebral. Além do conceito de drogas, faz-se essencial compreender a assertiva de Carneiro (2005, p. 4), pois as drogas têm uma função social, e nesse sentido, podemos afirmar que apresenta relevância sócio-político-econômica. Desse modo, “o papel das drogas, [...] particularmente na história moderna, é de extrema importância [...]”. Assim, não basta saber que as drogas causam danos ao organismo, é imprescindível reconhecê-las como produto e como uma mercadoria de necessidade básica, ainda que não o seja. Nesse contexto, é preciso reavaliar a quem serve a proibição e quem se beneficia, de fato, visto que a história é cheia de reveses e nos mostra que a permissão ou proibição será de acordo com as especificações de um determinado grupo político majoritário. Os atos de criminalização ou descriminalização, desse modo, devem estar em concordância com seus interesses e para a produção capitalista.

Não obstante, a economia que conhecemos foi fundada no tráfico oficial de drogas. A esse respeito, esclarece Carneiro (2005, p. 15): “a formação dos Estados e da economia moderna dependeu de um tráfico de drogas organizado oficialmente por meio de monopólios”. A história de nossa formação como nação brasileira coaduna com tal afirmação. Isso porque podemos constatar que no período da

colonização, o processo escravagista usava a aguardente como moeda de troca. A mesma aguardente, considerada como uma droga, foi também utilizada para na conquista dos indígenas.

Por conseguinte, durante a monarquia, dois produtos se destacaram no que diz respeito à exportação: o cacau e açúcar. Essas duas mercadorias abasteceram o mercado europeu. Em seguida, a produção de café se ampliou de tal forma, que dá nome a uma parte desse período histórico: a República do Café com Leite (FAUSTO, 1995). Os produtos mencionados, no contexto das grandes navegações e do colonialismo europeu, eram considerados drogas porque se caracterizavam como especiarias. Tratava-se, pois, na época, de sentidos amplos para o vocábulo droga.

Desse modo, podemos, então, dizer que somos forjados em meio às drogas e nos beneficiamos delas, inclusive, com as cargas tributárias. Nesse contexto, produtos como o tabaco e o álcool, que tiveram importante contribuição para formação do Brasil, continuam sendo relevantes para manutenção do nosso próprio estado. De acordo com Carneiro (2005, p. 49), somente em aguardente, extraída da cana, “o Brasil é o primeiro produtor mundial, com cerca de 1,5 bilhão de litros/ano, e em relação ao tabaco e ao açúcar também continuamos na recordista posição de primeiro exportador mundial”.

3.1.1 O sujeito e as drogas

Quando classificamos um sujeito como um usuário de drogas, não significa dizer que ele seja dependente. Isso porque vários fatores influenciam a relação do usuário com as drogas, assim como o próprio organismo do sujeito, a substância e a quantidade utilizadas, além do contexto social. Desse modo, podemos afirmar que os sujeitos que utilizam drogas são distribuídos em cinco grupos:

Experimentador: experimenta uma ou várias drogas, por curiosidade, desejo de novas experiências, pressões do grupo e da publicidade (mídia). **Usuário ocasional:** utiliza uma ou várias drogas de vez em quando, se o ambiente for favorável e a droga disponível, sem rupturas, afetiva, social ou profissional. **Uso habitual ou “funcional”:** faz uso frequente, já apresenta sinais de ruptura afetiva, social ou profissional em suas relações. Corre o risco de dependência. **Usuário dependente ou “disfuncional”:** vive pela droga e para droga. Rompe seus vínculos sociais e afetivos em isolamento, marginalização, decadência física e moral. Não consegue para quando quer. Confirmar **Poliusuário:** pessoa que

utiliza combinação de várias drogas simultaneamente, ou dentro de um curto período de tempo, ainda que tenha predileção por determinada droga. (LAPATE, 2001, p. 31).

Por sua vez, as drogas também são divididas entre lícitas, ou aquelas que são autorizadas por lei, e ilícitas, as terminantemente proibidas. A esse respeito, Carneiro (2005) faz uma classificação das drogas que é pertinente abordar: lícitas de uso terapêutico, lícitas de uso recreacional e ilícitas. Para isso, é preciso considerar que essa divisão não é uniforme e é mutável, pois existem, hoje, produtos que são consumidos livremente e que já foram considerados, em outros momentos, como drogas, a exemplo do açúcar e do café.

3.1.2 Drogas lícitas terapêuticas

As drogas lícitas terapêuticas são o *locus* das indústrias farmacêuticas. A partir de pesquisas desenvolvidas sobre o conhecimento das propriedades das plantas para produção de remédios. Estes últimos são organizados em: psicolépticos, que são as drogas depressoras da atividade mental; psicoanalépticos que são as drogas estimulantes da atividade mental; e, por fim, os psicodislépticos que são drogas perturbadoras da atividade mental⁷. É válido ressaltar que o mercado farmacêutico cresceu sob o controle de especialistas. Estes, sofrem influência direta dos grandes laboratórios (LAPATE, 2001).

É necessário explicitar que as drogas lícitas não são consideradas como droga pelos órgãos governamentais e outras organizações e instituições de saúde, e, sobretudo, pela população, cuja crença reforça o consumo social de tais drogas. No entanto, tais substâncias podem causar dependência nos indivíduos. Tal afirmação pôde ser constatada durante a realização da presente pesquisa cujos resultados serão apresentados no próximo capítulo. Observamos que nenhum dos sujeitos participantes da investigação citou remédios como drogas. Ou seja: eles não relacionam remédios às drogas e, por sua vez, também não irão perceber os perigos

⁷ Psicolépticos: Reduzem a vigília, diminuem a capacidade cognitiva e enfraquecem as tensões emocionais e a ansiedade. Agem, portanto, deprimindo globalmente as funções sensitivas e motoras (antipsicóticos, hipnóticos e ansiolíticos). Psicoanalépticos: Reduzem a depressão, elevam o ânimo, ativam a vigília, melhoram os processos cognitivos (antidepressivos e psico-estimulantes). Psicodislépticos: drogas que produzem fenômenos psicopatológicos nas esferas da sensopercepção, do pensamento e do comportamento motor, não revelando interesse terapêutico (euforizantes, desinibidores, alucinógenos e despersonalizantes) (PSIQUNI,2015, p. 1).

que são vendidos com a promessa de curar ou, ao menos, minorar algumas enfermidades.

As drogas psicolépticas são conhecidas também por suas características sedativas. Desse modo, configuram-se por amenizarem a dor, a ansiedade e a agitação. Algumas dessas drogas, ressaltamos, são também hipnóticas e induzem ao sono. O álcool, barbitúricos, metaqualona e clorofórmio estão inseridas nessa classificação. Podemos afirmar, nesse sentido, que tais drogas

possuem características comuns, tais como: desenvolvem tolerância (o organismo exige doses maiores para continuar obter os mesmos efeitos), dependência física (o organismo habitua-se e a sua supressão provoca síndrome de abstinência), e possuem sinergia entre si (tomar mais de uma dessas drogas juntas potencializa seus efeitos). (CARNEIRO, 2005, p. 164).

O uso das drogas psicolépticas como medicação é sempre um risco. Por isso, deve sempre ser acompanhada por um médico especialista. Essas drogas são popularmente chamadas de remédios de tarja preta. Isso significa, na prática, que tais medicamentos só podem ser comprados com prescrição médica. Portanto, tais substâncias não são acessíveis à grande parte da população. Nesse sentido, a dificuldade de acesso se tornou alvo do mercado paralelo e ilegal de medicamentos. Algumas destas substâncias, tornaram-se uma espécie de modismo na sociedade brasileira. Ilustra as afirmações anteriores, o caso da substância clonazepam, classificada, internacionalmente, como ansiolítica e comercializado sob o nome fantasia de Rivotril⁸.

O Brasil é o maior consumidor do mundo em volume de clonazepam, o princípio ativo do remédio. Serão 2,1 toneladas em 2010, o que coloca o Rivotril no topo das paradas farmacêuticas daqui. É o 2º remédio mais vendido no país”. (VERSOLATO, 2010, p. 36).

Nesse contexto, é válido destacar o baixo preço do Rivotril em relação a outros medicamentos com o mesmo princípio ativo. Trata-se, pois, de fator

⁸ Estas drogas estão indicadas no alívio dos distúrbios emocionais: estudos de tensão e ansiedade, humor ansioso ou comportamento apreensivo e/ou sob forma de sintomas funcionais, neurovegetativos ou motores, tais como: palpitação, sudorese, insônia, tremor, agitação, etc. São designadas também pelo nome de ansiolíticos, ou seja, o que “destroem” a ansiedade, segundo Lapate (2001, p.180).

relevante, e que contribui, significativamente para sua ampla disseminação na sociedade brasileira.

As drogas que estimulam a atividade cerebral são denominadas, como afirmamos anteriormente, de psicoanalépticas. Enquadram-se, nessa classificação, as anfetaminas. Trata-se, pois, de uma substância cuja utilização teve início em 1927, no tratamento da asma. Comercialmente é vendida sob o nome de Dexedrina. Ressaltamos que essas drogas foram muito utilizadas por profissionais que necessitam permanecer ativos por longas jornadas de trabalho, tais como caminhoneiros e profissionais da área de saúde. A esse respeito, Nascimento, Nascimento e Silva (2007, p. 291) afirmam que “o uso de álcool e anfetaminas entre caminhoneiros de estrada vem crescendo nos últimos anos e se tornando um sério problema de saúde pública”.

Atualmente, essa droga tem sido muito utilizada por estudantes em vésperas de concursos e avaliações. Também tem sido largamente utilizada para acelerar as dietas de emagrecimento. Destacamos que o uso das anfetaminas ainda tem sido observado em momentos festivos, como estimulantes. É salutar, nesse contexto, destacar que:

um dos usos das anfetaminas, especialmente de Ritalina, é como terapia para crianças hiperativas devido ao “efeito paradoxal” de um excitante acalmar hiperativos, apesar de tal uso ser objeto de críticas por introduzir farmacoterapia para problemas de comportamento infantil. (CARNEIRO, 2005, p. 149).

Como tem um forte efeito estimulante, após seu uso, o indivíduo é acometido por um grande desânimo, cansaço e depressão. Tais efeitos podem levar a busca pelo uso contínuo ou em doses cada vez maiores. Como causa dependência, também a resistência ao seu uso pode ter como consequência quadros de irritação e de paranoia. Sendo assim, trata-se de drogas que amenizam, inicialmente, um quadro sintomático. No entanto, sem o devido acompanhamento, pode desencadear outros problemas que podem comprometer a saúde física e psicológica do indivíduo.

Na década de 1950, segundo Carneiro (2005, p. 145), um grupo de estudiosos sobre as substâncias psicoativas, entre os quais o psiquiatra Humphry Osmond e o escritor Aldous Huxley, foi criado o termo “alucinógeno”, que compreende tipos de drogas e plantas. Contemporaneamente, tais substâncias são

nomeadas de psicodislépticos. Trata-se de drogas que perturbam a atividade mental. A esse respeito, podemos notar que:

as primeiras tentativas de se definir a natureza destas drogas e de classificá-las, distinguindo-as dos efeitos inebriantes do álcool, dos sedativos como o ópio e dos excitantes como a coca ou o café, foram feitas no século XIX. (CARNEIRO, 2005, p. 145).

Podemos afirmar que existe uma grande quantidade de plantas que são assim classificadas. No entanto, é preciso ressaltar que nem todas foram extenuantemente estudadas, assim como, não há um limite definido para a criação de novas drogas manipuladas em laboratórios.

É válido dizer que as drogas alucinógenas psicodélicas, embora sejam assim denominadas, dificilmente causam alucinações propriamente ditas. Por isso, elas só podem ser nomeadas assim quando o usuário acredita realmente na alucinação. As alterações nos sentidos, sejam visual, olfativa, tátil, acústica ou gustativa, ou ainda, mudanças emocionais, que o indivíduo atribui como efeito de uma droga é, na verdade, o resultado das alucinoses. No entanto, os alcalóides tropanos, a depender da quantidade consumida produzem alucinações, o sujeito pode acreditar falar com pessoas que não estão presentes. Ilustra, adequadamente, o uso dessas drogas, o golpe conhecido por boa noite Cinderela, explicado no fragmento reproduzido a seguir.

Em diversos lugares também foram usadas como venenos mortíferos e enlouquecedores, para matar ou apenas desacordar vítimas. Essa técnica psicoquímica de enganar e roubar tem registros nos mais remotos lugares e nas mais diferentes épocas, tais como no Brasil contemporâneo (onde uma versão desse golpe ficou conhecida como “boa-noite Cinderela”) ou na Índia quinhentista da crônica de Garcia Orta. (CARNEIRO, 2005, p. 134).

Destarte, é importante ressaltar que o uso abusivo das drogas farmacológicas ocorre, muitas vezes, por conta das receitas médicas que tratam os sintomas e não a causa das doenças. Salientamos que tal uso ocorre, também, por meio da automedicação, já que o sistema de saúde brasileiro ainda é muito ineficiente (CARNEIRO, 2005). Por isso, para muitas pessoas, a automedicação é uma resposta ao não acesso aos profissionais de saúde de qualidade, o que, por vezes,

pode trazer consequências negativas. Assim, essas drogas, embora sejam lícitas, também são alvo do mercado ilegal.

3.1.3 Drogas lícitas recreativas

Destacamos que o álcool e o tabaco são drogas lícitas recreacionais, embora possuam limitações legais. Nesse sentido, ressaltamos que a sua comercialização é proibida para crianças e adolescentes de acordo com Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 (BRASIL, 1996). No entanto, essas duas drogas se constituem como um desafio à sociedade brasileira, pois observamos que seu controle é ineficaz. Podemos notar que o uso e o consumo abusivo, principalmente do álcool, estão ligados, intrinsecamente, às campanhas publicitárias que vendem seus produtos associando-os ao prazer e à beleza.

Ressaltamos, por conseguinte, que seu consumo também é ligado a grandes celebrações culturais como o carnaval no estado da Bahia, no estado do Rio de Janeiro e em São Paulo, ou ainda às festas juninas no Nordeste. É válido destacar que esses eventos são patrocinados por grandes marcas de cerveja. A publicidade em torno das bebidas alcólicas seduz um mercado consumidor cada vez maior e mais jovem. Estes últimos, salientamos, buscam a alegria estampada pela imagem de grandes artistas nacionais e internacionais.

Nessa perspectiva, pudemos constatar, durante a pesquisa de campo, que entre os adolescentes, público-alvo de nossa investigação, entre as bebidas alcólicas que já experimentaram, a cerveja foi a mais citada. Nossa constatação, confirma a assertiva de Carneiro (2005, p. 28) de que “a cerveja é a mais popular de todas as bebidas alcoólicas, melhor seria dizer as cervejas”. Longe de ser uma bebida contemporânea, as cervejas acompanham a história, conforme o fragmento seguinte.

As mais antigas cervejas talvez provenham da África. No Egito antigo produziram-se fermentados de cevada (*zythum*) e de sorgo (*hacq*), e nas regiões mais meridionais da bacia do Nilo conheceu-se a cerveja de painço (*pombé*). O termo cerveja vem do latim *cerevisia* (cera, grão; e vise, força), enquanto o termo germânico Bier vem do saxão *bere*, significando cevada. (CARNEIRO, 2005, p. 28).

Salientamos, nesse debate, que o Brasil é o quinto maior produtor de cerveja do mundo. Sendo assim, fica atrás apenas de países como os Estados Unidos, Alemanha, China e Japão. No entanto, possui a segunda maior produtora de cerveja do mundo, a Ambev. Diante disso, Carneiro (2005) é enfático ao afirmar que com tamanha produção, o consumo também se expande. Nesse sentido, o mercado brasileiro é um mercado em constante crescimento. De acordo com Silva (2011, p. 3), “no caso do álcool, por exemplo, centenas de pesquisas mostraram que quanto menor o preço e maior a disponibilidade num país, maior é o número de pessoas com problemas relacionados com o uso de álcool”. Desse modo, podemos verificar na realidade brasileira, o que os autores citados afirmam e enfatizam a respeito do consumo de álcool. Tais afirmações são, ainda, corroboradas quando verificamos que as cervejas e outras bebidas são legalmente comercializadas em embalagens pequenas e com preço bastante reduzido.

Na mesma perspectiva, ressaltamos que além da cerveja, o vinho é uma bebida popular e que alcança os adolescentes. Desde a Antiguidade, o seu consumo estava associado à questão religiosa, pois era um dos símbolos do deus Dionísio ou Baco. Tal bebida também acompanhou a propagação do cristianismo, na colonização das Américas, por ser considerado pelos cristãos como o sangue de Jesus Cristo. Foi utilizado, ainda, durante a Segunda Guerra Mundial como parte da alimentação dos militares franceses. Destacamos, desse modo, que o vinho teve grande importância na economia de países europeus (CARNEIRO, 2005). Sendo assim, o vinho é consumido em momentos festivos familiares e nas festas religiosas tradicionais cristãs, como o almoço durante a Semana Santa e também no Natal. No entanto, ultrapassou os limites da referência religiosa e passou a fazer parte dos hábitos alimentares de grande parte das famílias brasileiras.

O tabaco, por sua vez, configura-se como uma droga de grande uso contemporâneo. De acordo com Carneiro (2005, p. 83), “o hábito de fumar era desconhecido da Europa antes do contato com as técnicas do tabaco dos índios americanos”. Os europeus descobriram com o uso do tabaco, a embriaguez pela fumaça, já que inicialmente se dizia “beber fumaça”. Posteriormente, passou-se a usar o termo fumar. Constatamos, desse modo, uma intensa popularização do uso do tabaco.

No início do século XVII, não se sabia ao certo se o tabaco era uma droga ou um alimento, um remédio ou um veneno, se era estimulante ou relaxante. Os médicos e botânicos louvavam o tabaco como um remédio, um profilático para a peste e uma panaceia para dor de dentes, lombrigas, febres, escorbuto, gota, cálculos, trabalho de parto e insônia. Por outro lado, era associado à incontinência sexual, considerado afrodisíaco, e o cachimbo tornou-se uma das representações mais típicas como símbolo sexual no amplo e variado repertório pictórico da vida cotidiana e das naturezas-mortas dedicadas ao tabaco. (CARNEIRO, 2005, p. 86).

No Brasil, no século XVI, o tabaco era comercializado com Portugal, que foi um grande consumidor, transformando-o, também, em rapé, a fim de que se consolidassem novos tipos de negociação com países europeus, em especial a França, onde o rapé era utilizado pela nobreza e pela aristocracia. Na mesma época, o plantio em terras brasileiras foi pouco difundido (CARNEIRO, 2005). No entanto, com a ampliação do comércio do tráfico negreiro, o tabaco passou a ser utilizado como moeda de troca por homens e mulheres escravizados na África. Como o tabaco era um produto altamente rentável, possibilitou aos comerciantes brasileiros alcançar lugar de destaque no cenário político nacional, conforme podemos verificar no fragmento reproduzido abaixo.

Na época pombalina, a crise econômica levou a medidas liberalizantes, como a liberação do tráfico baiano com a África em 1756 e abolição das taxas de exportação do tabaco em 1774. A nova classe comercial pombalina era fortemente vinculada ao tabaco. Comerciantes portugueses associados a Pombal enriqueceram e se nobilitaram através do arrendamento de contratos reais. O monopólio real do tabaco, um dos mais lucrativos, era arrendado a negociantes privados. Os comerciantes de tabaco galgaram postos da Junta do Comércio e até o contrato com dízimo eclesiástico (de acordo com o regime de padroado, o Estado recolhia o dízimo eclesiástico e pagava os salários do clero) na Bahia estava em mãos de um comerciante de tabaco. (CARNEIRO, 2005, p. 88).

Para compreendermos a importância do tabaco na economia brasileira e mundial, é pertinente mencionar a assertiva de Carneiro (2005, p. 89) de que “o tabaco brasileiro inscreveu-se no brasão nacional e hoje, no início do século XXI, o Brasil é o maior exportador mundial”. Se nosso país é um grande produtor, o consumo, indubitavelmente, acompanha o ritmo e o tamanho da produção. Entre o final do século XIX e início do século XX, o cigarro foi industrializado e alcançou também as classes trabalhadora e popular. No entanto, durante muito tempo, o ato

de fumar estava associado a um *status* social elevado. O tabagismo esteve, também, ligado aos movimentos de liberdade feminina.

Por outro lado, o cigarro ganhou muitos adeptos por meio de propagandas cuidadosamente elaboradas para serem atraentes e associadas ao esporte, ao lazer e ao sucesso profissional. É válido ressaltar, no entanto, que em 1992, morreu o famoso modelo da marca de cigarro Marlboro (G1, 2014). Essa marca foi responsável por uma das campanhas publicitárias internacionais mais brilhantes, e que contribuiu, significativamente, para difundir o hábito de fumar. No início dos anos de 1990, era possível ver em *outdoors*, em páginas inteiras de revista de ampla circulação, e em propagandas televisivas, em rede nacional, as campanhas publicitárias da citada indústria tabagista. O modelo supracitado foi diagnosticado com câncer de pulmão. Desde então, os derivados do tabaco passaram a ser alvo de intensas campanhas de prevenção e vêm sofrendo restrições em suas propagandas. Todavia, para Lapate (2001, p. 41) “o tabagismo é, hoje e será nas próximas décadas, um dos mais graves problemas de saúde pública mundial”.

No Brasil, a promulgação da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas”. (BRASIL, 1996, p. 1), e da Lei nº 10.167, de 27 de dezembro de 2000, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas”. (BRASIL, 2000, p. 1), demonstra o alinhamento e ajustamento do Brasil às políticas mundiais de combate ao tabagismo. Nesse sentido, é válido ressaltar que as referidas leis proíbem, terminantemente, a utilização de cigarros, assim como outros produtos derivados do tabaco, em locais fechados públicos ou privados, abordando, especificamente, as escolas e os transportes públicos em território nacional. Elas, ainda, tratam das restrições que a propaganda de tais produtos tem mídia brasileira, bem como das ressalvas quanto à comercialização. Nesse contexto, ainda são apresentadas as advertências quanto às associações imagéticas que os fabricantes de cigarro devem observar quando se tratar de atletas, mulheres gestantes, crianças e adolescentes.

Mesmo diante das consequências devastadoras, tanto a bebida alcoólica quanto o tabaco, são constituídos como produtos importantes para economia brasileira. Para grandes grupos de empresários, os altos índices de consumo de tais substâncias representam lucros. Contudo, também produzem milhares de vítimas, o

que nos leva a compreender que, embora movimentem a economia nacional, são drogas que causam dependência e estão associadas a milhares de mortes, todos os anos, em nosso país e no mundo.

3.1.4 Drogas ilícitas

No Brasil, são muitas as drogas consideradas ilícitas, ou seja, substâncias proibidas de acordo com a Lei nº 9.294/96 (BRASIL, 1996). Nesse conjunto são avaliadas como drogas ilícitas a maconha, a cocaína; os opiáceos, as substâncias derivadas do ópio, como a morfina, a heroína; os solúveis voláteis, o LSD; o ecstasy, e o *crack*, dentre outras. Por meio do narcotráfico, essas substâncias fazem circular grandes somas de dinheiro e têm suas atividades ligadas continuamente a crescentes estatísticas de violência (WAISELFISZ, 2012; 2014).

Essa realidade crescente nas sociedades de todo o mundo tem provocado grandes estragos seja em um âmbito micro, como por exemplo, a família, seja em um âmbito macro como a estrutura organizacional dos grandes centros urbanos. Isso significa dizer que as drogas alteram os espaços sociais. No caso específico do *crack*, observamos que essa mudança é acelerada, inclusive, na condução da vida familiar. Essa droga associada a outras promovem a formação de novos espaços nos centros urbanos habitados apenas por traficantes e usuários de drogas. Trata-se das chamadas “*crackolândias*” (CARNEIRO, 2005; LAPATE, 2001).

Uma vez que essas drogas não têm seu uso permitido por lei, os indivíduos buscam meios para satisfazer o imperativo de consumi-las. Desse modo, vão transformando realidades e adaptando-as de acordo com as suas necessidades urgentes: o uso da substância que lhe causa dependência. Por isso, ressaltamos que é preciso observar esse fenômeno de forma global e local, pois são complexos os problemas que o permeiam, causando vulnerabilidade social.

As drogas, de modo geral, podem trazer situações de sofrimento à vida de seus usuários dependentes. As ilícitas se tornam agravantes de problemas sociais, familiares, ocasionando até mesmo perdas econômicas importantes. A gravidade social desse problema está imbricada às condições daqueles que são vulneráveis e, por vezes, estão mais fortemente apresentadas nas camadas mais populares, uma vez que os tratamentos são pouco ofertados no serviço de saúde pública. Um exemplo facilmente observável é o usuário de *crack*, que já se tornou um problema

de saúde. No entanto, antes do crack, o álcool e o tabaco sempre fizeram milhões de vítimas (PROCÓPIO, 1999). Notamos que nem sempre os usuários têm a noção dos efeitos nocivos causados por essas substâncias, acreditando, assim, que parar de usar é somente uma questão de decisão, baseados na ilusão do pseudocontrole do uso. Desse modo, ressaltamos que é necessário compreender essa situação de forma holística, para que outras possibilidades de enfrentamento e prevenção sejam pensadas.

3.1.5 As drogas e seus diversos contextos

Quando tratamos da temática das drogas é necessário explicitar a questão econômica que sempre esteve imbricada a essa discussão. Ou seja: os fatores sociais, econômicos e culturais são bastante influentes para a disseminação de determinadas substâncias que provocam malefícios à saúde. De acordo com Salles (2013, p. 25): “camponeses pobres plantam em terras baratas e vendem sua produção para traficantes locais, que subsidiam a produção e revendem a mercadoria aos traficantes internacionais”. Podemos reiterar as afirmações apresentadas com o fragmento reproduzido a seguir.

As guerras livre-cambistas do século XIX, como as do ópio, foram substituídas por regulamentações proibicionistas, que atingem em diferentes regiões distintas de substâncias, e pela oficialização do discurso médico-moral em substituição às justificativas teológicas, como a da igreja na época colonial na perseguição dos alucinógenos indígenas considerados como “idolatria”. (CARNEIRO, 2005, p. 16).

Assim, pode-se asseverar que o comércio de drogas é altamente lucrativo e sem cobranças de impostos. Até chegar ao consumidor, as drogas, sobretudo as de origem natural, como a maconha e cocaína, passam por um longo processo – secagem, prensagem, armazenamento e transporte – que aumenta o valor em mais de mil vezes. Além disso, esse comércio ainda alimenta, por meio da corrupção, outras relações de poder, de acordo com cada contexto.

Esse comércio ilegal justifica uma suposta guerra ao tráfico, que nossa política repressiva associa às periferias de todo o país. Tal política revela o pensamento de que os usuários e os de drogas traficantes estivessem limitados às classes desfavorecidas economicamente. Percebemos, ainda, que tal crença reflete

a discussão sobre a diminuição da maioria penal. Ressaltamos que se trata de uma tentativa clara de penalizar, ainda mais, as vítimas, acusando-as, publicamente como agressores.

Nessa perspectiva, Procópio (1999) salienta como a história das drogas tem nuances diferentes quando se examina os diversos contextos sócio-histórico-econômicos. Para isso, o referido autor destaca a importância das drogas na integração entre países da Américas, especificamente a cocaína que atuou para unir os interesses em comum. Nesse caso, o comércio ilegal, que se une ao comércio de outros produtos quando necessário, como por exemplo, o tráfico de armas e de pessoas.

Sendo assim, é necessário desconstruir o rótulo de quem realmente são os traficantes de drogas ilegais no Brasil. Nessa perspectiva, Labrousse (2010, p. 87) enfatiza que “não é raro que as forças que as combatem, em particular os serviços secretos dos Estados, estejam elas próprias implicadas no seu tráfico”. Assim, quem, de fato, são os traficantes de drogas, são aqueles que importam em grandes quantidades, uma vez que somos um país consumidor e de trânsito. Reitera essas afirmações, a colocação de Dowdney, (2003, p. 42) de que “o Brasil é basicamente um país de trânsito para exportação de cocaína aos países ocidentais, e o Rio é importante ponto de saída para essas exportações”.

Podemos verificar que são investidas vultosas somas de dinheiro para combater o tráfico de drogas. No entanto, são apenas os marginais da periferia, considerados como traficantes e, por isso, o principal alvo das ações policiais de combate e prevenção às drogas, e da política de proibição brasileira. Constatamos, por outro lado, que estes sujeitos, em sua maioria, fazem apenas o papel de distribuidores.

Além de ser incorreto, o foco da mídia sobre os donos distrai a atenção do público dos responsáveis pela importação em larga escala da cocaína e armas de fogo, forçando a atenção para pessoas da favela como totalmente responsáveis pela violência ligada ao tráfico no Rio. (DOWDNEY, 2003, p. 40-41).

Nesse contexto, podemos destacar que existem diversas políticas antidrogas populares, que são propagadas por todo o mundo. Em países como República Popular da China ou Arábia Saudita, enfatiza-se o controle intensivo sobre o usuário, partindo da premissa que se não houver quem consuma, não haverá a oferta. Assim,

um extenso trabalho é feito para apresentar o usuário não como doente, mas como responsável pela sua própria ruína, pondo em risco o contexto no qual esse indivíduo está inserido, e conseqüentemente toda sociedade irá sofrer com os reflexos dessa dependência.

Outros países como Canadá, Austrália e Suíça investem no que chamam de “redução de danos”. A política de redução de danos teve origem na Inglaterra, em 1926 e ficou conhecida a partir das recomendações do Relatório Rolleston,⁹ que estabelecia o direito dos médicos ingleses de prescrever suprimentos regulares de opiáceos a dependentes dessas drogas e, em algumas situações, a legalização. Os Estados Unidos, entretanto, possuem uma política de perseguição ao tráfico ilegal de drogas.

A descriminalização de todos os tipos de drogas é uma realidade em Portugal e na Espanha; enquanto que Bélgica, Irlanda e Luxemburgo o fizeram somente com relação à maconha, e o Reino Unido recentemente discutiu a desclassificação da cannabis. (BOITEUX, 2009, p. 1).

Desse modo, podemos constatar que a guerra contra as drogas ocorre em benefício próprio e quando é, sobretudo, conveniente. A esse respeito Labrousse (2010, p. 131) enfatiza que “a droga é utilizada pelos Estados Unidos como uma arma diplomática para desestabilizar ou desacreditar seus adversários políticos”. Em outros momentos da sua história as drogas foram utilizadas licitamente como em guerras, a fim de estimular os soldados e amenizar o sofrimento (CARNEIRO, 2005). Sendo assim, as medidas repressivas de controle jurídico-policial, que no decorrer do século XX se tornaram políticas estatais subordinadas às determinações da guerra contra as drogas dos governos norte-americanos, tentam suprimir os mecanismos de controles autonômicos, individuais e comunitários que existiram em outras épocas anteriores à legislação internacional de proibição e erradicação de determinadas plantas.

Nesse debate, é profícuo destacar que existe um interesse intrínseco ao ser humano, independente de classe social, gênero ou raça, por substâncias que são

⁹ O Relatório Rolleston [...] “previa a prescrição de opiáceos (inclusive a própria heroína) para dependentes de heroína que não se beneficiavam de outras alternativas” (FONSECA, 2005, p. 12-13).

ligadas à busca pela excitação e o combate à tristeza, visto que essas substâncias psicoativas

são os instrumentos mais eficientes para se obter prazer e para se combater a dor. Não apenas a dor física para qual os analgésicos são balsamos, mas também a dor psíquica, para a qual as drogas são consoladoras supremas. (CARNEIRO, 2005, p. 15).

Essa inquietação e insatisfação permanentes aumentam nas sociedades capitalistas, em que o indivíduo é valorizado pelos bens que possui. Assim, é também importante ponderar que os dados estatísticos não traduzem o que vivenciam esses sujeitos. Muitos deles tiveram sonhos interrompidos, falta de oportunidades ou mesmo excesso de zelo e cuidado. Ou seja: toda a formação histórico-familiar remonta à construção identitária de sujeitos que, por vezes, necessitam suprir a ausência de algo ou alguém. Por não saber lidar com os próprios limites e frustrações, esses indivíduos adentram ao universo das drogas como um ato de rebeldia, como uma espécie de refúgio para minimizar as contradições psíquicas ou apenas, e unicamente, em busca pelo prazer, estimulados por uma sociedade capitalista que exalta o consumo.

Não obstante, é um consenso entre pesquisadores os inúmeros prejuízos causados aos indivíduos que consomem as substâncias psicotrópicas ou genericamente chamadas de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Nesse sentido,

Sabemos que o uso de substâncias altera mecanismos cerebrais responsáveis pelo humor, memória, percepção, estados emocionais e controles finos de vários comportamentos. A maioria dos representantes da comunidade de especialistas considera a dependência de drogas uma doença cerebral com persistentes mudanças na estrutura e na função do cérebro, pois o uso frequente de drogas modifica a estrutura cerebral e que pode levar anos para que a estrutura volte ao normal. (SILVA, 2011, p. 9).

Observamos, por outro lado, que as políticas públicas antidrogas, como como o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – SISNAD, a Política Nacional sobre Drogas – PNAD, o Plano Integrado de Enfretamento ao *Crack* e outras Drogas, e o Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, adotadas no Brasil, filiam-se a um modelo proibicionista. Tais políticas enfatizam que a repressão penal é de suma importância, pois tem um alto custo para toda sociedade que as financia por meio dos impostos

pagos. Ressaltamos, por isso, a necessidade de se compreender por que escolher uma política pública e não outra, ou ainda, por que não se escolher política alguma. Salientamos que cada uma das opções mencionadas anteriormente demonstra como o governo visualiza a questão das drogas. Assim, a ausência de políticas públicas que contemplem os anseios da sociedade traduz questões relevantes no momento histórico que todos vivenciam uma possível ligação do consumo, tráfico de drogas e o aumento da violência.

Desse modo, urge a necessidade de estudos que contribuam para elaboração de políticas públicas de prevenção às drogas e que considerem as especificidades dos adolescentes. Trata-se, pois, de uma necessidade cuja relevância se evidencia quando observamos a atual situação dos adolescentes diante das drogas e da violência, assunto que será tratado, oportunamente, na próxima seção da presente pesquisa.

3.2 A VIOLÊNCIA OU AS VIOLÊNCIAS

O homem tem em si a potencialidade para o exercício da violência, por meio da agressividade. Destacamos, nesse sentido, que esse potencial está em todos desde o nascimento. De acordo, Santos (2002, p. 189), “a violência (*vis, bia, hybris, dynamis*) é a agressão destrutiva que busca aniquilar, desintegrar. Nem toda agressividade é violência, mas toda violência é, sim, agressividade”. Sendo assim, nem todos os sujeitos se tornam violentos. No entanto, a linha que os distingue é bastante tênue.

Ressaltamos, nesse contexto, que quando o ser humano interrompe as relações intersubjetivas e parte para uma tomada de decisão que vise apenas o seu benefício instaura uma situação de violência. Observamos, assim, que as atitudes do indivíduo revelam o interesse próprio em detrimento ao do outro, com objetivos de aniquilar, coisificar, eliminar. Essa tomada de decisão também pode ocorrer por um estímulo externo. Desse modo, a violência pode ser uma reação à determinada situação na sociedade na qual o sujeito está inserido.

O fenômeno da violência não é algo novo na história da humanidade. No entanto, nem sempre foi considerado como tal. Alguns comportamentos e atos de violência que podem deixar a sociedade contemporânea perplexa, em algumas culturas podem ter sido vistos com naturalidade. Assim, no percurso da civilização,

as crianças e jovens já foram vítimas de extermínio, uma vez que a prática do infanticídio era natural. Sendo assim, aceitar ou não a criança recém-nascida era uma opção. Podemos observar, ainda, que as práticas de utilização de crianças como objeto de prazer para homens de poder são descritas desde a Roma Antiga.

No Brasil, a situação não foi diferente. Desde sua formação como Estado nacional que a escravização dos africanos e indígenas foi institucionalizada. O extermínio desses povos e a colonização exploratória pelos portugueses foram os primeiros processos violentos que forjaram nossa nação. Assim sendo, a escravidão não foi extinta completamente. É possível, afirmar, nesse sentido, que o trabalho escravo ainda pode ser observado em diferentes locais do nosso país e do mundo, em indústrias de vestuário, grandes fazendas e canaviais. Vivenciamos, desde sempre, a violência de diferentes formas, inclusive, vitimizando crianças e adolescentes. Com o advento da Modernidade e acriação da instituição família, o *status* da criança e do adolescente começa a ter outro significado. Desse modo, esses sujeitos passaram a ser reconhecidos como portadores de direitos. Entretanto, tal direito “não se traduz na eliminação da violência” (MINAYO, 2013, p. 98). No contexto desse debate, somos inclinados a concordar que o tema da violência contra a infância e contra a adolescência é uma forma secular de relacionamento das sociedades, variando em expressões e explicações. Assim,

o tema geral da violência contra a criança continua sendo tratado de maneira fragmentada e muito limitada, em particular, quando se trata da violência no lar, na escola, nas instituições encarregadas de cuidar de crianças, no lugar de trabalho e na comunidade. (PINHEIRO; ANICAMA, 2009, p. 58).

Reitera as afirmações anteriores a respeito da violência, Santos (2002, p. 57), ao enfatizar que “a violência configura-se como um fenômeno complexo, polissêmico e multifacetado, que assume múltiplas expressões e se manifesta de várias formas em diferentes espaços da sociedade”. Salientamos, por isso, que é preciso considerar as diversas formas de violência existentes no cotidiano da sociedade brasileira, que, por sua vez, engloba a violência sexual, a psicológica, a exploração do trabalho infanto-juvenil, a violência doméstica, que acontece no seio do lar (e é pouco vista), até os homicídios em via pública, que impõe o reconhecimento social da violência existente, para que as medidas de combate e prevenção da violência sejam eficazes.

3.2.1 A violência contra crianças, adolescentes e jovens

Observamos que, no contexto contemporâneo, qualquer indivíduo pode ser vítima de situações de violência. Entretanto, tem sido as mulheres, as crianças e os jovens de baixo poder aquisitivo, quando estão na condição de classe desfavorecidas, os mais expostos e sem defesa contra tal fenômeno. Podemos notar que, ainda persiste, contemporaneamente, uma parcela significativa da população que continua sendo dizimada cotidianamente. Desse modo, os números nas estatísticas, de acordo pesquisas realizadas pelos órgãos oficiais, assim como por organizações não governamentais – têm crescido em ritmo, acentuadamente, acelerado (WAISELFISZ, 2012; 2014).

Chama-nos a atenção nos dados sobre a violência que são os adolescentes e os jovens as vítimas mais comuns. Podemos verificar que os números refletem a falta de ações preventivas ou repressivas a violência cometida contra essa população específica. Destacamos, nesse conjunto desse debate, que existe uma discrepância notável entre o que propõem as políticas públicas de combate à violência e aquilo que os dados estatísticos revelam ocorrer nas cidades brasileiras.

Nesse contexto, destacamos autores como Minayo (2013) e Abramovay (2010) que discutem como a convivência com diferentes formas de violência reflete de forma negativa no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Para os referidos autores, a violência causa prejuízos não mensuráveis a toda sociedade. Estabelece-se, dessa forma, uma relação subjetiva com o fenômeno. É possível notar, assim, que, por vezes, as vítimas se tornam agressores, e, desse modo, perpetuam a violência de forma cíclica.

Nessa perspectiva, Minayo (2013, p. 99) destaca a **violência estrutural** como “aquela que incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento”. De acordo com a autora, podemos afirmar que tal forma de violência é difícil de ser materializada. Isso porque as vítimas não se reconhecem como tal. Assim, não sabem a quem responsabilizar. Podemos afirmar, então, que se trata de um fenômeno em que o agressor está por trás das instituições. Nesse sentido, não é possível personificá-lo. Todavia, é extremamente necessário que tal forma de violência seja desmistificada e os que cometeram essa violência sejam reconhecidos. Assim, será possível romper com a perpetuação de tais práticas. A

esse respeito, Abramovay (2010, p. 21) assevera que a situação dos adolescentes brasileiros, está para além da violência física e psicológica. Nessa perspectiva, “essa definição permite que as próprias estruturas das sociedades sejam consideradas violentas: pode-se falar que o desemprego [...]” é uma das diversas “violências perpetradas pela sociedade contra indivíduos que a formam”.

Salientamos que não é recomendável a utilização de apenas um conceito de violência, de acordo com a complexidade deste fenômeno. Assim, as autoras supracitadas evidenciam que violência é uma construção das sociedades. Nesse sentido, por serem práticas específicas e moldáveis ao tempo histórico, assim como se mostra mutável, também podem ser combatidas.

Com a disseminação sistematizada de situações de violência por meios de comunicação de massa, como a televisão e as rádios, existe, por um lado, uma massificação de um clima de medo constante. Por outro, podemos observar uma normalização e aceitação da violência. A esse respeito, Abramovay (2010, p. 19) afirma que “a violência não é um problema novo nem específico da contemporaneidade. A diferença histórica no trato da questão é a visibilidade dada à violência nos últimos tempos, especialmente pela imprensa”.

Na mesma esteira, a assertiva de Gonçalves, (2003, p. 11) reitera as afirmações anteriores a respeito da aceitação social do fenômeno da violência como algo que faz parte do cotidiano dos indivíduos. Para o referido autor, a violência está “presente a qualquer hora e em toda parte, seja nos espaços públicos ou privados, podendo-se mesmo arriscar dizer que já se encontra infiltrada nas mais recônditas frestas da subjetividade do homem contemporâneo”.

É importante explicitar que o adolescente de contemporâneo cresceu com a internet e com a globalização. Foram, desde crianças, expostos às ferramentas tecnológicas da informática. Desse modo, expõem-se no *orkut* e no *facebook*, espaços onde é comum a naturalização da violência. Podemos constatar, desse modo, que:

Essa naturalização pode estar associada também, aos episódios ocorridos nos mais longínquos pontos do planeta e transformados em cenas do cotidiano de qualquer um de nós e repetidas incessantemente levando os indivíduos a criar defesas contra o sofrimento do outro e de si mesmo. Uma das defesas é a *indiferença*, outra expressão da violência. (MALVASI e TRASSI 2010, p. 44, grifos dos autores).

Ressaltamos, nesse contexto, que todos os esforços empreendidos pelos governos e pelos movimentos sociais para erradicar a violência em todo o mundo não conseguiram alcançar seu objetivo. Talvez essa possibilidade não exista. No entanto, novos estudos podem colaborar para compreender as causas da violência, e contribuam, assim, para a elaboração e adoção de medida que atuem em prol das crianças e dos adolescentes brasileiros, sobretudo, aquelas, em particular, abandonadas pelo Estado.

Salientamos que o adolescente contemporâneo é reflexo de profundas mudanças sociais, uma vez que a modernidade trouxe consigo a separação dos papéis sociais e a institucionalização da infância e da adolescência. Tal configuração não foi observada durante toda a Idade Média. Podemos constatar que em tal período houve vários casos de crianças abandonadas. Ademais do abandono físico, podemos observar outras formas de abandono como o moral e o afetivo. Isso não significa que as crianças e adolescentes eram invisíveis, apenas indica quão longa é a expressividade adultocêntrica na sociedade (GONÇALVES, 2003).

Destarte, a complexidade das relações sociais entre adultos e crianças é acompanhada e descrita por Sarmiento (2012). Para o referido autor, os fatores iniciais de tal relação se deram junto com o Renascimento. Desde então, eles confluíram para o processo de (re)conhecimento da infância – a criação e expansão da escola como instância de socialização; a organização moderna de família que tem como centro a criança; a produção de saberes disciplinares como a pediatria e pedagogia; e a promoção simbólica de posturas e comportamentos normalizadores.

Entretanto, tais mudanças não caracterizam o reconhecimento da autonomia e da diversidade de infâncias, assim como das características da adolescência. Outrossim, os fatores inerentes ao grupo social, ao qual o adolescente pertence, reforçam situações de desigualdade no tratamento dado e vivenciado por esses indivíduos. Reiteram as afirmações acima, o fragmento reproduzido a seguir.

Não obstante, importante sublinhar que este esforço normalizador e homogeneizador, se tem efectivas consequências na criação de uma infância global, não anula – antes potencializa – desigualdades inerentes à condição social, ao gênero, à etnia, ao local de nascimento e residência e ao subgrupo etário a que cada criança pertence. Há várias infâncias dentro da infância global, e a desigualdade é o outro lado da condição social da infância contemporânea. (SARMENTO, 2012, p. 6).

Podemos constatar, desse modo, que Sarmiento (2012) considera os impactos dessas mudanças na constituição da infância e da adolescência, tais como a esfera econômica. Desse modo, é possível notar, que o adolescente passa a ter visibilidade, seja na exploração do trabalho infanto-juvenil ou na condição de consumidoras de inúmeros produtos que passam a ser, especificamente, destinados a esse grupo.

A ideia de escola também se transforma. Assim, deixa de ser o espaço de integração social para ser o espaço de disputas indenitárias e o palco dos conflitos multiculturais. Nesse sentido, a reorganização da família, instituição que hoje apresenta feições inúmeras, tem sido preponderante, sobretudo, quando se examinamos as novas funções que os adolescentes desempenham no espaço doméstico. Não são poucas vezes, também, que podemos verificar os adolescentes atuando como provedores familiares por meio de subempregos.

A esse respeito, podemos afirmar que:

essa associação 'juventude-violência' percorre o mundo e está presente em sociedades ricas e pobres, atravessando as classes sociais, é mais intensa quando se trata de adolescente/jovem pobres. (MALVASI e TRASSI, 2010, p. 45).

Assim, ser adolescente é, notoriamente, estar em uma fase de desenvolvimento humano bastante complexo, uma vez que as mudanças biológicas, psicológicas e sociais são constantes e, por vezes, abruptas. As pesquisas sobre a adolescência têm contribuído, significativamente, para compreender e discutir a situação de tais sujeitos dentro do cenário nacional. Assim, os mapas da violência destacam o aumento do número de vítimas adolescentes e jovens. No entanto, sem que tenhamos, de fato, conseguido alterar tais números sobre a violência, vamos refletir sobre o mapa da violência que retrata a situação desse público específico.

3.2.2 O mapa da violência: a situação de risco para crianças, adolescentes e jovens brasileiros

Os números apresentados nos mapas da violência (WAISELFISZ, 2012; 2014) sinalizam que o sistema vigente não é o mais adequado para lidar com as demandas emergentes, como as questões raciais, de gênero e a diversidade sexual.

Nesse contexto, é importante destacar, ainda, o silenciamento da sociedade e a apatia social mediante o genocídio de adolescentes e jovens.

Destacamos, nessa perspectiva, que as estatísticas que alcançam o cenário nacional e internacional, revelam como o Brasil tem sido um país extremamente violento para adolescentes e jovens. As notícias, por vezes, são veiculadas em alguns jornais sensacionalistas. Tais notícias, entretanto, não denotam a movimentação para o fomento de manifestações em vias públicas. Não existem protestos ou mesmo um clamor social em favor dos jovens e adolescentes. O luto é apenas vivido pelas famílias. A ausência de indignação por conta das vidas humanas interrompidas prematuramente evidencia o lugar social que são atribuídos a estes sujeitos. Trata-se de um *status* de descartáveis, como se expõe se pode notar no fragmento abaixo.

Temos hoje um viés complicado do entendimento da violência, uma vez que a taxa baixíssima de apuração das responsabilidades pelos homicídios leva a uma simplificação na explicação oficial dos crimes, imputando ao tráfico de drogas a causa dessas mortes difusas (em que corpos desovados não se correlacionam com os autores da ação), em que o mistério da execução se resolve nessa imagem imprecisa de “guerra ao tráfico”, cujas implicações não são apuradas, como se não merecessem maiores atenções, já que os atores envolvidos não têm maior peso social e são figuras passíveis de descarte. Começa com esse julgamento a banalização do ser humano, aquele que sendo vítima não tem a consideração do Estado porque é uma figura socialmente desvalorizada, e o é por ser pobre e periférica. (ESPINHEIRA, 2008, p. 38).

A assertiva de Espinheira (2008) demonstra um grave problema social que assola a sociedade brasileira contemporânea: a não apuração dos crimes pela justificativa de “guerra às drogas”. Observamos, assim, que o argumento da guerra é utilizado para justificar a ineficácia das polícias para apurar, de fato, os crimes cometidos. Podemos notar, nesse sentido, que os dados oficiais e as publicações do mapa da violência apenas descrevem os números de vítimas. Assim, não resta nada às vítimas e a seus familiares outra alternativa senão silenciar. Reiteramos que o referido autor utiliza a expressão figuras passíveis de descarte para nos levar à reflexão sobre o tratamento dado a milhares de vítimas de morte violenta em nosso país. Desse modo, não se constituem mais como novidade, as notícias sobre a violência no Brasil. Podemos destacar, nesse sentido, que a impunidade reforça a ideia de que temos sujeitos descartáveis.

Segundo Abramovay (2010, p. 27), “o poder simbólico é um poder de construção da realidade, é todo poder que consegue criar significações e impô-las como legítimas”. Observamos, assim, que por meio de instituições como as polícias, que têm a missão de oferecer segurança à população, mas de fato protegem a elite da sociedade, o poder sobre as classes desfavorecidas é exercido como forma de controle social. Nesse contexto, destacamos as escolas, que deveriam educar para criticidade e de forma igualitária. No entanto, observamos que a escola tem sido mais um dos agentes do Estado que tem contribuído para a perpetuação e aceitação das diversas formas de violência, sobretudo, a violência gerada pelo preconceito. Corrobora as afirmações, o fragmento reproduzido a seguir.

As desigualdades sociais são institucionalmente reconhecidas. Não há o mesmo tratamento para os diferentes. Uma parcela muito ampla da sociedade é frágil por carências; outra, bem menor, teme pelo que possui. Sem reciprocidade e sem encontro, a própria sociedade se torna objeto do medo e medrosa age irracionalmente sem controlar-se, disseminando o medo como paranoia urbana contemporânea. (ESPINHEIRA, 2008, p. 48).

As publicações que deram destaque aos elevados índices de mortalidade de jovens brasileiros são os mapas da violência dos municípios brasileiros e o mapa da violência: crianças e adolescentes, ambos de 2015, também destacam que os dados podem ser ainda maiores. Isso porque as crianças e jovens desaparecidos não são contados e analisados na elaboração das estatísticas dos referidos mapas. Destacamos que na elaboração de tal documento sobre a realidade de violência brasileira, existem, ainda, as subnotificações. Ou seja: as vítimas que não são registradas no sistema oficial. Trata-se, pois, das vítimas do tráfico e também das polícias. Reiteramos que tais vítimas são apenas lembradas por suas famílias. Nesse sentido, podemos afirmar que:

Quando a Justiça não funciona, principalmente para os pobres; quando a polícia mata com impunidade, em vez de garantir a lei e a ordem; quando o que nos ensinam é que temos de tirar vantagem sobre os demais; quando as políticas públicas não garantem a proteção social das famílias; quando os jovens não têm perspectiva de emprego neste modelo de desenvolvimento; tudo somado, desaparece o que é de interesse comum, a coisa pública, a afirmação dos direitos, as regras de convivência democrática. É aqui que mora o perigo. Se o domínio privado do espaço público prevalecer, como é o caso das milícias e do narcotráfico nas favelas,

assim como dos sistemas de segurança privada nos acessos aos condomínios de luxo e nos shoppings, então continuaremos a viver uma guerra contínua e não declarada que estenderá seu manto de sofrimento por toda a sociedade. (BAVA, 2010, p. 1).

Ante essa discussão, salientamos que não é possível tratar sobre toda temática da violência dada toda sua abrangência. Entretanto, ressaltamos que é urgente criar mecanismos para ouvir aqueles que são destituídos de voz. Reitera, nesse sentido, Abramovay (2010, p. 21), para quem a violência é capaz de emudecer as pessoas e calar seus discursos. “Se a comunicação, o diálogo, são expressões características dos seres humanos, a violência é capaz de tirar alguns sujeitos da posição de humanidade e alocá-los na condição de objeto”.

Desse modo, destacamos que é preciso reconhecer que o adolescente imerso nas mais variadas formas de violência sofre pressões de ordem física, psíquica, histórica e social. O contexto em que estão inseridos não de mostra salutar para sua formação. Sendo assim, o direito de interagir socialmente lhes é negado e retirado. Por isso, é necessário problematizar o que é feito desses sujeitos adolescentes e jovens emudecidos, excluídos e banidos das rodas sociais, imersos em um contexto que reforça o preconceito e o racismo.

3.3 ADOLESCÊNCIA, DROGAS E VIOLÊNCIA

Por opção, escolhemos trabalhar com o conceito de adolescência e não de juventude, uma vez que a compreensão de juventude vem se alargando no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, quando tratamos de jovem pode ser um sujeito de 15 anos ou um de 25 anos. Desse modo, por comportar um grande espaço de tempo, iremos priorizar adolescência por compreender que fase da vida do sujeito se refere a um tempo cronológico limitado, embora conceituar adolescência não seja apenas apresentar um tempo cronológico. O fragmento a seguir explicita, com maior nitidez, a dificuldade sobre o conceito de adolescência, apresentado anteriormente.

É um conceito polêmico considerando seu relativismo; ou seja, é bastante demonstrado que sua existência como lugar e função social varia em diferentes momentos da história da humanidade, e em contextos sociais e inexistido em algumas culturas. (MALVASI e TRASSI, 2010, p. 23).

De acordo com Ferreira, Farias, Silva (2010, p. 227), “a adolescência é definida como um período biopsicossocial que compreende, segundo a OMS (1965), a segunda década da vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos”. Existem, muitas outras definições. No entanto, entendemos que o período da adolescência é caracterizado por muitas mudanças físicas e psicológicas, adaptação às novas regras para o novo papel social, uma vez que se deixa de ser criança e ainda não se é adulto. Nesse sentido, é notório como os adolescentes vivenciam essa fase específica entrelaçados às condições sócio econômicas de sua comunidade, e também do seu grupo cultural de pertença. Por outro lado, existem aqueles que não vivenciam essa fase e se tornam adultos por coerção.

Observamos, assim, que as vivências nessa fase do desenvolvimento humano estão condicionadas à questão social. De acordo com o contexto, o adolescente pode gozar do ócio e ter suas mudanças biológicas respeitadas. Essas transformações independem, ressaltamos, de sua vontade. Existem, também, aqueles que têm esse direito negado. A estes últimos é oferecido o mundo do trabalho, que nem sempre é remunerado. Por vezes, são-lhe negados o acesso à escola.

Por diversas razões, é difícil definir a adolescência em termos precisos. Em primeiro lugar, é amplamente reconhecido que cada indivíduo vivencia esse período de modo diferente, dependendo de sua maturidade física, emocional e cognitiva, assim como de outras contingências. O início da puberdade, que pode ser considerada uma linha de demarcação clara entre infância e adolescência, não resolve a dificuldade de definição. (ONU, 2010, p. 8).

Dessa forma, existem diferentes adolescentes brasileiros. Nesse sentido, destacamos que a adolescência no Brasil não é uma fase homogênea para todos. Os sujeitos empobrecidos, por exemplo, sofrem com a exposição a diferentes situações de risco. São, ainda, privados de condições mínimas de qualidade de vida. Por isso, necessitam de políticas públicas que percebam as suas necessidades enquanto sujeito de direitos. Nesse contexto, o tráfico de drogas, bem como o uso e o abuso de drogas surgem no contexto da adolescência como um fator decisivo e provocador de diversas formas de violências contra essa parcela da população.

Destarte, são esses adolescentes que, expostos a diferentes situações de violências, precisam ser ouvidos, uma vez que não é possível propor políticas

públicas quando se desconhece os principais beneficiários. Desse modo, com as diferentes adolescências e as diversas formas de violência observadas socialmente, buscaremos discutir, no próximo capítulo, os resultados da pesquisa de campo e, assim, demonstrar qual a representação social da violência e das drogas que esse público específico construiu diante da realidade dos contextos em que estão inseridos.

4 METODOLOGIA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Este capítulo tem por objetivo expor a metodologia que norteia e baliza o estudo aqui apresentado. Tratamos, assim, de delinear o tipo de pesquisa eleito e o procedimento técnico de suporte do trabalho. Por conseguinte, apresentamos o método qualitativo, os sujeitos da pesquisa e os dados coletados por meio de questionário semiestruturado e entrevistas.

4.1 METODOLOGIA

Fizemos a opção metodológica pela abordagem qualitativa, considerando que a investigação científica norteada pela teoria das RS não se limita a um método específico. Ao contrário, aponta para a possibilidade de adequar a metodologia ao objeto investigado. Assim, priorizamos as escolhas que consideramos mais adequadas para alcançar os objetivos propostos, e fizemos opção metodológica fundamentada na análise de conteúdo.

Actualmente, e de um modo geral, designa-se sob o termo de análise de conteúdo: Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2009, p. 44).

A análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2009, p. 33) “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Trata-se, pois, de uma teoria que pode ser utilizada nas abordagens quantitativas ou qualitativas. De acordo com o objeto a ser estudado. Laswel (apud MORAES, 1999) categoriza seis questões que norteiam a análise: 1) Quem fala? 2) Para dizer o quê? 3) A quem? 4) De que modo? 5) Com que finalidade? 6) Com que resultados?

As categorias elencadas acima, não excluem outras possibilidades. No entanto, este estudo se

dirige à questão para dizer o quê? se direciona para as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, argumentos e ideias nela expressos. É o que constitui uma análise temática. (MORAES, 1999, p. 45).

Desse modo, nesta pesquisa, buscamos, a partir do material coletado, organizar o conteúdo em categorias que emergiram nas respostas e falas dos adolescentes selecionados para a pesquisa. Compreendemos as categorias à luz de Bardin (2009, p. 38-39) que, por sua vez, afirma que a análise categorial almeja considerar “a totalidade de um ‘texto’, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou ausência) de itens de sentido”.

Segundo Coutinho (2011, p. 18), “a análise de conteúdo foi utilizada como processamento sistemático das sondagens de opiniões, assumindo diferentes acepções de acordo com os teóricos, escolas e paradigmas utilizados”, desde que surgiu no contexto das pesquisas científicas. Destarte, a análise de conteúdo é uma ferramenta de análise flexível, mas sem perder origem acadêmica. Ressaltamos, nesse sentido, que o referido método nos possibilita realizar inferências sobre temáticas complexas, como se pode inferir do fragmento reproduzido a seguir.

A descrição, a inferência e interpretação. A primeira se refere à enumeração das características do texto, que são resumidas após um tratamento inicial; é a primeira etapa necessária da análise. A segunda pressupõe a passagem da descrição à interpretação, enquanto atribuição de sentido às características dos enunciados que foram levantados, enumerados e organizados. E a interpretação se refere à significação concedida a essas características. (COUTINHO, 2011, p. 22).

Destacamos, nesse contexto, que a análise de conteúdo permite a utilização de diferentes instrumentos para que se alcance o objetivo proposto. Inclui-se nesses recursos a utilização de softwares com o auxílio do computador. Ressaltamos, no entanto, que para esta pesquisa, optamos pelo questionário autoaplicado e entrevistas individuais.

4.2 INSTRUMENTOS

De acordo com a orientação oferecida por Spink (2003, p. 138), as pesquisas e “os estudos que buscam entender as representações na perspectiva dos grupos, buscando aí tanto a diversidade quanto o que há de comum e compartilhado, têm utilizado formas de coleta de dados mais estruturadas”. Desse modo, para identificar

as memórias e as RS presentes sobre o uso de drogas e sobre a violência optamos pelo questionário autoaplicado com perguntas abertas, e que foram aplicados no espaço da escola em horário de aula regular, combinado previamente com as professoras responsáveis pelos educandos.

Nesse sentido, destacamos que o questionário individual autoaplicado, uma vez que os adolescentes responderam sem ajuda, foi composto de cinco questões sociodemográficas. Na mesma perspectiva, as questões postas no instrumento de coleta, como raça, gênero e localidade da moradia, auxiliaram-nos a compreender o adolescente que estávamos investigando. O questionário apresentou, ainda, 14 perguntas objetivas e abertas com indagações específicas sobre o conceito de violência, sobre a convivência e as experiências com a violência, sobre o conceito de drogas, bem como a convivência e experiências com o uso de drogas.

Com o objetivo de aprofundar ainda mais questões suscitadas nas respostas do questionário e pelo desejo de aprofundar questões que ficaram pouco claras, seguimos a orientação de Coutinho (2011, p. 176), que, por sua vez, afirma que a “opção por entrevista é um instrumento de coleta de dados largamente utilizada em pesquisas das Ciências Sociais, pois é uma técnica que possibilita o desenvolvimento de uma estreita relação entre os participantes”. Nessa perspectiva, realizamos entrevistas semiestruturadas (roteiro em anexo), com o objetivo de possibilitar aos adolescentes expressar suas vivências sobre as temáticas pesquisadas. As perguntas do questionário autoaplicado ampliaram o leque das respostas dos adolescentes participantes da pesquisa. Sendo assim, outros aspectos não contemplados na presente pesquisa surgiram de maneira espontânea no discurso dos investigados. Como já tínhamos o perfil dos sujeitos pesquisados, as questões objetivaram compreender, também, o contexto social e a relação dos adolescentes com a escola e o seu bairro

Destacamos, nessa perspectiva, que utilizamos nas análises as lembranças presentes ou ausentes nas respostas. Para tanto, consideramos todas as falas do público participante como significativas. De acordo com Jovchelovitch (2013, p. 66), “a análise do campo conceitual das representações sociais nos confronta, em nível do social, com duas dimensões fundamentais da atividade psicossocial: a relação com o ausente e a evocação do possível”. Assim, não foi um fator condicionante para as reflexões a quantidade de vezes que uma resposta ou uma palavra foi citada na entrevista.

Por conseguinte, para análise do material coletado, utilizamos a análise de conteúdo para refletir sobre as respostas oferecidas. Segundo Moraes (1999, p. 78), esse modelo de análise, “conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. Destarte, os estudos da memória serão utilizados na compreensão do processo de análise das representações sociais.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS E DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Para realização da pesquisa foram selecionados adolescentes de duas escolas públicas municipais, que, por razões éticas, não identificamos para preservar as pessoas envolvidas. A escola 1 (um) funciona em tempo integral e está situada em um município do interior da Bahia. Por suas características de ter maior tempo com o educando na escola, a procura por crianças e adolescentes de vários bairros da cidade é grande, inclusive de bairros mais distantes e até mesmo de alunos oriundos do campo. Destacamos que a acentuada procura por vagas em tal escola é justificada pela relativa qualidade da educação e do ensino oferecido na instituição escolar pesquisada.

Por sua vez, a escola 2 (dois) está localizada em um bairro periférico. Seu público são os filhos dos moradores dos bairros do entorno da escola. Ressaltamos que tal intuição escolar é de difícil acesso e apresenta uma precária estrutura física. Destacamos que ambas as escolas ofertam o ensino do 5º ao 9º anos do ensino fundamental, com aulas regulares no turno matutino e diversas oficinas no turno vespertino.

Nesse contexto, selecionamos, na escola 1(um), as quatro turmas do 6º ano, constituídas por alunos de 11 a 14 anos de idade. Na segunda escola, por seu turno, selecionamos uma única turma, do 6º ano. Sendo assim, contamos com um universo de 90 estudantes que participaram, espontaneamente, da presente pesquisa.

Reiteramos que nosso interesse pela adolescência se justifica por ser um grupo que tem se tornado o alvo específico do comércio ilegal das drogas. Trata-se, a nosso ver, de vítimas e de objetos descartáveis para tráfico de drogas, pois os líderes locais do tráfico se valem de tal público, diversas vezes, como entregadores e consumidores. O Estado, por sua vez, que deveria proteger esses sujeitos, é

ineficiente e os faz, duplamente, vítimas nesse contexto da violência estrutural, pelas polícias ou pela escola que os expulsam. Assim, os sujeitos da pesquisa podem ser caracterizados como invisíveis e sem voz. Nesse sentido, quando estão nas estatísticas de homicídios, são, também, considerados culpados por terem escolhido o mundo das drogas ou participar da incerta e perigosa vida no tráfico.

Nos estudos sobre a memória social, Halbwachs (2006) e Sá (2012) destacam a importância do sujeito na construção da memória social e individual. Por seu turno, nas RS, Moscovici (2013) e Santos (2005) coadunam com o pressuposto que as RS são o estudo do senso comum e que, por sua vez, é produzido nas relações sociais. Desse modo, entendemos esses sujeitos como atores de destaque no contexto pesquisado. Portanto, precisam explicitar o que pensam sobre fenômenos tão complexos que são o uso de drogas e a violência.

Nessa perspectiva, ressaltamos que a escola 1 (um), é composta de cinco salas de aula. O total de turmas matriculadas contabiliza dez. A estrutura física abrange, ainda, uma secretaria e um laboratório de informática, sem uso, destacamos, pois, de acordo com os alunos, não tem rede de internet disponível. A escola ainda possui um campo de futebol e refeitório. Não possui biblioteca, nem quadra coberta e, tampouco, muros de proteção. No entanto, sua área verde é ampla, com muitas árvores. Salientamos que o espaço físico construído para abrigar a escola é bem reduzido. Isso faz com que se transmita a imagem de um espaço do campo em uma área da cidade. Ressaltamos que durante o período de realização da presente pesquisa, foi possível observar a ausência de um porteiro. No lugar do portão de acesso principal está uma cancela de madeira, que alunos, professores e visitantes abrem e fecham sem restrições.

Destacamos que a localização geográfica dessa unidade escolar é distante do centro da cidade. O bairro possui apenas duas linhas de ônibus coletivo, o que, por seu turno, limita o acesso dos moradores. As ruas não são pavimentadas, fato que, possivelmente, pode dificultar a locomoção em dias de chuva. No bairro onde a escola está situada, não existem opções de lazer para as crianças e os adolescentes. Sendo assim, o espaço escolar é o espaço de socialização dos alunos. Por não ter muros, a área da escola é utilizada nos finais de semana, principalmente, como campo de futebol. Por esse distanciamento geográfico, a escola atende adolescentes do seu entorno e outros oriundos de bairros próximos, porém, com as mesmas características de precariedade.

Por sua vez, a escola 2 (dois), caracteriza-se como uma escola tradicional, cuja proposta de educação integral, em que os alunos permanecem todo o dia na escola, e com alimentação ofertada no próprio espaço escolar, motiva alunos de diferentes bairros da cidade a procurar vagas em tal instituição. Por esse diferencial que a escola apresenta a procura por vagas é também feita por alunos oriundos da zona rural, uma vez que esses educandos dispõem de transporte escolar gratuito.

No que se refere à estrutura física, observamos que a escola tem um excelente espaço, organizado com salas amplas e arejadas, secretaria, sala de coordenação, sala dos professores, refeitório, sala de balé, sala multifuncional e quadra coberta. Ressaltamos que a instituição é totalmente murada e possui estacionamento para professores e visitantes. Apresenta, ainda, em sua estrutura organizacional, porteiro, pessoas de apoio no corredores e psicóloga, além do quadro de professores.

Para aplicação do questionário, selecionamos, nas duas escolas referidas, as turmas dos alunos do 6º ano, a turma única na escola 1 (um) e as quatro turmas da escola 2 (dois), compondo o universo de 90 estudantes participantes da investigação. Dentre este universo inicial de adolescentes, e de posse dos resultados obtidos, vimos a necessidade de realizarmos entrevistas que ampliasse o debate sobre o tema pesquisado. Assim, realizamos novas entrevistas com 18 deles, que voluntariamente participaram da referida etapa da pesquisa. Esse número, salientamos, não foi predefinido. Porém, observamos que quando as falas dos entrevistados passaram a ser uma repetição e não acrescentavam nenhuma informação nova, consideramos ter alcançado o objetivo.

Tabela 1 – Distribuição dos sujeitos segundo a faixa etária

Idade	Nº
12 anos	33
13 anos	36
14 anos	14
15 anos	2
Não informou	5
Total	90

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

De acordo com a faixa etária observada, entre 12 e 15 anos, consideramos os sujeitos da pesquisa como adolescentes. Salientamos que os mesmos convivem diariamente e contribuem com sua formação e de seus pares no espaço escolar, e

também para além dele. Nesse sentido, podemos afirmar que se trata, pois, de lugares de conflitos e de situações de violência. Podemos assegurar que em tais ambientes, os sujeitos também criam e estabelecem laços de amizades e vínculos afetivos. Desse modo, os grupos sociais são formados e instauram processos de mediação social entre os adolescentes e a sociedade, aspecto fundamental à construção das representações sociais, conforme destacamos no fragmento reproduzido a seguir.

A análise das representações sociais deve concentrar-se naqueles processos de comunicação e vida que não são somente as que engendram, mas que também lhe conferem uma estrutura peculiar. Esses processos, acredito, são processos de *mediação social*. Comunicação é mediação entre um mundo de perspectivas diferentes, trabalho é mediação entre necessidades humanas e o material bruto da natureza, ritos, mitos e símbolos são mediações entre a alteridade de um mundo da intersubjetividade humana: todos revelam numa ou noutra medida a procura de sentido e significado que marca a existência humana no mundo. (JOVCHELOVITCH; GUARESCHI, 2013, p. 80-81, grifos dos autores).

Esse universo selecionado compreende uma quantidade relevante de adolescentes, moradores de diferentes bairros que, por sua vez, encontram-se localizados em uma relativa distância e proximidade do centro da cidade, ou muito distantes deste. Acreditamos que essas características sejam condições importantes para compreender o contexto social no qual esses adolescentes estão inseridos. A importância de tais dados é percebida, também, quando voltamos nossa análise para as maneiras como o Estado se faz presente ou ausente nos referidos espaços de socialização e de formação desses sujeitos.

Tabela 2 – Distribuição dos sujeitos segundo a localização

Distância do centro da cidade	Nº de alunos
Não informou o bairro	04
Próximos do centro	15
Distantes do centro	11
Muito distantes do centro	60
Total	90

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A distribuição geográfica dos alunos das duas escolas onde realizamos a pesquisa evidenciam que o público é, em sua grande maioria, morador de bairros

distantes geograficamente do centro da cidade. Esse distanciamento significa que os aspectos que caracterizam a urbanização se tornam mais difíceis, tais como linhas de transporte público, calçamento das vias, iluminação pública, praças e bibliotecas, entre outros. Ou seja: trata-se de ambientes empobrecidos. A esse respeito, podemos afirmar que:

uma cidade nunca é a mesma em seus diferentes lugares, sobretudo quando se comparam ambientes populares e aqueles outros de média e alta renda, com um padrão de urbanização elevado, que se convencionou a denominar de “bairros nobres” em contraposição “aos populares”, que também podem ser vistos como periféricos. (ESPINHEIRA, 2010, p. 15).

Evidenciar os espaços em que estes adolescentes residem é necessário para compreender as condições de qualidade de vida ofertadas a estes sujeitos. Sendo assim, podemos verificar a ausência de espaços de sociabilidade nos ditos bairros populares, onde estão agregados quase a totalidade dos estudantes pesquisados. Assim, perceber a maneira como se autodeclaram pode contribuir, significativamente, para perceber as representações sociais sobre que os mesmos têm de si, sobre a violência e sobre as drogas.

Justificamos, nesse sentido, a inclusão dos aspectos étnico-raciais nesta pesquisa, pela necessidade de conhecer como os sujeitos se compreendem. Isto é: sua autorrepresentação. No questionário autoaplicado, a questão a respeito de tal assunto era aberta, a fim de possibilitar ao sujeito que fizesse sua atribuição racial. Notamos que o número de adolescentes que optaram por não declarar sua raça foi relevante. Constatamos, ainda, como persiste no imaginário e na linguagem popular os termos mulato e marrom. Destacamos que o número de adolescentes que se declaram morenos supera, nesse sentido, o número daqueles que se declaram negros ou pretos. Outro aspecto relevante observado na pesquisa foi o número de sujeitos que se declaram indígenas, uma vez que a cidade onde residem tem em suas proximidades grupos indígenas que, por meio de lutas e ocupações de terras, exigem a demarcação de terras pertencentes aos povos indígenas.

Tabela 3 – Distribuição dos sujeitos segundo a autodeclaração

Cor	Quantidade
Negro/preto	21
Moreno	24
Pardo	14
Branco	11
Índio	5
Mulato	1
Marrom	1
Não informou	13
Total	90

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Observamos que quando agrupando os negros, morenos e pardos temos 66% dos adolescentes pesquisados. Assim, podemos dizer que a maioria investigada pode ser caracterizada como afrodescendente. De acordo com as normas sociais e com os dados da violência contra esse grupo específico da população, tal percentual pode significar uma possibilidade real de morrer de forma violenta. Segundo Espinheira (2010, p. 77), “os movimentos negros falam em extermínio e utilizam o conceito de genocídio considerando a predominância quase absoluta de afrodescendentes entre as vítimas”.

4.4 A VOZ DOS INVISÍVEIS: O QUE DIZEM SOBRE USO DE DROGAS E VIOLÊNCIAS

Os dados, obtidos por meio da aplicação do questionário individual, ofereceram-nos importantes relatos sobre o tema pesquisado. Por opção metodológica, organizamos as respostas e as agrupamos, de acordo com a frequência apresentada, em tabelas. Procuramos, também, destacar os registros¹⁰ por palavras ou frases que são significantes. Assim, dividimos os dados e resultados obtidos em seis categorias com as seguintes nomeações: o conceito de drogas na percepção dos adolescentes, a convivência com as drogas, a experiência com as drogas, o conceito de violência na percepção dos adolescentes, a convivência e a experiência com a violência, e associação entre drogas e violência na percepção dos adolescentes.

Nessa perspectiva,

¹⁰ Os relatos não serão identificados para mantermos o sigilo e segurança dos envolvidos na pesquisa.

recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação, embora muitas inconstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós. (HALBWACHS, 2006, p. 29).

Ressaltamos que não estamos totalmente sozinhos e nossas lembranças não são apenas nossas. Desse modo, podemos verificar que os relatos dos adolescentes se somam entre si, em um conhecimento dada a frequência das lembranças descritas. Destacamos, assim, que análise por categorias foi imprescindível para entender que o conhecimento sobre drogas não é apenas desses adolescentes. Trata-se, pois, de saberes compartilhados e de representações sociais presentes no imaginário das populações residentes nos ambientes pesquisados.

4.4.1 O conceito de droga na percepção dos adolescentes

A Tabela 4, abaixo, apresenta os termos relatados que traduzem as memórias sobre o que seriam drogas para esse grupo de adolescentes. As respostas apresentadas na tabela a seguir, demonstram os termos mais frequentes observados nas respostas dos entrevistados. Destacamos que os números informados correspondem à quantidade de vezes que os termos foram citados nas respostas.

Tabela 4 – O que os adolescentes dizem sobre drogas

Conceito	Nº de ocorrências
Coisa ruim /porcaria/mal caminho	46
Morte/violência	14
Vício	12
<i>Crack/pó/maconha/cigarro</i>	11
Positiva	5
Não responderam	2
Total de termos relatados	88

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Ressaltamos que essa categoria está dividida em quatro subcategorias: a droga como negativa, a droga conceituada como vício, as substâncias denominadas drogas e a percepção positiva da droga. Por meio das respostas compreendemos as representações que os adolescentes têm sobre a droga.

4.4.1.1 A percepção negativa da droga

Como demonstra a Tabela 4, a maioria dos relatos dos adolescentes entrevistados associam as drogas a algo negativo e prejudicial. Sendo assim, para essa subcategoria unimos o número de respostas que evidenciaram a droga como coisa ruim, como sinônimo de morte e como uma forma de violência. Percebemos que os sujeitos, ao conceituarem as drogas, não fazem distinção entre as lícitas e ilícitas, bem como não explicitam os medicamentos como drogas. A afirmação exemplifica a associação das drogas ao aspecto negativo: “uma coisa muito grave que acaba com a vida de uma pessoa”. (ENTREVISTA A). Essa negatividade pode estar ancorada nas memórias de um grupo que vivenciou situações contraproducentes, provocadas pelas drogas ou por seu comércio. Podem ser vistas, ainda, como lembranças de um passado não tão distante e que permanecem presentes, em um ciclo contínuo.

Nas respostas, também, destacam-se as representações sociais transmitidas pelas famílias, que, por sua vez, é o seu primeiro grupo de pertença. Tal aspecto explicita o papel da família na formação das memórias desses adolescentes. Podemos observar, por exemplo, na resposta de outro entrevistado que “uma coisa que minha família tenta proteger eu e meus irmãos”. (ENTREVISTA B). Nessa perspectiva, os adolescentes citam o medo das mães e a tentativa de proibirem o contato com as drogas. Ressaltamos, desse modo, que as memórias que aparecem não são apenas desse grupo, como corrobora o fragmento seguinte.

Para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa [...] é preciso que as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado. Cada um de nós pertence ao mesmo tempo a muitos grupos, mais ou menos amplos. (HALBWACHS, 2006, p. 98).

Observamos, ainda, que os entrevistados relacionam as drogas com a causa direta de algumas doenças. Podemos verificar no relato de outro entrevistado que “droga é aquela que deixa a pessoa destruída, infeliz e sem paz na vida”. (ENTREVISTA C). Nesse contexto, a droga, então, é também colocada na condição algo que se opõe a uma vida saudável.

4.4.1.2 A droga e o vício

No grupo de adolescentes selecionados para a realização da presente pesquisa, doze representam as drogas como vício, associando-as ao lugar do moralmente reprovável. O discurso de tais entrevistado demonstra como é visível em nossa sociedade a percepção de que as drogas são imorais. Nas respostas dos adolescentes também podemos destacar os termos: tudo que é vício; uma vez que essa pode ser a representação que os entrevistados têm do indivíduo viciado, que por vezes, é quem não consegue ter controle sobre seus desejos e vontades. Sendo assim, ser viciado é, então, ser controlado por um outro. Nesse caso, subjogado pelas drogas.

A principal atração política da retórica da guerra contra as drogas, e as políticas que seguem, é que ela permite que o governo pareça forte e ativo em um problema que o público se preocupa. A imagem na mente do público, construída ao longo das décadas de cobertura de notícias e programas policiais, é de traficantes de drogas como criminosos impiedosos, e todos os usuários de drogas como viciados, portanto, moralmente fracos e reprováveis. (SALLES, 2013, p. 52).

Sobre o termo viciado, Palomo (2009) reflete a estigmatização do sujeito, uma vez que já existe uma tentativa de mudança para o termo na área de saúde e acadêmica para dependente. Trata-se de uma tentativa de dar dignidade ao sujeito e de aproximá-lo da situação de doente. No entanto, é necessário oportunizar possíveis tratamentos. Acreditamos que, com o adequado acompanhamento por profissionais especializados, o sujeito deixaria a condição de culpado por uma fraqueza pessoal, para alguém que precisa de ajuda e tratamento.

4.4.1.3 As substâncias nomeadas como drogas

Destacamos que nas respostas dos entrevistados, a identificação propriamente dita de substâncias como drogas ilícitas e lícitas foram lembradas por apenas onze adolescentes. Percebemos, assim, que os relatos evidenciam as drogas mais comuns, como álcool, cigarro e maconha, como se pode constatar na fala de um dos adolescentes: “droga é uma coisa que faz muito mal com a droga cocaína e crack e maconha” (ENTREVISTA C). Podemos constatar, desse modo,

que os adolescentes exemplificam tais drogas de acordo com a convivência direta que eles possuem.

O número menor de lembranças das drogas lícitas e a ausência das drogas farmacológicas também pode explicitar que os adolescentes não as consideram como drogas. Especificamente sobre as bebidas alcoólicas, pelo aspecto da aceitação e do incentivo social, especialmente, pela mídia televisiva, podemos afirmar que:

é possível destacar o importante papel que a mídia vem desempenhando para que o consumo seja cada vez mais difundido. Sol, praia, lazer, prazer e “corpos perfeitos” são algumas das atrações utilizadas para o consumo cada vez elevado de bebidas alcoólicas, principalmente de cerveja. Percebe-se que, de maneira particular, estas imagens estão sempre relacionadas à juventude, à virilidade e ao prazer provocado pelo consumo. (BERTONI, 2015, p. 11).

Observamos e destacamos, desse modo, que a não presença de relatos dos remédios como drogas lícitas é um resultado preocupante e que pode ser profícuo, no sentido de apontar que tais dados demonstram a desinformação desses adolescentes sobre drogas que estão em quase todas as residências, e que podem causar dependência. Como notamos, porém, o uso de tais drogas é pouco questionado.

4.4.1.4 A percepção positiva das drogas

Destacamos, no grupo de adolescentes entrevistados, as cinco respostas que demonstram que seus amigos percebem as drogas de forma positiva, uma vez que estão associadas a busca pelo prazer. Os entrevistados utilizaram expressões como “para meus amigos drogas é uma coisa boa que deixa feliz”. (ENTREVISTA D) para referir-se ao que pensam seus amigos. Nesse sentido, salientamos que nas respostas são sempre os amigos que utilizam, assim como os amigos dizem que é bom. Observamos, desse modo, que os adolescentes não se colocam como se já tivessem tido experiências anteriores com as drogas. Trata-se, por isso, de uma possibilidade de transferir para o outro o que realmente pensam.

A constatação de que o uso, ao menos inicial de drogas, provoca prazer não podem ser desconsideradas. A esse respeito, a assertiva de Albertini (1998, p. 53) é

enfática e contribui com a nossa reflexão. Para o referido autor, a experiência com as drogas, “afinal de contas, de maneira quase mágicas e instantânea, [...] possibilita a produção de sensações prazerosas e, ao mesmo tempo, nos livra, pelo menos momentaneamente, das agruras da realidade”.

Embora tenha sido um número pequeno de adolescentes que declararam o aspecto prazeroso ou positivo das drogas, acreditamos ser relevante refletir que essa declaração, mesmo em uma pesquisa acadêmica, é por si só, um ato de coragem. Isso porque, como já dissemos, a representação social da droga, comumente, é construída como algo negativo, ruim. Estes poucos que relataram o aspecto do prazer, mostram-nos uma outra face sedutora das drogas e que existe, ainda que seja pouco discutida.

4.4.2 A convivência com as drogas

Nessa categoria, que aborda a convivência direta com as drogas, a maior parte dos adolescentes, sendo cinquenta e sete deles, disseram não ter amigos que usam drogas. Os demais, trinta e três, afirmaram que sim, possuem amigos que usam drogas. Desses que responderam afirmativamente, o maior número citou as drogas ilícitas. A Tabela 5, abaixo, apresenta, da maneira sintética, a percepção que os adolescentes relataram sobre o convívio com as drogas.

Tabela 5 – O tipo de droga utilizada pelos amigos

Tipo de droga	Nº
Maconha	19
Pó	11
<i>Crack</i>	7
Cigarro	5
Bebida	1
Cola	1
Total de termos	44

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Essa categoria demonstra como as drogas estão próximas desses adolescentes, uma vez que o sentimento de pertença a um determinado grupo social, para qualquer adolescente, é de suma importância. De acordo com os postulados de Malvasi e Trassi (2010), podemos indicar, ainda, que é nesse período da vida do sujeito que os vínculos de amizade se sobrepõem, muitas vezes, ao

grupo inicial, que é a família. Por sua vez, Lapate (2001) destaca a importância dos modelos positivos para prevenção ao uso e abuso de drogas. O que pode não acontecer, salientamos, se os amigos e as famílias usam drogas.

As frequências dos relatos que citam o uso da maconha coadunam com a assertiva de Boiteux (2009), que, por sua vez, afirma que a maconha é a droga ilícita mais consumida no Brasil. Segundo a referida autora, a maconha também vem sendo cada vez mais socialmente aceita.

Dentre os relatos dos entrevistados sobre quando presenciaram o uso de drogas, as substâncias mais citadas foram as ilícitas. Nesse contexto, a maconha foi a droga de maior incidência evocada pelos adolescentes, seguida da cocaína citada por onze adolescentes, e pelo do crack que foi registrada por sete sujeitos. Entre as drogas ilícitas houve, ainda, relatos de uso da cola de sapateiro. Por outro lado, entre as chamadas drogas lícitas, as ocorrências de maior destaque foram para a bebida e o cigarro.

Como a categoria anterior demonstrou, alguns dos adolescentes entrevistados mantinham um vínculo de amizade com outros sujeitos que usavam drogas lícitas e ilícitas. Destacamos, nesse sentido, que algumas das respostas evidenciam o uso de droga no espaço da própria residência: “na minha casa meu pai é usuário e minha vó, vivi dando conselho a ele e ele não escuta” (ENTREVISTA D). Ressaltamos que apenas com base nesses relatos não é possível afirmar o tipo de droga a que o adolescente é exposto, assim como não possível determinar o tempo de exposição a que é submetido. Salientamos, nessa perspectiva, que esse convívio muito próximo dos adolescentes com as drogas, não é o mais indicado para a formação do indivíduo.

Basicamente cabe aos pais, familiares ou responsáveis diretos pelas crianças e adolescentes o preenchimento deste espaço preventivo que deve ser planejado desde a concepção nascimento da criança, infância até adolescência, através dos modelos de saúde, muito amor e educação, que as crianças têm direito. É o projeto “famílias promotoras de saúde”. A família é ainda a melhor arma e o amor a melhor vacina contra as drogas. (LAPATE, 2001, p. 266).

É necessário que as famílias sejam também orientadas a lidar com as questões das drogas, pois não é possível transmitir um conhecimento que as mesmas não possuem. Assim, cabe ao estado possibilitar o acesso a informações

corretas sobre o uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, e não apenas criar um suposto terrorismo em torno do tema. Trata-se, a nosso ver, de oportunizar uma reflexão crítica sobre os efeitos e as consequências do uso de drogas.

4.4.3 A experiência com as drogas

Quando perguntados diretamente sobre ter feito uso de algum tipo de droga, do universo de noventa adolescentes pesquisados, oitenta e oito deles negaram ter experimentado algum tipo de droga. Somente dois adolescentes disseram ter experimentado bebida alcoólica. Essa ausência de relatos no universo pesquisado, possibilita a levantarmos a hipótese de que afirmar ter experimentado ou usar algum tipo de droga, seja ilícita ou lícita, pode colocá-los na situação do outro estigmatizado, no lugar da representação social negativa dos usuários ou dos viciados em drogas. Sendo assim, as respostas negativas se justificam porque nenhum dos adolescentes entrevistados deseja ser um modelo de indivíduo mal visto pela sociedade e sem qualquer identificação com as demais pessoas.

No entanto, quando perguntados se já haviam experimentado algum tipo de bebida alcoólica, há uma mudança significativa nas respostas, conforme a Tabela 6, observamos que vinte e sete adolescentes entrevistados relataram já ter experimentado algum tipo de bebida alcoólica.

Tabela 6 – Sobre a experiência com bebida alcoólica

Você já experimentou alguma bebida alcoólica?	Nº
Não	63
Sim	27
Total	90

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Nesse sentido, podemos esclarecer o processo de rotulação que, nesse momento, a representação social desses adolescentes se evidencia:

Quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus ou os pobres, nós obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-a e rotulando-a. E, neste ato, nós revelamos nossa “teoria” da sociedade e da natureza humana. (MOSCOVICI, 2013, p. 62).

Como o consumo de bebidas alcoólicas tem se popularizado entre crianças e adolescentes, como afirma Silva (2011, p.29), o “álcool é a droga de escolha entre crianças e adolescentes”, acreditamos ser necessário aprofundar essa questão. Uma vez que a bebida não foi citada anteriormente, tal resultado pode sugerir que os adolescentes não reconheçam a bebida alcoólica como droga e, por esse motivo, não a tenha citado entre as drogas relatadas nos depoimentos. No mesmo sentido, a identificação da parcela que afirmou já ter consumido bebidas em algum outro momento, também pode indicar que o consumo de bebida alcoólica está de tal forma naturalizado que não existe um problema assumir o consumo. Destacamos que entre as bebidas alcólicas consumidas pelos adolescentes, o vinho e a cerveja foram as que tiveram maior relevância, como constatamos na Tabela 7, reproduzida a seguir.

Tabela 7 – Tipos de bebidas citadas pelos adolescentes

Tipos de bebidas	Nº
Vinho	11
Cerveja	10
Cidra	5
Licor	3
Total	29

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Entre os adolescentes que responderam já ter experimentado algum tipo de bebida alcoólica, as idades com que disseram ter experimentado a bebida merece destaque. Isso porque quase a totalidade daqueles que responderam positivamente, tiveram sua primeira experiência ainda na infância, uma fase em que estão ou deveriam estar sob a proteção da família, como é explicitado na Tabela 8.

Tabela 8 – Com quantos anos experimentou bebida alcoólica?

Idade	Nº
05 anos	1
07 anos	1
08 anos	1
09 anos	2
10 anos	10
11 anos	6
12 anos	1
14 anos	2
Não responderam	3

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A afirmação de Halbwachs (2006) sobre seus estudos em um outro contexto, possibilita-nos uma reflexão sobre a exposição de crianças e adolescentes a situações de uso de drogas, quando os mesmos não têm maturidade para fazer suas próprias escolhas com autonomia.

É por isso que às vezes se diz que determinadas pessoas não tiveram infância, porque a necessidade de ganhar o pão se impôs muito cedo, fez com que entrassem nas regiões da sociedade em que os homens lutam pela vida (ao passo que a maior parte das crianças sequer sabe que essas regiões existem) ou porque, depois de um luto, a criança conheceu um tipo de sofrimento normalmente reservado aos adultos e teve que enfrentá-lo no mesmo plano em que estes. (HALBWACHS, 2006, p. 48).

Esses dados, entretanto, não são suficientes para afirmar que a família brasileira é responsável pela introdução de meninos e meninas no consumo de bebidas alcólicas. Por outro lado, a afirmação de Bertoni (2015) ressalta que há pouca preocupação das famílias com o consumo e o abuso de bebida alcoólica.

Muitos pais nem se preocupam se os filhos bebem demais, há, inclusive, aqueles que os encorajam, como já dissemos. A preocupação é se estão consumindo drogas ilícitas. Isso pode ser um indício de que estão envolvidos com a ideia de que a bebida é saudável ou pode tornar a vida melhor, ou ainda, que a bebida não é tão vilã quanto poderiam prever. (BERTONI, 2015, p. 13).

O Brasil, conforme afirmamos anteriormente, possui a segunda maior produtora de cerveja. Além disso, é o quinto país em consumo de tal bebida alcólica (CARNEIRO, 2005). Sendo assim, não surpreende que cada vez mais jovens desenvolvam o hábito e o gosto pela cerveja. Tal fato indica a necessidade de políticas específicas de prevenção para crianças e adolescentes, e que reflita seus gostos e interesses, uma vez que as indústrias investem em campanhas publicitárias para alcançar cada vez mais um público maior.

Ainda sobre a experiência com drogas, e diante do enorme alcance do cigarro, indagamos, também, aos adolescentes sobre suas experiências com tal droga. Dois adolescentes responderam afirmativamente. Destes, um não informou a idade em que se deu a experiência, e o outro experimentou aos sete anos de idade. Podemos apontar que esta pequena incidência pode ser fruto das amplas campanhas de prevenção, aliadas à ausência de propagandas de estímulo em

televisão, jornais e revistas, como enfatiza Salles (2013, p. 106) ao afirmar que: “uma combinação de proibição de fumar em locais públicos e campanhas de educação conseguiu reduzir o consumo de tabaco em mais de 50% (cinquenta por cento) ou mais em alguns países”. Nesta pesquisa, não foram evidenciados relatos significativos sobre o uso do tabaco (cigarro), nem experiências de familiares ou amigos.

As categorias que descrevemos com base nas respostas oriundas dos questionários aplicados ao grupo de noventa adolescentes selecionados, mostra-nos qual a representação social sobre drogas, que reproduz o que as elites propagam. Isto é: o lugar reprovável do usuário e o conceito negativo das drogas. Nesse sentido, é clara a desinformação sobre as drogas lícitas, em especial, as bebidas alcoólicas e as drogas medicamentosas. Ao mesmo tempo, percebemos que os adolescentes convivem muito próximos das drogas lícitas e ilícitas e sem a devida proteção da sociedade e do Estado. Isso facilita a experiência com as drogas em tão pouca idade e maturidade para as escolhas. Considerando que a temática das drogas, por vezes, está imbricada com situações de violência, acreditamos que não poderíamos realizar essa discussão sem conhecer as representações e memórias desses adolescentes, também, sobre as violências, assunto que discutimos com maior enfoque na seção seguinte da presente pesquisa.

4.4.4. O conceito de violência na percepção dos adolescentes

Destacamos que o fenômeno da violência é polissêmico e com diferentes possibilidades de abordagens. Dada a amplitude dessa temática, não é possível em uma única pesquisa discutir todos os tipos de violência. Ressaltamos, dessa forma, que iremos utilizar as respostas dos adolescentes nos questionários, como ponto de partida para buscar as representações sociais e as memórias sobre essa temática. Para tanto, subdividimos essa categoria em: a percepção da violência como morte, a percepção da violência como agressão física/bater/brigar, a percepção de violência sexual e violência contra mulher, a violência como sinônimo de crime, e as incivildades, conforme as informações da Tabela 9.

Tabela 9 – O conceito de violência

Tipo de violência	Ocorrências
Agressão /bater	31
Matar	29
Brigar	19
Estupro	13
Coisa feia /ruim/ <i>bullying</i>	11
Ameaça/perigo	11
Roubar	10
Fumar cigarro/drogas	4
Crime	4
Bater na mulher	3

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

4.4.4.1 A percepção dos adolescentes sobre a violência como agressão física/bater/brigar

Os termos agressão, bater e brigar, ressaltamos, não são sinônimos. No entanto, agrupamo-los pelos sentidos semelhantes atribuídos pelos adolescentes. O agrupamento é justificado, ainda, pelo número de frequência observadas. A grande maioria de termos citados pelos adolescentes conceitua a violência como um fenômeno que precisa ser visível e materializado. De acordo com os relatos, podemos perceber que, para os adolescentes entrevistados, violência “é aquele que agride um aos outros” ou “e pegar a pessoa bater até ferir”. (ENTREVISTA E).

Segundo Abramovay (2010, p. 284), a “agressão é encarada como violência à medida que a força é usada para intimidar, diminuir e machucar o outro”. Sendo assim, percebemos que os adolescentes, ao nomearem situações de agressão como violência, estão ancorando as informações que possuem sobre um fenômeno tão complexo. Para Moscovici (2013, p. 60-61), trata-se do “primeiro mecanismo” que “tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns”. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a ancoragem é uma tentativa do sujeito de colocar as imagens incomuns “em um contexto familiar” e cotidiano.

O mesmo podemos afirmar da associação entre a violência e crime, relatada por alguns dos adolescentes entrevistados e evidenciada na fala: “um crime que nunca devia ser cometido” (ENTREVISTA F). Desse modo, a percepção é que são atos de agressão passíveis da punição do Estado. Nesse sentido, reiteram os entrevistados, que são crimes e que podem ser evitados.

4.4.4.2 A percepção dos adolescentes da violência como morte

Segundo Bava (2013, p. 1), “nos últimos três anos foram assassinadas mais de 140 mil pessoas no Brasil. Uma média de 47 mil pessoas por ano”. Estes números são amplamente divulgados pelos meios de comunicação e pelas redes sociais. Nesse sentido, falar de morte deixou de ser um tabu das conversas de adultos e passou a fazer parte do cotidiano da sociedade brasileira. Infelizmente, os jovens representam uma parcela significativa dos brasileiros que são vítimas da violência.

De acordo mapa da violência (WASELFSZ, 2012; 2014), são os jovens os que apresentam maiores chances de ser mortos por arma de fogo. Acreditamos que essa potencialidade demonstrada por Waiselfisz (2012; 2014) está presente nas respostas dos adolescentes por meio da palavra morte ou o ato de matar, que, por sua vez, foi o tipo de violência mais recorrente nas respostas dos entrevistados: “é machucar e ferir os outros até perder a consciência ou morrer” (ENTREVISTA G).

A concretização da morte é a violência que não deixa outras possibilidades. Sendo assim, é o fim da vida de milhares de jovens brasileiros. Conforme Kovalesski (2015, p. 1), podemos afirmar, então, que nos “índices específicos sobre mortalidade de jovens e de jovens negros, predominantemente masculinos, há que se rever profundamente todas as políticas voltadas às crianças e aos adolescentes e à reafirmação das cotas raciais”.

4.4.4.3 A percepção como violência sexual e violência contra mulher

De acordo com os dados da Tabela 9, um número muito pequeno de adolescentes identificam a violência contra mulher como mais um tipo de violência. Apenas três adolescentes relataram tal forma de violência. Um número um pouco maior, treze adolescentes, citaram o estupro. Assim, como este é uma das violências cometidas contra a mulher, agrupamos os dois termos na mesma categoria.

Se os jovens brasileiros são as principais vítimas das mortes violentas, as mulheres pouco avançaram no que diz respeito às políticas públicas de prevenção à violência de gênero. No conjunto de tais formas de violência contra a mulher, uma das possibilidades de violência, comumente nomeada como estupro, “é o termo mais comum para designar a violência sexual” (GONÇALVES, 2003, p. 233). Observamos

a ocorrência desse termo também nos relatos dos adolescentes investigados: “violência pra mim não é só quando uma pessoa agride a outra, mas quando estupra, espanca etc” (ENTREVISTA H).

Indubitavelmente, a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, suscitou o debate sobre a violência de gênero que rompeu o espaço do lar. Desse modo, a violência contra a mulher praticada nos domicílios se tornou assunto para todos. Acreditamos que a percepção dos adolescentes são reflexo de uma possível mudança social. Se antes a violência contra mulher não era vista como violência, podemos afirmar que, talvez, essa realidade esteja mudando, como podemos perceber na resposta: “sim, quando meu tio briga com a mulher, ele bate nela dá murro no rosto” (ENTREVISTA I) ou quando “uma pessoa da minha família quase matou uma mulher” (ENTREVISTA J). Notamos que, embora o agressor seja da família, nas duas situações, a violência não é minimizada pelos adolescentes, é relatada. Nesse sentido, percebemos que o machismo que se materializa sob a violência física contra mulher.

Podemos afirmar que as diversas formas de violência contra mulher são situações democráticas, na medida em que não existe diferença entre cor, classe social ou religião. Infelizmente, qualquer mulher pode ser ou já foi vítima de algum tipo de agressão. Percebemos, mais uma vez, a violência estrutural da sociedade. Nesse caso específico, contra as mulheres, uma vez que o estado ainda não efetivou políticas públicas de repressão e prevenção. O que observamos no *site* oficial da Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP-BA, exemplifica a nossa afirmação. Isso porque as estatísticas de violência contra mulher, no estado da Bahia, são limitadas. Os números disponíveis informam apenas os números de estupros do estado e por município. A nosso ver, tais informações presentes na página *web* e as que, sobretudo, estão ausentes, demonstram, claramente, a menor relevância dessa temática.

4.4.4.4 A percepção da violência como incivilidades

Como foram citados por onze adolescentes, agrupamos os termos como perigo, coisa feia ou *bullying*, sob uma mesma categoria. Trata-se de violências cotidianas que não se encaixam em nenhuma das categorias anteriores. Isso porque são situações que, por vezes, não se concretizam na forma física, além de ser

difíceis para os adolescentes conceituar, sobretudo, por ser tão naturalizadas. Desse modo, essas ações não são facilmente identificadas e punidas.

Ressaltamos nesse sentido, que Abramovay (2010) e Espinheira (2008) classificam como incivilidade, um tipo de violência que não se torna caso de polícia e, por isso, não são registrados. Nesse sentido, agrupamos como incivilidades, as respostas que citam que “violência é uma maldade”. (ENTREVISTA K) ou “agressão com palavras e verbal, *bullying*”. (ENTREVISTA L). Podemos considerar como incivilidades, as pequenas agressões que acontecem no cotidiano, na escola, nas relações entre os pares e que, por vezes, não são enquadradas por uma lei específica. Nessa esteira, destacamos que estão muito mais no âmbito moral. No entanto, possuem também um efeito negativo, pois podem ser ameaças de agressão, provocações ou brincadeiras inconvenientes.

4.4.5 A convivência e experiência com a violência

Na categoria anterior, os adolescentes nomearam as diversas formas de violência percebidas por eles. Identificamos, então, que as respostas foram resultado de um cotidiano em que todos os adolescentes já presenciaram alguma situação de violência. Nessa perspectiva, os relatos materializam os momentos vivenciados. Nesse contexto, brigas e mortes foram as mais recorrentes. O resultado coaduna, assim, com as classificações feitas. Percebemos, desse modo, que as construções da representação social recorrem às memórias das vivências desses adolescentes. Isso porque podemos observar que eles conceituam o que está em seu dia-a-dia, o que acontece com suas famílias, vizinhos e em seu bairro.

É preciso salientar, no contexto da presente pesquisa, que nenhum dos adolescentes se descreve como vítima nas situações de violência. No entanto, presenciaram as diferentes situações de violência. Desse modo, ainda que seja na condição de espectadores, eles podem ser também colocados na condição de vítima. Mesmo que não estejam diretamente envolvidos com a situação violenta, em suas memórias essas violências estão presentes.

Nesse sentido, apresentamos, na Tabela 10, a quantificação das situações descritas pelos entrevistados.

Tabela 10 – Tipos de violência presenciada pelos adolescentes

Tipo de violência	Nº
Brigas	61
Morte	34
Ameaça	33
Roubo	30
Violência policial	18
Estupro	01
Total de termos	177

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Os relatos das situações de brigas e agressões são o tipo de violência mais frequentes. Observamos sua ocorrência sessenta e uma vezes. Quando perguntados se já haviam presenciado situações de violência, as respostas caminharam para a descrição do tipo de violência presenciado: “sim na minha rua já teve briga de faca e pedra a minha foi triste por que eram irmãos e cunhadas eram parentes meus primos” (ENTREVISTA M), ou “sim brigas fiquei um pouco com medo fiquei dentro de casa e fechei a porta” (ENTREVISTA N). Observamos que o testemunho também é presente nas situações de presenciar mortes violentas: “sim acontece muitas mortes onde eu moro” (ENTREVISTA O) ou o “tiroteio de sempre” (ENTREVISTA P). Aparentemente, eventos de violência não são situações ocasionais ou difíceis de acontecer nos ambientes onde vivem os entrevistados. Ressaltamos, nesse sentido, que a violência é uma realidade constante. Tal fato contribui para a naturalização de fenômeno. Notamos que pela frequência que esses eventos acontecem e pela proximidade dos envolvidos, os entrevistados percebem a violência como parte do cotidiano.

No contexto da presente pesquisa, a violência policial foi citada com menor frequência. Apenas dezoito adolescentes afirmaram já ter presenciado cenas de tal forma de violência. No entanto, apenas descreveu o evento: “um policial batendo em um bêbado por desacato” (ENTREVISTA Q). O roubo também foi citado em menor frequência: “já quando eu vinha da padaria tinha dois homens assaltando o mercado aí eu continuei andando” (ENTREVISTA R).

Ao presenciar as situações de violência, reações diversas são provocadas nesses adolescentes. Podemos constatar nas respostas que o medo é o sentimento com maior frequência de registro. Nesse sentido, salientamos que não é possível mensurar as sensações dos entrevistados, dada a subjetividade da temática. Entretanto, “tratar de medo não é falar somente de um sentimento ou sensação, mas

também do que ele faz com as pessoas e com grupos em geral” (ABRAMOVAY, 2010, p. 280). Este grupo de adolescentes de uma mesma cidade e com a mesma faixa etária dividem, além de interesses em comum, vivências muito semelhantes perante a violência: “já na minha rua, um menino morreu na minha porta a minha reação fiquei impressionado” (ENTREVISTA S), ou “fico morrendo de medo” (ENTREVISTA T).

Ao tratar da convivência com as situações de violência também foram registrados relatos sobre a cidade onde esses adolescentes residem. Nessa perspectiva, demonstramos as representações sociais e as memórias que constituem esse lugar que acolhe, ou não, os adolescentes. A tabela 11, abaixo, revela a percepção que os adolescentes entrevistados têm de sua cidade. Nesse sentido, destacamos que há quase uma unanimidade nas respostas. Ou seja, para os adolescentes, o lugar onde vivem é violento.

Tabela 11 – Consideração dos adolescentes sobre a cidade onde moram

Pergunta	Respostas	Nº de ocorrências
Você considera sua cidade violenta?	Não	5
	Sim	85

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

As respostas dos adolescentes reafirmam que o lugar onde moram é violento, como podemos inferir de outras respostas apresentadas. Chama-nos a atenção a recorrência e a frequência das palavras morte e briga nas respostas. A esse respeito, os entrevistados destacam como a mídia também é responsável pela propagação das notícias de violência: “todos os dias tem violência e é por isso que existe jornal e eu não gosto” (ENTREVISTA U). Ressaltamos, assim, a notoriedade dos meios de comunicação para a elaboração de uma memória coletiva sobre a violência. Outras respostas contribuem para caracterizar esse lugar, isto é, a cidade onde residem: “sim, porque onde eu moro os malandros matam na porta dos vizinhos, rouba, troca tiro com os do raio B, porque onde eu moro é raio A” (ENTREVISTA V), ou como a resposta marcante de um adolescente, que apresenta seu cotidiano com a seguinte expressão: “por que não há um dia que não tenha notícias de morte” (ENTREVISTA W).

Nesse sentido, podemos afirmar que poucos adolescentes percebem a função do governo em implementar políticas públicas para minimizar o quadro que

afeta a todos. Embora percebam que existe algo a ser feito, ainda permanece a ideia de que a responsabilidade é uma ajuda, como podemos verificar na seguinte resposta: “sim porque o prefeito não faz nada pela cidade, eu sei que todo lugar tem violência, mas se ele ajudasse ela diminuiria” (ENTREVISTA X). Essa convivência e experiência forçada também se constitui uma violência infligida, uma vez que o Estado [...] não garante os direitos de uma população. Reitera nossas afirmações, o fragmento reproduzido a seguir.

Ainda, não só compreende-se a violência como realidade factual, como ela pode surgir na vida das pessoas como uma espécie de ameaça constante. Ela permeia o cotidiano, mas nem sempre se fundamenta em atos ou reais: a violência é, também, algo que paira sobre os indivíduos como uma espécie de sentimento de insegurança. (ABRAMOVAY, 2010, p. 20).

Percebemos, desse modo, que o Estado falha ao oferecer segurança pública, espaços de lazer, saúde e educação, ou seja, condições *sine qua non* para o pleno desenvolvimento desses adolescentes. Assim sendo, estes últimos são condenados a uma vida de oportunidades limitadas. Nessa perspectiva, poderíamos falar, inclusive, em sobrevivência e não em vida. Desse modo, se o Estado não cumpre com sua responsabilidade, é preciso encontrar um culpado. Nesse sentido, as drogas, e não podemos dizer que somente o comércio ilegal de drogas, torna-se a única responsável pelo aumento da violência, principalmente nos grandes centros urbanos. É necessário, por isso, uma reflexão mais ampla que não será possível apenas nessa pesquisa. Far-se-ão necessários, então, outros estudos e contribuições de diferentes campos do conhecimento para uma compreensão ampla do fenômeno.

4.4.5.1 Drogas e violência

Conforme afirmamos na seção anterior, uma única pesquisa não consegue dar conta de uma temática tão complexa que envolve drogas e a violência. No entanto, pesquisas como esta possibilitam contribuir com o avanço da discussão. Corroboram nossas afirmações, o fragmento abaixo.

As pesquisas de opinião identificam que, depois da saúde (52%), a segurança pública é a maior preocupação do brasileiro (33%), seguida da questão das drogas (29%). Somados, os dois últimos itens colocam-se em primeiro lugar (62%)". (BAVA, 2010, p. 1).

Percebemos, durante a realização da presente pesquisa, que foi essa também a maior preocupação dos entrevistados. Embora não seja o nosso foco, por vezes, essas temáticas estão imbricadas. É o que se pode notar também nos estudos acadêmicos, conforme as assertivas do fragmento seguinte.

O tráfico de substâncias psicoativas ilegais configura-se como um dos campos de maior incidência de violência entre e sobre os jovens. Em primeiro lugar, há o risco constante da violência no interior do tráfico: um labor cada vez mais profissionalizado, que implica para o jovem estar vulnerável a violência e ao despotismo dos hierarquicamente superiores. Em segundo lugar, ao se exporem nas ruas portando substâncias ilícitas, os jovens que trabalham no tráfico tornam-se os sujeitos privilegiados da violência policial. (MALVASI e TRASSI, 2010, p.73).

Com base nas suas vivências, os adolescentes responsabilizam as drogas, sejam as lícitas ou ilícitas, como as motivadoras da violência de forma diferentes. Quando se trata do tráfico de drogas ilícitas, são vários os relatos que corroboram a crença descrita anteriormente: "um vício que quanto mais fumar mais assalto, morte, ameaças para conseguir dinheiro pra o vício" (ENTREVISTA Y); "sim, dívida de drogas" (ENTREVISTA Z), ou como ainda "sim, o meu amigo sofreu violência por causa das drogas" (ENTREVISTA A1).

As violências provocadas pelas drogas lícitas são citadas em menor quantidade. Acreditamos que em virtude da naturalização das violências, conforme tratamos anteriormente. No entanto, podemos notar que, quando consumidas, as drogas lícitas podem provocar situações de violência. As respostas, nesse sentido, enfatizam, principalmente, a bebida alcoólica: "a violência é mata rouba e fuma cigarro e beber cerveja e bate na mulher" (ENTREVISTA B1). "Sim, por que muitas pessoas que bebem e ficam agressivas e começam a brigar" (ENTREVISTA C1).

Sabemos que o tráfico se apresenta como uma saída financeira para muitos adolescentes. No entanto, estes não têm direitos trabalhistas e se expõem a situações de violência perpetradas pelos patrões traficantes ou pelas polícias. Nesse sentido, Malvasi e Trassi (2010, p. 75) afirma que a participação dos jovens e adolescentes "nas atividades ligadas ao tráfico de drogas se configura em uma

possibilidade concreta de trabalho para muitos jovens, em especial os que possuem menos oportunidade no mercado formal”.

Com base nos dados obtidos a partir dos relatos deste grupo, percebemos como estes constroem suas representações sociais, e como estão imersos em memórias coletivas sobre as temáticas abordadas. Sentimos que algumas categorias poderiam ser mais exploradas e aprofundadas. Acreditamos que seria desejável aprofundar ainda mais nossa análise. Assim, percebemos a necessidade da realização de entrevistas individuais como possibilidade de compreender melhor questões pouco explicitadas no questionário. Sendo assim, selecionamos dentre os noventa adolescentes que participaram da pesquisa, dezenove, que se voluntariaram para participar de entrevistas individuais e cujos resultados serão apresentados e discutidos a seguir.

4.4.6 O perfil dos entrevistados

Como parte do aprofundamento do debate sobre o tema e iniciado com o questionário autoaplicado, foram entrevistados, individualmente, dezenove adolescentes entre 12 e 14 anos. A seleção desse universo foi feita de forma aleatória, participando todos os voluntários que haviam respondido os questionários individuais, apresentados na seção anterior. Dos dezenove estudantes entrevistados, oito são meninas e onze são meninos. Essa divisão, ressaltamos, não foi intencional. Isso porque, na questão de gênero, não se percebe diferenças marcantes entre as respostas de meninos e meninas. Nesse sentido, notamos que os jovens estão mais expostos ao convívio com a violência e a situações de uso de drogas, independentemente do sexo. Especificamente nesse grupo de estudantes entrevistados e moradores de bairros próximos, inexistem uma suposta superproteção às meninas.

Destacamos, nessa esteira, que nosso objetivo foi o de identificar e compreender as representações sociais de adolescentes sobre drogas e violência. Ou seja: tratamos de dar voz a um público que, rotineiramente, é invisível na sociedade brasileira. Assim, outras temáticas, percebidas nas entrevistas anteriores, foram abordadas e serão aqui apresentadas.

Utilizamos como ponto de partida as respostas apresentadas no questionário. As lacunas ou os vazios que percebemos foram o mote inicial para desenvolver mais

uma etapa da presente pesquisa e, desse modo, conhecer melhor o contexto social dos adolescentes. Assim sendo, elaboramos questões sobre o bairro onde moram, quais os tipos de diversão que eles vivenciam e o que pensam sobre a escola onde estudam. Também fizemos perguntas específicas sobre o uso e abuso de drogas, bem como o que pensam sobre a violência. Por conseguinte, dividimos as respostas nas seguintes categorias: o ambiente escolar, os espaços de lazer, e o bairro: entre brincadeiras, os tiros.

4.4.6.1 O ambiente escolar

A representação social da unidade escolar, de acordo com os relatos dos adolescentes, é positiva: “Minha escola é boa, as professoras são ótimas, a diretora é excelente e eu gosto daqui” (ENTREVISTA D1). Compreendendo que os adolescentes permanecem no espaço escolar durante muitas horas do seu dia e ao longo de vários dias no ano, esse reconhecimento é positivo. Desse modo, “entendemos a escola não apenas como um espaço de aprendizagem, mas também de socialização, formação de atitudes e de representações sociais” (NAIFF, SÁ, NAIFF, 2008, p. 126). Ainda é necessário destacar a importância dada às professoras, pois existe um reconhecimento do bom trabalho realizado.

Embora todos os alunos afirmem gostar da escola, essa relação afetiva positiva não impede que percebam os defeitos e reconheçam a necessidade de mudanças e investimento: “não tem tudo que podia ter, mas tem o básico. Podia ter salas melhores, mais salas, mais professores” (ENTREVISTA E1). Ainda que a unidade escolar pesquisada não tenha o espaço físico adequado e específico para o funcionamento da biblioteca, o acesso a obras literárias é reconhecida no seguinte exemplo: “Minha escola é boa, eu gosto dos meus colegas, a gente briga as vezes depois volta a se falar de novo, [...] as professoras são muito gentis, o que mais gosto é da biblioteca pra gente pegar os livros que a gente quiser pra ler em casa” (ENTREVISTA F1).

A escola foi descrita pelos adolescentes como uma instituição acolhedora e que proporciona um espaço de construção de relações afetivas positivas. Desse modo, não foram descritas situações de uso de drogas no espaço interno da escola e em seu entorno. Não houve registro, também, de situações de violência entre os alunos ou no caminho diário entre a escola e suas casas. Podemos afirmar, nesse

sentido, que a escola é vista por essa população como o único espaço de socialização.

4.4.6.2 Os espaços de lazer

A discussão sobre violência e drogas, indubitavelmente, é complexa e, por vezes, exaustiva. Nesse sentido, quando na entrevista perguntamos aos adolescentes como eles se divertem em seu bairro, foi possível reconhecer um momento mais ameno em meio às questões sérias e complexas. No entanto, em meio às expressões de alegria, ao descreverem suas diversões, tivemos a oportunidade de refletir criticamente sobre a ausência de espaços de lazer destinados aos adolescentes. Percebemos, desse modo, que nenhum dos entrevistados citou um espaço público além da escola.

As diversões mais comuns são o futebol e a bicicleta: “brinco com meus amigos, brincando de futebol de bicicleta” (ENTREVISTA G1); ou “jogo bola, festa só São João na minha rua” (ENTREVISTA H1). Trata-se de formas de socialização com baixo investimento da família e nenhuma intervenção do poder público. Constatamos que os espaços de lazer é a rua tanto para meninos e como para meninas: “brincando com as meninas na porta” (ENTREVISTA I1). Por falta de opções, a escola é uma possibilidade agradável de diversão: “eu fico em casa e as vezes eu venho pra aqui de tarde” (ENTREVISTA J1).

O centro de consumo ideal de diversão para muitos jovens, nos finais de semana, o *shopping center*, só foi citado uma única vez, e como um destino para ocasiões especiais e que não fazem parte da rotina desses adolescentes moradores de bairros periféricos.

Eu gosto de ir ao shopping, eu amo o shopping e passear com meu pai, por que no dia dos pais a gente sempre passeia com ele e no dia das mães a gente sai com minha mãe, é muito bom, ele leva a gente para aquele parque, num tem aquele negócio cheio de bola, aí meu pai entrou lá e ficou todo coberto, no meu bairro não, eu não gosto de nada não. (ENTREVISTA K1).

Notamos que as falas descrevem os espaços destinados a esses adolescentes de modo espontâneo. Nesse sentido, a rua, local onde o futebol e a bicicleta dividem o espaço com os veículos, onde não existe proteção ou controle,

transforma-se no local de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém. Ressaltamos que para compreender tal realidade, “[...] ao falar de memória, é importante relacioná-la ao grupo social no qual se está trabalhando, já que ela está a serviço da identidade do grupo e portanto tende sempre a reforçar essa identidade” (NAIFF, SÁ, NAIFF, 2008, p. 134).

4.4.6.3 O bairro: entre as brincadeiras, os tiros

Nos questionários autoaplicados, os adolescentes evidenciaram a violência na cidade. Durante as entrevistas individuais, buscamos informações mais detalhadas, e perguntamos sobre o que eles pensam sobre o bairro onde moram. As seguintes falas exemplificam a representação do lugar onde moram e as memórias que são construídas: “meu bairro é diferente, um pouco perigoso sempre tem tiroteio e bandido passando na rua” (ENTREVISTA L1). “É bom, eu tenho meus amigos que eu posso brincar, meus irmãos e a vizinhança, mas é um pouco ruim porque de vez em quando rola tiroteio, tirando isso é bom lá” (ENTREVISTA M1).

Observamos, durante as entrevistas, que as palavras perigoso e tiroteio são recorrentes para descreverem o bairro onde moram. Percebemos que a violência é uma constante no cotidiano desses adolescentes. Podemos entender, então, que o Estado falha em não garantir as condições básicas de qualidade de vida para esta parcela da população. A ausência de pavimentação faz com que o aluno conviva com a poeira quando está sol ou com a lama nas épocas de chuva: “é uma estrada de terra assim dá pra nós ir mas se for de sandália seu pé fica cheio de poeira e gente vai pra escola e quando voltamos o pé vai tá do mermo jeito” (ENTREVISTA N1). Nessa perspectiva, ressaltamos que a falta de saneamento básico também é uma realidade no bairro em que moram:

porque o carro do lixo não passa lá não, por exemplo aqui é minha casa ai a gente desce uma ladeira e tem aquele negócio que coloca o lixo, a gente tem que ir lá jogar, por que o carro não passa lá não. Agua também demora um bocado de tempo pra cai, a fica o maior tempão, sorte de minha mãe que ela guarda o túnel de agua, se não fosse isso. Teve um dia que ficou trinta dias sem cair agua. (ENTREVISTA O1).

Tratam-se, a nosso ver, de situações que vitimizam esses adolescentes e suas famílias de formas variadas. Embora os entrevistados ainda não percebam essas ausências de direitos como violências infligidas pelo Estado, responsável pela garantia e manutenção destes direitos, as ruas do bairro se convertem no lugar de convivência com as drogas e a violência.

4.5 DROGAS: EXPERIÊNCIA E CONVIVÊNCIA

Observamos que, durante a pesquisa, o desconforto entre os jovens ao tentarem responder o que são drogas. Ao mesmo tempo que eles enumeravam as substâncias – cigarro, maconha, essas coisas, pó –; por vezes, tentaram responder como monossílabos, com o olhar, e muitas vezes não conseguiram verbalizar o conhecimento: “eu não sei dizer não, mas vejo o pessoal na rua usando” (ENTREVISTA P1). Ou seja: embora convivam e vejam o uso de drogas em seu bairro, os entrevistados não conseguem, facilmente, conceituar o que são drogas. Destacamos, nesse sentido, que lhes faltam palavras para verbalizar a realidade.

Quando perguntados, diretamente, se já haviam experimentado algum tipo de droga, nenhum dos entrevistados respondeu afirmativamente. Notamos que os entrevistados tentam mostrar que as drogas são algo inexistente em suas vidas. Por outro lado, a negativa, por vezes enfática, indicou que o diálogo sobre a temática estava desagradável para o adolescente.

Em relação ao consumo de álcool, embora as pesquisas afirmem o aumento entre o público jovem, verificamos que apenas cinco dos estudantes pesquisados afirmaram já ter experimentado algum tipo de bebida alcoólica: “já, experimentei cerveja” (ENTREVISTA B1); “na minha ex-casa um vizinho me ofereceu vinho” (ENTREVISTA F1). Salientamos que apenas uma adolescente afirmou continuar fazendo uso da bebida: “sim, bebo escondido” (ENTREVISTA D1). Os breves relatos feitos pelos entrevistados demonstram como o contato inicial com o álcool é feito no ambiente familiar e privado.

Foi quando era pequeno eu pensava que era refrigerante, eu fui peguei assim, pensei que era refrigerante de limão ei eu bebi e senti um gosto estranho, aí um homem falou você que aí eu bebi só mais um pouquinho, depois eu descobri que era cerveja. (ENTREVISTA C1).

Ainda sobre o álcool, quando perguntamos se consideravam o álcool uma droga, todos responderam afirmativamente que sim, que vicia ou que sim, que faz mal a nossa saúde. Embora o consumo de bebida alcoólica esteja cada vez mais naturalizado, existem famílias que apresentam o consumo do álcool como droga: “se minha mãe me vê bebendo Ave Maria, minha mãe me quebra no pau”. (ENTREVISTA D2).

Quando perguntados sobre já ter experimentado o tabaco (cigarro), todos disseram nunca ter experimentado. Também consideraram o cigarro como droga. Chama a atenção, a convivência com os amigos que fumam o chamado por eles cigarro de Bali¹¹: “só fumando baile” (ENTREVISTA K1). No entanto, nenhum adolescente descreveu alguma experiência com esse tipo de cigarro. Acreditamos que tal evidência, pode indicar que os mesmos associam esse cigarro a drogas ilícitas e, portanto, algo que não pode ser declarado.

Nas perguntas que se referiam ao fato de já haver presenciado pessoas fazendo uso de drogas, quase a totalidade responderam afirmativamente. Percebemos, desse modo, que o uso está muito mais próximo que pensávamos: “assim onde eu morava antes, os vagabundos usavam na minha porta, usava tipo uma pedra enrolada num saquinho aí meu pai pegou e mudou de lá e veio pra cá” (ENTREVISTA C1).

A convivência também foi sinalizada nos espaços de lazer descritos pelos entrevistados, como o campo de futebol, por exemplo: “cocaína e esqueci o nome da outra, lá no campo todo dia, quando a gente tá jogando eles fumam longe” (ENTREVISTA A1). Poucos afirmaram já terem tido oportunidade de usar alguma droga ilícita por alguém ter oferecido: “minha prima, 13 anos, já me ofereceu maconha” (ENTREVISTA D1).

¹¹ Os Kreteks são cigarros aromatizados e também conhecidos como cigarros de Bali, devido à origem da Indonésia. Diferenciam-se do cigarro comum pela adição de 30-40% de cravo à mistura de tabaco. Quando esse cigarro é fumado, a queima do cravo produz um som característico (“crec-crec”) que deu origem ao nome. Os cigarros do tipo kreteks produzem teores de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono maiores que os cigarros comuns. A queima do cravo também produz diversos compostos tóxicos. Além disso, o eugenol, que é um composto muito presente no cravo, possui um efeito anestésico, que faz com que o fumante inale mais profundamente a fumaça. E, por isso, causam danos graves à saúde. Diversos estudos científicos têm demonstrado que a incidência de câncer é maior nos fumantes de kretek do que nos fumantes regulares. Fumantes de kreteks tem também risco maior de desenvolver asma e infecções respiratórias que fumantes de cigarros convencionais. Como o cravo contém grande quantidade do composto eugenol, que tem um efeito anestésico, os fumantes tendem a aspirar maior quantidade de fumaça. (BRASIL, 2015, p. 1).

4.6 ENTRE AS VIOLÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS E CONVIVÊNCIA

Conceituar a violência, realmente, não é uma tarefa fácil. Para os adolescentes também não foi simples. Reafirmando as respostas já dadas na fase anterior da pesquisa, as falas se remetem a violência física, os termos agressão, morte e, com maior frequência, tiroteio. É muito nítido que os conflitos com arma de fogo são constantes no cotidiano desses adolescentes. Nessa perspectiva, afirmam e descrevem a presença de pessoas armadas no bairro, e nas mãos de indivíduos que não são policiais ou de outra organização militar, e sim, moradores da localidade.

Acreditamos, pelos depoimentos prestados, que estes adolescentes não fazem uso de armas de fogo. Contudo, essa é uma possibilidade real, dada a proximidade e a naturalização do uso de tais instrumentos. Ao narrar as situações de violência, os sujeitos não demonstravam grande surpresa ou expressões de espanto. Ao contrário: falavam com uma certa aceitação. Não queremos dizer com isso, que os entrevistados concordem com tais atos, mas que não existe muito o que fazer em algo contra os hábitos que têm, naturalmente, instituindo-se em tais bairros.

Por conseguinte, indagamos se alguém próximo, parentes ou amigos já haviam sido vítimas de algum tipo de violência. As falas são bastantes contundentes e percebemos muitos exemplos: “meu irmão matou uma pessoa, por parte de pai, eu conhecia o cara que morreu, por causa de quarenta reais” (ENTREVISTA F1). Desse modo, é possível perceber que o agressor está próximo das vítimas, como se percebe no breve relato: “meu primo que vinha pra minha casa, me buscar que eu ia passar o são João na casa dele com a mulher dele, ai tinham uns caras armado e deram três tiros na cabeça dele” (ENTREVISTA G1). Em algumas situações, pudemos verificar que mais de uma pessoa da família já foi vítima de violência, como notamos no seguinte relato:

[...] primo, prima e tia. Meu primo tava passando ali, ele era envolvido com esses negócio pegaram ele e jogaram dentro dos matos. Minha tia, pegaram ela dentro da minha casa e minha prima pegaram ela dentro da casa dela, por causa do meu primo. (ENTREVISTA B1).

Essa convivência direta e cotidiana com as diferentes situações de violência provoca reações que interferem diretamente nos hábitos desses adolescentes. Em

sua maioria, o medo é constante. Esse sentimento é explícito na seguinte fala: “tenho medo, por que o que aconteceu com ele pode acontecer com qualquer um de nós” (ENTREVISTA J1). O sentimento de medo não é algo infundado, mas traduz uma possibilidade real, dadas as situações explícitas de violência que são presenciadas, a todo momento, por esses sujeitos.

Podemos afirmar que as violências citadas nas falas dos adolescentes podem ter duas origens: a primeira pelo tráfico de drogas ilícitas: “tipo assim, se acabasse com o tráfico em outro bairro aqui no meu bairro não tem trafico, então eles vem pra roubar, se não fosse esses cara a vizinhança seria melhor” (ENTREVISTA H1); nesta entrevistas os lugares a segunda está associada ao consumo de drogas lícitas, especificamente, a bebida alcoólica: “eu acho o corote¹², por que eu vejo os bêbados caçando briga” (ENTREVISTA H1).

Quando abordamos questões como violência e drogas, é comum evidenciar a presença ou ausência das policias, uma vez que são as responsáveis direta pela segurança pública. Na seção anterior, os adolescentes, ao responderem os questionários, pouco evidenciaram a presença das policias. Conforme apresentamos em seção anterior da presente pesquisa, apenas 18 adolescentes citaram a violência policial durante sua participação na investigação sobre a violência. No entanto, foi necessário uma categoria especifica para tratar das policias, em virtude dos relatos apresentados nas entrevistas individuais. Desse modo, apresentamos a seguir, informações pertinentes sobre como esses adolescentes percebem a polícia em seus bairros.

4.7 POLÍCIA! PARA QUEM PRECISA

Ressaltamos que, durante as entrevistas individuais, não realizamos nenhuma pergunta sobre a ação policial. No entanto, a maioria dos adolescentes deixou claro a necessidade de policiamento para garantia da segurança em seu bairro: “a cidade tem lugares que tá muito violento não tem muito policiais rodando na cidade” (ENTREVISTA C1). As falas apontam para a ausência das policias nos bairros periféricos, bem como indica a falta de ações preventivas e de repressão.

¹² Corote é um tipo de cachaça vendida em vasilhames plástico de 500ml e muito popular em cidades do interior em razão de seu preço acessível.

Verificamos, assim, que é negada a esta população a garantia de segurança pública de qualidade.

Percebemos também que o tráfico e as relações de poder ainda não conseguiram se estabelecer como em grandes cidades. Nesse sentido, esses adolescentes não demonstram admiração pela imagem de comando dos chefes do tráfico. Sendo assim, não identificamos uma representação social negativa das polícias. Percebemos, ao contrário, a reprovação das ações consideradas criminosas: “tem muito bandido por aí, solto por que aí a polícia vai pega quando solta volta a fazer a mesma coisa” (ENTREVISTA C1).

Notamos, nesse sentido, que as falas demonstram o anseio pela presença da polícia e de maneira recorrentes: “ter mais polícia lá, a polícia visitar mais lá, por que para ver polícia lá e de ano em ano” (ENTREVISTA A1). Ainda em: “ter mais viaturas e porque as viaturas não sobem e tinham que subir” (ENTREVISTA B1). Durante as entrevistas realizadas nesta pesquisa nenhum relato de violência policial foi descrito, embora tenham sido mencionados dezoito vezes, conforme apresentamos em seção anterior da presente pesquisa. Isso não significa dizer que tal forma de violência não aconteça. No entanto, os resultados da pesquisa de campo sugerem que há uma relação positiva entre a população e as forças de segurança do Estado.

5 CONCLUSÕES

As memórias e as RS são duas teorias distintas que se aproximam e dialogam entre si. Ambas destacam a importância do indivíduo e do grupo na construção da sociedade, da mesma forma que nos auxiliam a compreender como os fenômenos sociais ocorrem. Nesta pesquisa, recorreremos às memórias e às representações sociais para compreendermos como os adolescentes vivenciam o uso de drogas e as violências em seu cotidiano. Nesse sentido, enfatizamos que os dois mecanismos que produzem as representações sociais são, também, utilizados pelos sujeitos para lidar com a memória.

Reafirmamos que compreendemos as RS como uma teoria que tem o senso comum como *locus*. A teoria, dessa forma, preocupa-se com o conhecimento presente na sociedade, pois é construído e reconstruído na coletividade e com participação ativa do indivíduo. Entendemos que as RS são ancoradas nas memórias que, por sua vez, são, também, sociais e vivas, ademais de estarem presentes e não apenas no passado. Percebemos, desse modo, que aquilo que chamamos de realidade é uma convenção social que se apresenta como real para os sujeitos. Essa é uma construção feita de tal forma que as pessoas são impelidas e interpeladas a acreditar fielmente nos discursos construídos como se tratasse da realidade única e absoluta. Por isso, elas estão presentes na sociedade independentemente de nossa vontade. Trata-se, pois, do conhecimento transmitido por sucessivas gerações e que, quando chega a nós, atualizamos, ressignificamos e incorporamos.

Dentre as funções das RS, nesta pesquisa, podemos apontar o aspecto da convencionalização. Nessa perspectiva, podemos afirmar que os adolescentes apresentaram dificuldade em conceituar as drogas ilícitas e lícitas. Por isso, nomeiam-na como o negativo ou o ruim. Além disso, enquadram o desconhecido naquilo que se aproxima de sua realidade. Percebemos também, a função prescritiva, uma vez que os entrevistados trazem as memórias do grupo sobre drogas e que adolescentes incorporam e ressignificam em seus discursos. Essa exemplificação demonstra como algumas imagens são impostas sem que tenhamos condições de questionar. Isso porque elas são apresentadas como verdades absolutas. Além disso, elas circulam na sociedade segundo a intencionalidade dos vários grupos sociais que compõem um determinado grupo social.

Nesse sentido, compreender como as RS e como nossas memórias interferem diretamente no nosso cotidiano, possibilita-nos reconhecer que não somos autônomos na construção de nossos saberes. Somos únicos e coletivos, concomitantemente. Ou seja: enquanto sujeitos, podemos interferir na sociedade, e ao mesmo tempo, a sociedade incide sobre nós, sobre nossas escolhas mais íntimas, sobre os nossos pensamentos mais profundos. Desta forma, todo e qualquer saber é individual e coletivo, não podemos e não devemos hierarquizar os saberes, não há um melhor ou pior, apenas saberes diferentes que são produzidos continuamente por toda sociedade.

Assim sendo, podemos entender um grupo como um conjunto de sujeitos que possuem relação de identificação ou afetiva. Não é necessário que o grupo esteja presente fisicamente. No entanto, o indivíduo precisa ter acesso a esse grupo para manter suas recordações. Constatamos, desse modo, que é na relação com o grupo que estão as lembranças. Estas últimas, por sua vez, são o resultado do reconhecimento e da reconstrução. Por seu turno, podemos afirmar que o reconhecimento é o já vivido ou já experienciado, por vezes é possível notar nas falas dos adolescentes a experiência do outro, seja da família ou dos amigos, o sujeito não viveu ou viu um fato específico, mas está na memória deste grupo e ele evidência como se fosse suas próprias memórias. Percebemos, quando abordamos a questão do conceito de droga, embora o sujeito, por vezes, não tenha ele mesmo testemunhado o uso das drogas ilícitas, suas narrativas se apropriam das falas dos outros.

Desse modo, percebemos que os adolescentes reafirmam o conceito de drogas que está no senso comum da sociedade brasileira, ou seja, foi socialmente construído e convencionalizado: a associação da droga como um coisa ruim, que faz mal, é perigosa. Sendo assim, a droga está associada, ainda, a destruição de pessoas e famílias. Para a construção dessas opiniões, as RS são essenciais, pois contribuem para formação do conhecimento que permeiam e também elaboram as memórias desses adolescentes.

As RS e as memórias dos adolescentes nos permitem apontar que estes últimos, de forma geral, não reconhecem as drogas lícitas como prejudiciais, assim como grande parte da sociedade, não citam informações do conhecimento científico, por realmente não terem acesso a materiais sistematizado e adequados a esse

público ou em virtude da temática das drogas, quando abordadas nas escolas, serem feitas de forma pontuais, por palestras sem uma contextualização social.

Salientamos que grande parte dos adolescentes já experimentarão algum tipo de bebida alcoólica. Embora o álcool produza muitos prejuízos ao indivíduo que o consome, e também a terceiros, por meio do aumento da violência e dos riscos de acidentes de trânsito, continua sendo uma droga lícita. Destacamos que o álcool é uma das substâncias mais prejudiciais, acessíveis e incentivadas pela mídia, principalmente pela mídia televisiva, que massifica o consumo das bebidas alcoólicas ligando-a ao esporte, ao culto do corpo e à felicidade sem esforço. Reiteramos que o momento em que se deu a primeira experiência com o álcool ocorreu ainda na infância e em espaços familiares. Observamos que tais eventos se deram de forma natural. Sendo assim, não houve relatos de censura. Isso significa dizer que a iniciação dos indivíduos no mundo das bebidas alcólicas acontece sob a supervisão de um adulto. O álcool, então, passa a ser visto não mais como uma droga que causa dependência e diferentes prejuízos a toda a sociedade. Não podemos esquecer que o interesse econômico é determinante para licitude dessa substância, uma vez que os lucros das grandes empresas são vultuosos. Desse modo, então, incentivar crianças e adolescentes ao consumo de bebida alcoólica é a garantia de fidelizar futuros e potenciais clientes.

Ressaltamos que a discussão sobre a bebida alcoólica não está popularizada, como observamos a respeito das drogas ilícitas. As propagandas exibidas em redes de televisão aberta, são sedutoras e atrativas, em oposição a recomendação ao final dos comerciais sobre a limitação da idade permitida para o consumo do produto, não percebemos uma campanha preventiva séria desenvolvida pelo governo para desestimular o alcance das bebidas alcólicas por crianças e adolescentes. Sendo assim, é necessário avançar ainda mais nas pesquisas e reflexões que tratem do assunto, que abordem o aspecto econômico que dita os mercados, uma vez que não estamos reduzindo o número de adolescentes que iniciam o consumo de bebidas alcoólicas. Estamos falhando todos: Estado, sociedade, escolas e famílias, cada unidade com sua responsabilidade com as futuras gerações.

Os adolescentes também não reconhecem as drogas medicamentosas na mesma perspectiva que, por vezes, enquadram as drogas ilícitas. Desse modo, não citam nenhuma substância como drogas que causam dependência e podem trazer prejuízos à saúde. Mesmo aquelas que têm se popularizado entre as pessoas mais

jovens, como os anabolizantes, não são reconhecidas. Essa invisibilidade das drogas medicamentosa é preocupante, pois denota a desinformação de substâncias que por vezes são acessíveis e que causam dependência. Tal dado aponta, a necessidade de uma mudança de perspectiva na área da saúde, que saíamos da condição de uma medicina curativa que as grandes empresas visam o lucro para desenvolvermos uma medicina preventiva, em que as drogas farmacológicas sejam usadas com parcimônia.

Por sua vez, uma minoria relatou experiência com o tabaco, que foi é citado por poucos adolescentes como droga. Percebemos esse pequeno número que relataram ter feito uso como positivo, uma vez, assim como o álcool, o cigarro foi popularizado e naturalizado. O fato desses adolescentes, em sua maioria, nunca terem experimentado o cigarro e não concordar com o seu uso, pode indicar que as maciças campanhas educativas contra o tabagismo começam a surtir o efeito desejado de alertar sobre os efeitos prejudiciais do tabaco à saúde. Esse pode ser um indicativo a ser copiado, as embalagens de cigarro trazem em seu verso informações verdadeiras sobre as consequências do uso, o que poderia ser utilizado com as embalagens de cerveja e outras bebidas populares.

Tratamos, então, do conceito dos adolescentes sobre as drogas lícitas e ilícitas, um dos passos para conhecer como os sujeitos elaboram as suas RS durante a pesquisa de campo. Para tanto, realizamos entrevistas individuais e notamos como é desconfortável falar sobre essa temática. Alguns demonstraram frieza nas respostas que foram monossilábicas, a linguagem corporal transmitia o incômodo de tratar sobre essa temática. No entanto, quando as questões abordaram a temática da violência, os relatos foram sucessivos e alguns com riquezas de detalhes. Os adolescentes se permitiram, inclusive, falar sobre questões familiares e que causaram dor. Essa mudança de postura ao tratar das temáticas, permite-nos inferir a RS social das drogas como algo que não pode ser debatido, dialogado, um assunto ainda proibido. Em contrapartida, a naturalização da violência permite que os mesmos falem sem causar espanto ou choque. As memórias presentes em seus discursos contribuem para uma possível conservação dessa névoa sobre a temática. Ressaltamos, contudo, a necessidade de políticas públicas de prevenção eficazes para esclarecer os adolescentes e toda a sociedade sobre as drogas.

Notamos que a naturalização da violência e do uso de drogas ilícitas por usuários que, quando se tornam dependentes, provocam situações como brigas e

desavenças em famílias. Para alimentar o consumo das substâncias, esses sujeitos praticam roubos e furtos, ou seja, provoca uma onda de violência que se propaga e alcança outras pessoas. Observamos, ainda, a violência oriunda das questões de envolvimento com as drogas ilícitas e o tráfico. Trata-se das violentas disputas por territórios. Essas desavenças entre os traficantes e seus seguidores provocam mortes e outros tipos de punições também brutais. Essa violência atinge também os usuários, sujeitos que estão a serviço do tráfico, e pessoas sem qualquer ligação com o tráfico.

Destacamos, nesse sentido, que o uso e abuso de drogas, bem como o comércio ilegal de drogas ilícitas, podem provocar situações de violência. Enfatizamos que apenas a política de repressão e criminalização não tem alcançado o objetivo de erradicar o consumo de drogas, ao contrário vemos um aumento vertiginoso de usuários e dependentes químicos, de drogas lícitas e ilícitas. É necessário, por isso, repensar as estratégias para minimizar ou controlar o seu uso e, possivelmente, diminuir as situações de violência que atingem diretamente os adolescentes, que, por sua vez, tornam-se expectadores da violência.

Essa condição de testemunhas direta de diferentes situações de violência, principalmente de mortes, como foram narradas nas entrevistas e citadas nos questionários, colocam-nos, também, em situação de vítimas da violência estrutural, um tipo de violência que não é possível mensurar ou identificar com facilidade. Essa violência coloca os adolescentes de periferia como os invisíveis. Desse modo, a sociedade não vê o que lhes acontece todos os dias e o silêncio referenda os acontecimentos. Ao cruzar os braços diante da situação caótica descrita por esses sujeitos, todos concordam com o que lhes são impostos.

Produzimos, nessa perspectiva, RS e memórias sobre a discussão e sobre o uso de drogas em um lugar do proibido, que conforme dissemos anteriormente o desconforto em dialogar sobre essa temática explicita o medo e desconhecimento que paira em toda sociedade. Nesse contexto, naturalizamos a violência de forma cada vez mais abrangente, é necessário salientar que esse processo de naturalização das diversas formas de violência não é positivo, mas tornou-se evidenciado no cotidiano destes adolescentes.

Os relatos indicam ainda como as comunidades que estão distantes dos centros urbanos são destituídas de condições mínimas de uma vida com dignidade como a ausência de saneamento básico, asfaltamento, coleta de lixo. A inexistência

de espaços de lazer adequados é nítida nos relatos dos adolescentes que são limitados a rua para serem simplesmente adolescentes, para vivenciarem brincadeiras que contribuem para sua formação pessoal. A instituição escolar localizada neste bairro considerado de periferia também tem uma estrutura física precarizada, sem muros ou espaço destinado a biblioteca, embora seja acolhedora.

Os adolescentes revelam ainda a ânsia por uma segurança pública de qualidade, é necessário repensar o modelo atual, em que as polícias nas periferias “passam”, são de fato ausentes e se não estão presentes, não estão desempenhando o seu papel de proteção a ordem pública, mais uma vez essa população tem seus direitos negados.

Visto os resultados apresentados percebemos a necessidade de políticas públicas que promovam a prevenção às drogas por meio de programas e projetos educacionais que adentrem as escolas e contemplem crianças e adolescentes, com uma linguagem adequada e que respeitem o contexto social, que elevem a autoestima deste grupo, pois como percebemos é uma das poucas ou únicas instituições do estado que alcançam os adolescentes que estão em bairros e localidades periféricas, reafirmamos que os adolescentes apresentaram RS positiva em relação a instituição escolar, ou seja, é um espaço propício para atividades de prevenção às drogas e construção de conhecimento, desta forma será possível desconstruir equívocos e preconceitos sobre o uso e abuso de drogas, a escola é um lugar de formação de cidadania.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto (Org.). **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: RITLA, SEEDEF, 2010.

ALBERTINI, Paulo. Drogas: mal-estar e prazer. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

ANICAMA, Cecília. PINHEIRO, Paulo Sérgio. A infância ainda em risco. **Revista Eletrônica Brasil Diplomatique**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=583>>. Acesso em: 15 dez 2015.

BAHIA. Instituto de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar da Bahia. **Proerd**. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=173>. Acesso em: 20 nov 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70: Lisboa, 2009.

BAVA, Silvio Caccia. Violência e controle social. **Revista Eletrônica Brasil Diplomatique**. Edição 95, junho 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=71>>. Acesso em: 15 dez 2015.

_____. As muitas violências. **Revista Eletrônica Brasil Diplomatique**, Edição 37, 2010. Disponível em: <<http://carlaalexandra.blogspot.com.br/2010/08/as-muitas-violencias.html>>. Acesso em: 15 dez 2015.

BERTONI, Luci Mara. **Se beber não dirija**. Campinas, SP: Librum, 2015.

BOITEUX, Luciana. Aumenta o consumo. O proibicionismo falhou. **Revista Eletrônica Brasil Diplomatique**, 26.ed.2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=541>>. Acesso em: 15 dez 2015.

BRASIL. **Kreteks (Cigarro de Cravo)**. ANVISA: Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Derivados+do+Tabaco/Assuntos+de+Interesse/Danos+A+Saude/Kreteks+%28Cigarro+de+Cravo%29>>. Acesso em: 15 dez 2015.

_____. **Lei nº 12.961, de 4 de abril de 2014**. Altera a Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destruição de drogas apreendidas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12961.htm>. Acesso em: 20 nov 2015.

_____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 15 dez 2015.

_____. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 15 dez 2015.

_____. **Lei nº 10.167, de 27 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Lei no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10167.htm#art1>. Acesso em: 18 nov 2015.

_____. **Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.** Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9294.htm>. Acesso em: 15 dez 2015.

_____. Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991. Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0154.htm>. Acesso em: 15 dez 2015.

_____. **Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986.** Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7560.htm>. Acesso em: 20 nov 2015.

CARNEIRO, Henrique. **Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas:** histórias e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. Henrique. **Drogas:** muito além da hipocrisia. Em outras palavras, 25/05/2011. Disponível em: < <http://outraspalavras.net/posts/drogas-muito-alem-da-hipocrisia/>>. Acesso em: 24/03/2016

COUTINHO, Maria da Penha de Lima; SARAIVA; Evelyn Rúbia de Albuquerque. (Org.). **Métodos de pesquisa em psicologia social:** perspectivas qualitativas e quantitativas. João Pessoa: Universitária, 2011.

CRUZ NETO, Otávio. MOREIRA, Marcelo Rasga. SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Nem soldados, nem inocentes:** juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico**: em estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2009.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia elemental de las drogas**. 2.ed. Barcelona: Anagrama, 2003.

ESPINHEIRA, Gey (Org.). **Sociedade do medo**: teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude e violência. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARR, Robert. M. . Representações Sociais: a teoria e sua história. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, Teresa Helena Schoen. FARIAS, Maria Aznar. SILVA, Edwiges Ferreira de Matos. **Adolescência através dos Séculos**. São Paulo: Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 26 n. 2, pp. 227-234. 2010.

FONSECA, Elize Massard. **Políticas de redução de danos ao uso de drogas**: o contexto internacional e uma análise preliminar dos programas brasileiros. 2005. 112f. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz, São Paulo, 2005.

G1. Ciência e saúde. **Ator que fazia anúncios de cigarro morre por doença ligada ao fumo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2014/01/ator-que-fazia-anuncios-de-cigarro-morre-por-doenca-ligada-ao-fumo.html>>. Acesso em: 15 nov 2015.

GARDENAL, Isabel. **A ritalina e os riscos de um 'genocídio do futuro'**. Portal de Notícias da UNICAMP, 05/08/2013. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/08/05/ritalina-e-os-riscos-de-um-genocidio-do-futuro>>. Acesso em: 20 nov 2015.

GRIEVE, John. 10 razões para legalizar as drogas. **Revista Eletrônica Brasil Diplomatique**, Setembro, 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=2>>. Acesso em: 15 dez 2015.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Infância e violência no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2003

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou; São Paulo: Centauro, 2006

JODELET, Denise. **Représentations sociales**: un domaine en expansion. In D. Jodelet. Paris: PUF, 1989, pp31-62. Tradução: Tarso Bonilha Mazzonoti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ – Faculdade de Educação, dez. 1993.

_____. Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. GUARESCHI, Pedrinho. **Textos em representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

KOVALESKI, Helcio. A dialética do esclarecimento revisitada. **Revista Eletrônica Brasil Diplomatie**, Julho, 2015. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1914>>. Acesso em: 15 dez 2015.

LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das drogas**. São Paulo: Desatino, 2010.

LAPATE, Wagner. **Hora Zero**: a independência das drogas: antes que os problemas cheguem. São Paulo: Scortecci, 2001.

MALVASI, Paulo Artur, TRASSI, Maria de Lourdes. **Violentamente pacíficos**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C. S. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno infantil*. v.1 Recife, 2013.

_____. M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 10, pp. 7-18, suplemento 1, 1994.

_____. SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo de interdisciplinar de ação coletiva. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, IV (3), pp. 513-531, fev. 1998.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **A psicanálise**: sua imagem e seu público. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

NAIFF, Luciene Alves. SÁ, Celso Pereira de. NAIFF, Denis Giovanni Monteiro. Preciso estudar para ser alguém: Memória e representações sociais da educação escolar. **Paidéia**. Universidade de São Paulo, vol. 18, nº 39, 2008.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do. NASCIMENTO, Evania. SILVA; José de Paula. **Uso de álcool e anfetaminas entre caminhoneiros de estrada.** Universidade de São Paulo USP. Revista Saúde Pública, 2007.

PALOMO, Victor. A dependência química é de uma minoria. **Revista Eletrônica Brasil Diplomatique**, Setembro, 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=542>>. Acesso em: 15 dez 2015.

PROCÓPIO, Argemiro. **O Brasil no mundo das drogas.** Petrópolis: Vozes, 1999.

PSIQUNI. **Psicofarmacologia.** Disponível em: <<http://psiquni.blogspot.com.br/2011/03/psicofarmacologia.html>>. Acesso em 30 nov 2015.

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, guerras e despenalização. **Revista Eletrônica Brasil Diplomatique**, Setembro, 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=537>>. Acesso em: 15 dez 2015.

SÁ, Celso Pereira. A memória histórica numa perspectiva psicossocial. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas** - Ano 09, número 14, 2012.

_____. Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma Perspectiva Psicossocial. **Paidéia**, Universidade de São Paulo, vol. 20, 2006.

_____. **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SALLES, Marcos Huet Niooc de. **Política de drogas no Brasil: temos o melhor modelo?** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social.** São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. **Desvendando a violência: um diálogo com os clássicos da Sociologia Brasileira.** Mimeo, 2002.

SARMENTO, Manoel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** Disponível em: <http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf>. Acesso em 10 set. 2013.

SEBRAE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas.** Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência.** Universidade de São Paulo, vol.4, 1993.

SILVA, Gilberto Lúcio da. **Drogas: políticas e práticas.** São Paulo: Roca, 2011.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. GUARESCHI, Pedrinho Arcides. JOVCHELOVITC,

Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VENTURA, Carla Aparecida Arena. Drogas lícitas e ilícitas: do direito internacional à legislação brasileira. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet]. 2011 jul/set;13(3):554-9. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v13/n3/pdf/v13n3a22.pdf>. Acesso em: 20 nov 2015.

VERSOLATO, Bruno. **Nação Rivotril**. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/saude/nacao-rivotril-587755.shtml>>. Acesso em: 11 de maio de 2015.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014**. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2014

_____. **Mapa da violência: crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: CBLE, 2012.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Pesquisa: Quais as representações sobre violência e uso de drogas por adolescentes?

Responsável: Renata Tereza Brandão Meireles

Orientadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni

Co-orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos

1. Qual sua escola? _____

2. Que bairro você mora?

3. Qual a sua idade? _____

4. Qual sexo? () masculino ()feminino

5. Você se considera de que cor?_____

6. Para você o que é violência?

7. Para seus amigos, o que é violência?

8. Já presenciou situações de violência no seu bairro ou na rua onde mora?
Quais? Qual foi sua reação?

9. Você considera sua cidade violenta? Por que?

10. Como você se sente nessas situações de violência?

11. Alguém próximo a você já foi vítima de alguma situação de violência? O que aconteceu?

12. Você já presenciou algum tipo de situação abaixo?

() MORTE

() ROUBO

() BRIGAS

() AMEAÇAS

() VIOLÊNCIA POLICIAL

() OUTRA _____

12. Para sua família o que é droga?

13. Para seus amigos, o que é droga?

14. Para você, o que é droga?

16. Você tem amigos que usam drogas? Quais drogas?

17. Você já experimentou algum tipo de droga? Quais drogas?

18. Você já experimentou algum tipo de bebida alcoólica? Qual?

19. Com quantos anos experimentou bebida alcoólica?

20. Você já fumou?

() SIM () NÃO

21. Com quantos anos experimentou cigarro?

22. Você ainda fuma?

() SIM () NÃO

23. Você já experimentou alguma outra substância desta lista?

() maconha

() *crack*

() cocaína

() tiner/ solvente

() cola de sapateiro

() outra _____

24. Você já viu alguém usando alguma substância desta lista?

() maconha

() *crack*

() cocaína

() solvente

() cola de sapateiro

() outra _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade, bairro onde mora, como se autodeclara?

1. Fale um pouco sobre a escola onde você estuda.
2. Fale sobre o bairro onde mora.
 - 2.1 Você gosta do seu bairro?
 - 2.2 Você vai a outros bairros livremente?
 - 2.3 E do que você não gosta?
3. Você vê pessoas armadas no seu bairro?
 - 2.1 Você tem medo de andar no seu bairro?
4. Pra você o que é violência?
 - 4.1 O que você já acha da violência no seu bairro? Você identifica algum tipo de violência?
 - 4.2 Alguém próximo a você já sofreu algum tipo de violência? Que tipo?
 - 4.3 O que você acha da morte? Já foram muitas pessoas mortas no seu bairro?
5. Você se sente protegido? O que te dá a sensação de proteção?
6. Quais são as diversões no seu bairro?
7. Para você o que são drogas?
8. Nas festas é comum usar as drogas no seu bairro? Alguém já te ofereceu para experimentar ou para comprar?
9. Você bebe ou já experimentou bebida alcoólica? Qual?
10. Você acha que o álcool é uma droga?
11. Você já experimentou cigarro?
12. Você considera o cigarro uma droga?
13. Você já viu alguém usando drogas?
14. Você já experimentou algum tipo de droga? Que tipo? Faz uso constante de algum tipo?
15. Você sabe o que é tráfico de drogas? Existe em seu bairro?
16. O que você acha que pode melhorar no seu bairro?
17. Você sente alguma discriminação em relação ao seu bairro?
18. O que você pensa sobre sua cidade?